

REVISTA

ACADEMIA TOURENSE DE CIÊNCIAS,
CULTURA E POLÍTICA

VOLUME III

ANO 2023

Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política

Presidente

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Diretor Político

João Inácio da Silva Filho

Secretário-Geral

Flávio Patrício França da Silva

Presidente do Conselho Fiscal

Elielvis da Costa Soares

Diretora Financeira

Cláudia Laís Garcia de Souza

Primeira-Secretária

Talia Cristina Ferreira

Diretora Administrativa

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório

Segunda-Secretária

Aldemar Ferragem de Souza

Diretor Cultural

Levi Rodrigues de Miranda

Primeiro-Suplente

Amaury Felipe de Oliveira

Diretor Científico

Audna Lima de Oliveira

Segundo-Suplente

Sérgio Henrique da Silva Justino

Terceiro-Suplente

Luiz Cláudio Penha da Silva

Comissão Editorial:

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Capa e Diagramação:

Marcos Caio da Silva Arruda

© 2023 ATCCP - Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política

Rua Fausta Tenorio, 115 Letra A - Centro - CEP: 59584-000

Touros – Rio Grande do Norte.

EDITORIAL

“Meu Deus! Onde está minh’ alma?
- Em Touros – meu berço amigo;
Nos seus costumes, na calma
De sua gente, na palma
Do coqueiro mais antigo”.
(JOSÉ FRANCISCO DE BRITO)

Ao desfraldar as cortinas para um novo ano que se inicia, surgem no horizonte novos desafios e objetivos a serem alcançados. No campo intelectual, a Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política tem buscado, por meio das atuações de seus associados, fornecer subsídios que possam contribuir com o desenvolvimento histórico, cultural, científico, econômico e político da sociedade tourense. Neste diapasão, disponibilizamos o terceiro volume da Revista da Academia, contendo dez artigos escritos pelos próprios acadêmicos, um artigo feito por um convidado e as três redações vencedoras do I Concurso de Redação idealizado e realizado por nossa instituição em 2022.

Nesta edição, as produções literárias comprovam a diversidade e versatilidade de nossos associados, denotando, assim, a importância da Revista da Academia na busca por uma mudança de mentalidade significativa de nossos conterrâneos. Mudar mentalidades não tem o mesmo significado de impor visões de mundo diferentes das que estão estabelecidas e dadas no momento atual. Pelo contrário, nossa proposta é disponibilizar ferramentas que possam auxiliar cada cidadão tourense a construir sua própria história (ou estória), ou seja, conquistar sua(s) independência(s).

Em suma, no momento em que apresentamos os leitores de hoje e do futuro com o lançamento de mais uma edição da Revista da Academia Tourense, queremos também transmitir valores e princípios que têm nos ajudado a superar as diversas dificuldades impostas ao longo de nossa curta - mas significativa - trajetória enquanto membros da sociedade civil organizada. Desse modo, estamos plantando e cultivando valores e princípios extremamente caros e necessários nos dias de hoje, dentre os quais destacamos: cooperação, coletividade, confiança na capacidade do próximo, solidariedade, doação, crença em dias melhores e dignidade da pessoa humana.

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Presidente da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política

Touros-RN, 28 de dezembro de 2022.

SUMÁRIO

- 05** COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DO MUNICÍPIO DE TOUROS-RN
(Aldemar Ferragem e Talia Cristina)
- 10** FAMILIARES POLÍTICOS EM TOUROS-RN: ALGUNS
ENSINAMENTOS DA METAFÍSICA DOS COSTUMES DE
KANT
(Antonio Tenório)
- 32** PERFIL CONSUMIDOR TOURENSE: IDENTIFICANDO
OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS
(Brenna Thuanne)
- 41** ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS FAMÍLIAS
TOURENSES SEGUNDO A BASE DE DADOS DO
CADASTRO ÚNICO
(Cláudia Laís)
- 47** FATORES QUE INTERFEREM NA QUALIDADE
DO ENSINO NA E. M. DR. ORLANDO FLÁVIO
JUNQUEIRA AYRES
(Eneida Nascimento)
- 66** ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS
EM DIFUSÃO CULTURAL NA REGIÃO DO
MATO GRANDE, COM FOCO NO MUNICÍPIO
DE TOUROS/RN (2013 A 2022)
(Flávio Patrício)
- 87** OLÁ, QUEM É VOCÊ?... EU?.....MUITO PRAZER,
EU SOU DE CAJUEIRO!
(Levi Rodrigues)

**102 FILHOS(AS) DE TOUROS: CONTRIBUIÇÕES A
SUA TERRA**
(Lucineide Santana)

115 FESTA DE TOUROS, A CANÇÃO
(Luiz Penha)

**125 MARIA DA CONCEIÇÃO FAZ UMA SÚPLICA AO
PRÍNCIPE REGENTE: A HISTÓRIA DE UMA VIÚVA
DO PORTO DE TOUROS (1808-1815)**
(Pedro Pinheiro de Araújo Júnior)

CONVIDADO

**137 MEUS ASCENDENTES TORRES, LÁ DE PORTO
DE TOUROS**
(João Felipe da Trindade)

**REDAÇÕES DO I CONCURSO DE REDAÇÃO -
"TOUROS DO AMANHÃ":**

144 Ensino Fundamental I
Aluna: Vitória Angelino Rodrigues Ferreira
Professora Orientadora: Anselly Ribeiro da Silva

145 Ensino Fundamental II
Aluna: Carine Ruane de Assis Souza
Professora Orientadora: Elaine Cipriano

146 Ensino Médio:
Aluna: Ludmilla Kirie Alves da Silva
Professora Orientadora: Ana Paula do Nascimento

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE TOUROS\RN

ALDEMAR FERRAGEM DE SOUZA
Pós-graduado em Geografia (FAVENI)
TALIA CRISTINA FERREIRA
Pós-graduada em Psicopedagogia (UNP)

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas são grupos com identidades culturais próprias e se formam por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação. O povo quilombola é um povo alegre, que gosta de música e dança. O canto está sempre presente em seu cotidiano e nas festas. Quilombolas são povos de regiões remanescentes de quilombos, que eram comunidades formadas por escravos fugitivos na época da escravidão no Brasil.

Atualmente, o município de Touros-RN possui duas comunidades quilombolas reconhecidas oficialmente pela Fundação Cultural Palmares, são elas: Geral e Baixa do Quinquim.

HISTÓRIA DA COMUNIDADE DA BAIXA DO QUINQUIM

Segundo os relatos dos moradores, a primeira família a vir habitar neste território era uma família conhecida como a “Família do Sr. Tomás Quinquim”, que após algumas décadas veio a dar nome à comunidade, onde a mesma passou a se chamar “Baixa do Quinquim”, fazendo assim uma alusão ao nome do primeiro morador. Uma curiosidade sobre a família de Tomás Quinquimera que eles tinham cor de pele clara, portanto, logo se entende que a primeira família a habitar este solo, que hoje recebe o nome de Baixa do Quinquim, não era de escravos. No entanto, a comunidade inicialmente não vai surgir como quilombo.

No século XIX e início do século XX é que irão chegar nestas terras as primeiras famílias de escravos e estes haviam fugidos dos coronéis, ou dos seus senhores de engenhos, por volta de 1840 e 1850, oriundos da região do Vale do Ceará-Mirim. Estas famílias de escravos eram oriundas de Angola na África.

Imagem 1 – Comunidade Quilombola do Geral.



Fonte: Acervo dos autores.

Assim surge a história dos quilombos nestas áreas que hoje pertencem a Touros-RN, especificamente no distrito da Baixa do Quinquim. Segundo os relatos de Dona Maria da Conceição, estas famílias de escravos vieram seguindo cursos de rios até parar nas terras que hoje pertencem a Boa Cica, ao chegarem lá, encontraram-se com índios que habitavam aquela área. De acordo com os relatos, haviam duas famílias de escravos. Essas famílias seguiram o rio que passava no Geral e a outra família seguiu até adiante no rio que passava na Baixa. A família que se direcionou para as terras da Baixa era a família de Francisco Gabriel, ao qual ainda temos raízes vivas.

A comunidade recebeu o título de quilombola, com base nos relatos e vestígios de objetos deixados por estas famílias que deu o nome da comunidade, como também pelas características étnico-racial e de sua cultura.

Os primeiros indícios de habitantes na região da comunidade da Baixa do Quinquim remontam por cerca de 160 a 180 anos. Segundo os dados da secretaria de saúde do município, referentes ao ano de 2020, a comunidade tem cerca de 1.511 habitantes.

Imagem 2 – Letreiro da Comunidade Quilombola da Baixa do Quinquim.



Fonte: Acervo dos autores.

ECONOMIA

A economia da comunidade gira em torno da agricultura e funcionários públicos da comunidade.

RELIGIOSIDADE

Cerca de 98% da comunidade são católicos (devotos de Santa Ana).

COMUNIDADE DO GERAL

A comunidade do geral tem cerca de 600 habitantes. Gerar ou Geral está localizada às margens da lagoa do jiqui, banhada por suas águas entre a lagoa do Boqueirão e lagoa do Mato, durante o século XVIII foi centro de grande produção açucareira desta região de Touros, possuindo sítios e engenhos, nele laborou escravos aqui refugiados. O último escravo alforriado foi o negro João Jacinto Nascimento (1856-1952).

A comunidade tem cerca de 130 a 150 anos segundo os relatos dos moradores. A comunidade conta também com a Associação Quilombola do Geral. Um dos meios de

recursos que o governo envia contempla os moradores com projetos de casas e doações de sementes para os agricultores.

ECONOMIA

Imagem 3 – Comunidade Quilombola do Geral.



Fonte: Paulo Emídio.

A economia local é desenvolvida pela agricultura como as produções de diversas culturas (Batata doce, cocos, macaxeira e frutas), criação de animais e serviços artesanais.

RELIGIOSIDADE

A atual capela, inaugurada em 02 de dezembro de 1992, sendo a quarta edificação a ocupar o mesmo local dedicado à Nossa Senhora da Conceição. A antiga capela foi construída pelo padre Isidoro entre 1883 e 1895. Padre Isidoro Gomes de Souza foi o padre abolicionista da escravidão em Touros, possuiu terras de herdade no Geral.

Imagem 4 – Comunidade Quilombola do Geral.



Fonte: Paulo Emídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo quilombola é muito novo, onde tudo que é novo assusta, no distrito da Areias não é diferente. A comunidade tem vestígios de uma comunidade quilombola. No momento em que as comunidades da Baixa do Quinquim e do Geral foram reconhecidas, houve também a hipótese de ser estudada a comunidade citada acima, mas as informações chegaram muito rápido, onde vivemos em uma sociedade preconceituosa, as pessoas ficaram com receio de serem chamadas de quilombolas, na época era nítido ver o quanto eles não queriam ganhar esse título, e assim ficou. Lamenta-se quando não aceitamos o nosso antepassado, uma vez que pessoas deram o sangue para poder expressar e transmitir a sua cultura.

Fica aqui um apelo: não sintam vergonha das suas origens, elas servem de base para conseguirmos enxergar quem somos hoje e assim juntos poderemos oferecer um futuro melhor para cada morador dessa comunidade.

Isso é o começo de um longo caminho que ainda nos espera, viva a cultura, viva as comunidades quilombolas do nosso município.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos moradores de ambas as comunidades quilombolas tourenses pela irrestrita contribuição.

FAMILIARES POLÍTICOS EM TOUROS-RN: ALGUNS ENSINAMENTOS DA METAFÍSICA DOS COSTUMES DE KANT

ANTONIO TENÓRIO
Mestre em Música (UFPB)

1. INTRODUÇÃO

Tendo sua origem em profundas raízes herdadas dos povos portugueses, a forma privada, patrimonial, pessoal e familiar com que a coisa pública é gerida em nosso país ainda persiste. Apesar de inúmeras evoluções em nosso ordenamento jurídico, infelizmente, constantemente presenciamos e vivemos sob a égide de governantes familiares, ou melhor, familiares políticos. Pessoas que não conseguem – ou não querem – separar o público do privado, o coletivo do individual.

Basicamente, a literatura divide a estrutura da administração pública em três modelos: patrimonialista, burocrático e gerencialista. No Brasil, de acordo com alguns autores, predomina o modelo de estrutura administrativa gerencialista, contudo, tem sido consensual que os demais modelos (patrimonial e burocrático) podem ser percebidos em todos os entes da federação - ainda.

Especialmente em relação ao modelo patrimonialista de gerir a “máquina pública”, trazemos à baila algumas considerações sobre suas características. Calcada nos modelos de Estados Absolutistas originados na Europa feudal, ainda entre os séculos XV e XVIII, em nosso país, o patrimonialismo foi predominante durante o período colonial e oligárquico. Dentre suas características principais, podemos citar a manutenção do poder por meio da troca de favores (chamada de clientelismo), nepotismo e corrupção. A ausência de distinção entre o patrimônio público e o privado é uma de suas grandes marcas. Em Touros-RN, resquícios de tal tradição patrimonialista de governar a coisa pública parecem persistir.

Em busca de propor soluções para esse notório problema estrutural, histórico, cultural e político, apresentamos alguns dos ensinamentos elaborados pelo filósofo Immanuel Kant. Baseando-se em sua filosofia moral, destacamos aquilo que o referido filósofo chamou de “imperativos categóricos”.

Este trabalho foi desenvolvido sob uma metodologia bibliográfica. Portanto, visando atingir os objetivos deste breve trabalho, dividimos o texto em três partes, excetuando-se esta introdução e as referências bibliográficas. Na seção seguinte, apresentamos alguns aspectos inerentes à Kant e a sua obra “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. Logo após,

ofertamos um percurso sobre importantes e notáveis entendimentos existentes em nosso ordenamento jurídico a respeito do nepotismo, além de apontar indícios de práticas de atos patrimonialistas no município de Touros-RN ao longo dos últimos três mandatos municipais. Por último, tecemos alguns apontamentos como forma de almejar a conscientização local sobre a temática discutida.

2. KANT E SUA METAFÍSICA DOS COSTUMES

Immanuel Kant nasceu em Königsberg, na Prússia Oriental, no dia 22 de abril de 1724. Immanuel Kant escreveu algumas das principais obras filosóficas da Modernidade, dentre elas, destacam-se *Crítica da Razão Pura*; *Crítica da Razão Prática*; *Crítica da Faculdade de Julgar* e *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Personalidade influente no meio intelectual de sua cidade e membro da Real Academia das Ciências de Berlim, curiosamente, o pensador nunca saiu de sua cidade natal, Königsberg. Kant fundou uma nova teoria do conhecimento, chamada **idealismo transcendental**, e a sua filosofia, como um todo, fundou o **criticismo**, corrente crítica filosófica que objetivava, conforme desejava Kant, a delimitar os **limites do conhecimento humano**. As obras de Kant possuem uma rara erudição, um estilo literário único e um rigor metodológico e filosófico inigualável. Professor da Universidade de Königsberg por quase cinco décadas, o docente e pesquisador dedicou-se a escrever sobre *Lógica*, *Metafísica*, *Teoria do Conhecimento* e *Ética e Filosofia moral* (PORFÍRIO).

Considerado por muitos como sendo o principal filósofo da era moderna, Kant buscou operar uma síntese entre o racionalismo - desenvolvido por renomados filósofos como Descartes, Espinoza e Leibniz – e o tradicional empirismo inglês que teve como grandes expoentes Locke e Hume. Dessa forma, Immanuel Kant ficou conhecido por ter formulado o que ele denominou ser uma “revolução copernicana na Filosofia”.

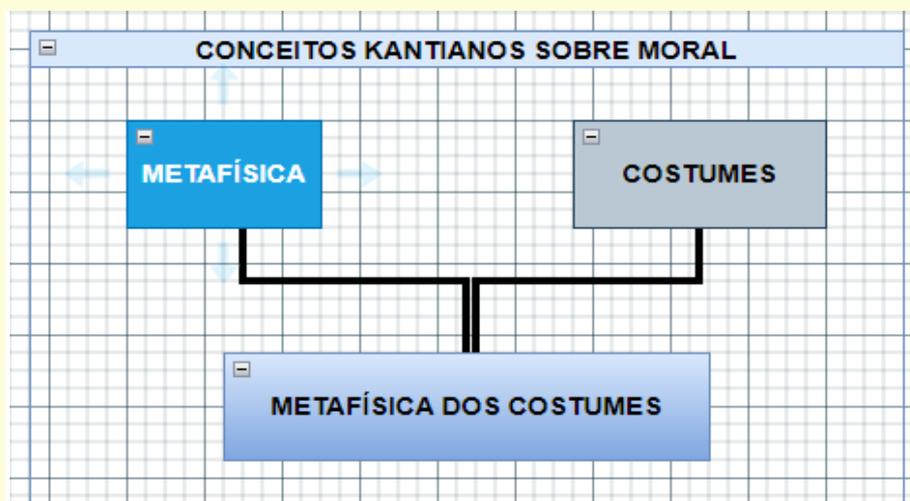
De acordo com o Professor Francisco Porfírio, “O **idealismo transcendental** kantiano construiu uma complexa teia de conceitos para explicar que nem o **empirismo** estava certo e nem o **racionalismo** explicava plenamente o conhecimento humano”. Para Kant, o **conhecimento** é obtido fundamentado na percepção do que ele chamou de “**coisa em si**”, que o objeto. “Esse processo dá-se pelo que o pensador denominou **intuição**, e é a **racionalidade**, por meio das faculdades mentais, que proporciona ao ser humano o **conhecimento**, pois a nossa mente é capaz de **relacionar** conceitos puros aos dados da percepção”.

No campo político, Kant escreveu o livro “A paz perpétua”, em que ele elabora um tratado de paz e cooperação universal imaginário entre os Estados. Com forte inspiração iluminista e republicana, esse tratado visava a garantir a paz entre as nações, o respeito aos Direitos Humanos e à vida. A referida obra kantiana, publicada em 1795, influenciou fortemente a consolidação da Organização das Nações Unidas (ONU), mais de 150 anos depois, tanto é que o texto do artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos recebe forte e significativa influência do pensamento kantiano, vejamos: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito e fraternidade” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, art. 1º).

No campo moral, Kant elaborou uma teoria chamada **Metafísica dos Costumes**, baseada, dentre outros pontos, no **imperativo categórico**, por meio da qual tenta desfazer qualquer relativismo moral, aplicando forças para descobrir as máximas ou **leis morais universais**. Para Kant, existe um dever universal baseado em leis morais e esse dever está submetido ao estrito cumprimento das leis morais em qualquer situação racional (PORFÍRIO).

De acordo com Reno Martins (2010), o termo “Metafísica” para Kant “significa um conhecimento não-empírico ou racional”. Somado ao conceito de costumes, “que designa todo o conjunto de leis ou regras de conduta que normatizam a ação humana”, “Kant chega ao conceito de Metafísica dos Costumes, que é o estudo de leis que regulam a conduta humana sob um ponto de vista essencialmente racional e não contaminado pela empiria”.

Figura 1: Esquema ilustrando os conceitos kantianos sobre moral.



Fonte: Elaboração do autor.

Questões envolvendo “certo” ou “errado”, julgamentos diversos sobre as atitudes e condutas humanas, como moral ou imoral, têm se caracterizado como uma das temáticas mais debatidas e discutidas ao longo da história do pensamento filosófico. Nessa senda, consideramos que a ética em geral está relacionada a questões sobre a correção de nossas ações. “Estamos a todo momento julgando ações como boas ou más, erradas ou corretas e ponderando aquilo que pode ou não ser considerado prudente do ponto de vista da moralidade”. “As escolas filosóficas dedicadas ao estudo da ética determinam cada qual um procedimento que se julga capaz de verificar e determinar a ação correta de acordo inclusive com a razão que justifica a adoção de tal procedimento” (SANTOS, 2006, p. 10).

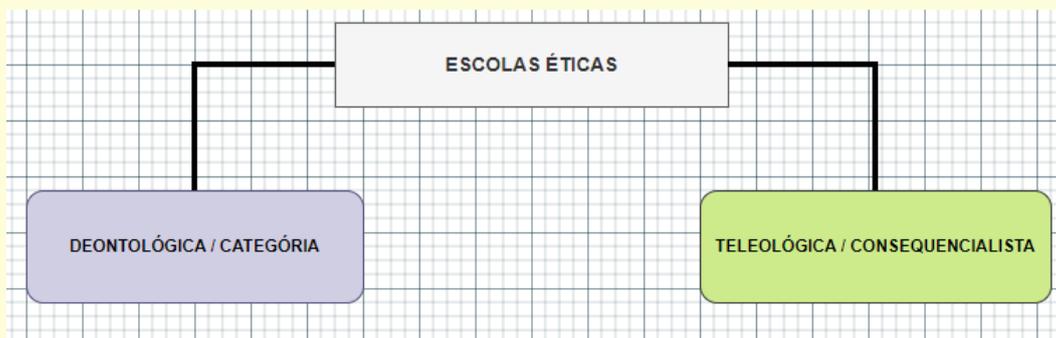
Dentro da ética, temos um de seus principais campos de estudo, o normativo. A ética normativa pode ser subdividida em duas correntes principais: a ética teleológica e a ética deontológica. Por um lado, a finalidade ou o *télos* é o que importa para a correção de uma ação de acordo com a ética teleológica. Por outro lado, a ética deontológica não considera as conseqüências ou finalidades das ações quando avalia a sua correção moral, mas antes as normas nas quais essas ações estão fundamentadas.

Resumidamente, Melissa Santos (2006, p. 11) destaca que “As éticas consequencialistas e de virtudes compõem a ética teleológica, isto é, a ética dos fins. A corrente utilitarista é talvez a principal corrente do consequencialismo e tem como fundamental representante moderno o filósofo John Stuart Mill”. Citando o princípio utilitarista de John Stuart Mill, o referido autor explica que “são corretas as ações que promovem a felicidade ou o bem estar”. “Quanto mais felicidade aos envolvidos eu proporciono com minha ação mais correta ela se torna do ponto de vista moral. Dessa forma, Mill admite que ações incorretas ou imorais são aquelas que produzem o mal-estar ou a infelicidade”.

Por sua vez, a teoria moral kantiana diferencia-se da utilitarista por não julgar a correção das ações conforme as suas conseqüências. Sendo assim, trata-se de uma “ética deontológica que apesar de estar sustentada na observação de regras para a ação não procura a elaboração de um conjunto fechado de normas de conduta a serem seguidas”, como é o caso das éticas religiosas, a título de exemplo. Diante disso, “a doutrina moral de Kant apresenta já no final do século XVIII, sob a influência das ideias iluministas, uma noção de dever moral diferente da concepção cristã vigente na Idade Média”. Para Kant, o dever não se apresenta sob a forma de um conjunto de mandamentos, com conteúdo fixo a determinarem a prática desta ou daquela ação. Portanto, “o imperativo categórico kantiano enquanto procedimento

para averiguação da correção de máximas para a ação caracteriza a preocupação de Kant com o exame da regra para a ação e não da ação em si mesma e suas consequências”. Na verdade, o dever é uma “forma” válida para qualquer ação moral. “Essa forma é imperativa e válida independentemente das circunstâncias e finalidades envolvidas em cada ação” (SANTOS, 2006, p. 11).

Figura 2: Esquemas ilustrando as duas escolas éticas do pensamento filosófico.



Fonte: Elaboração do autor.

Antes de adentrarmos na discussão sobre o que Kant entende por “imperativos” e quais tipos ele categoriza, faz-se necessário explicar um pouco sobre a obra na qual Kant inicia seu aprofundamento sobre questões que envolvem a prática das ações humanas e sua relação com a moralidade. A referida obra filosófica foi intitulada “A Fundamentação da Metafísica dos Costumes”, datada do ano de 1785, também é considerada como o primeiro trabalho maduro de Immanuel Kant sobre filosofia moral. O referido livro está dividido da seguinte forma: Prefácio; Transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico; Transição da filosofia moral popular para a metafísica dos costumes; Transição da metafísica dos costumes para a crítica da razão prática pura. Sendo assim, além do prefácio, a referida obra divide-se em três seções.

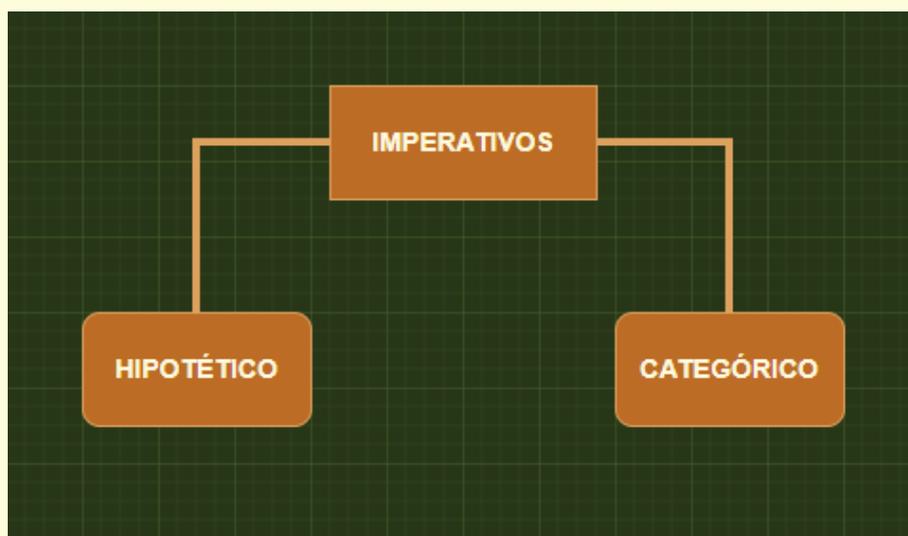
De acordo com Santos (2006, p. 17), “*A Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, publicada em 1785, é o primeiro livro crítico da filosofia moral de Kant seguido pela *Crítica da Razão Prática* (1788) e pela *Metafísica dos Costumes* (1797)”. Ainda segundo o referido autor, a citada obra representa “uma primeira abordagem dos mais importantes temas pertencentes à filosofia prática crítica do autor, ou seja, nela são apresentados temas tais como o dever moral e o imperativo categórico que seguirão como elementos fundamentais para a compreensão do projeto moral Kantiano”. Em suma, sob a ótica de Santos (2006, p. 17), “A obra em questão tem como principal objetivo a determinação da natureza da lei moral

e apesar de também tratar da questão da liberdade, seu ponto central é mesmo a lei **(imperativo)**”.

Neste ponto, resta-nos discorrer a respeito do chamado “Imperativo” desenvolvido por Kant, abordando classificações e características. Primeiramente, “Os imperativos podem ser hipotéticos ou categóricos, sendo esta a distinção das maneiras pelas quais a razão pode comandar nossa vontade”. De um lado, os “Hipotéticos seriam aquele de ordem instrumental, sempre ligados a uma finalidade, ou seja, condicionais”. Por outro lado, os “Categóricos são aqueles que estão distanciados de uma condição, incondicionais categóricos no sentido de que deve prevalecer em qualquer circunstância”. Sob a ótica kantiana, “se uma ação for boa apenas como um meio para atingir uma determinada coisa, o imperativo será hipotético. Se a ação for boa em si e por conseguinte, necessária para uma vontade que, por si só, esteja em sintonia com a razão, o imperativo será categórico” (MELLO; MORAES, 2017, p. 158).

Corroborando com o disposto anteriormente, Willyans Maciel discorre a respeito dos dois tipos de imperativos kantianos. Para ele, “Aqueles máximas que seriam aceitáveis como lei universal, podendo ser consideradas motivação adequada para a ação humana, seriam os imperativos categóricos, implicando em exigência absoluta e incondicional”. Enfatiza que “Este não pode ser desobedecido, não importando as circunstâncias, sendo um fim em si mesmo, ou seja, nenhuma outra finalidade pode justificar a desobediência e o imperativo categórico não carece de qualquer outra justificação”. Inversamente, os imperativos hipotéticos possuem “aplicação quando desejamos atingir algum fim determinado, por exemplo, se desejamos adquirir conhecimento, é imperativo que aprendamos”. Segundo o autor, “O imperativo hipotético está atrelado ao fim, ou a finalidade, almejado por aquele que age, facilitando assim a decisão de qual a ação correta a se tomar”. Caracteriza-se como hipotético pois, “uma vez que o agente não tenha interesse em realizar aquele fim, ou não esteja disposto a ação necessária para realizá-lo, não existe qualquer obrigação de segui-lo”. Nesse sentido, tal imperativo “é facultativo e condicionado as nossas inclinações” (MACIEL, [201-?], n.p).

Figura 3: Esquemas ilustrando os dois tipos de imperativos kantianos.



Fonte: Elaboração do autor.

Para os fins aqui propostos, utilizaremos as reflexões sobre o imperativo categórico. Seguindo os ensinamentos do Professor Pedro Menezes, o imperativo categórico é um conceito filosófico desenvolvido por Kant que defende que todo ser humano deve agir baseado nos princípios morais. Ainda, entende que tal conceito analisa a motivação que leva o ser humano a agir em diferentes situações da vida (MENEZES, [201-?], n.p).

O ponto central do conceito de imperativo categórico é o senso de moral e o dever como princípio. Assim, “Kant buscou criar uma espécie de fórmula (como as da física) que pudesse orientar todas as ações”. Dessa forma, “uma ação seria moral somente se passasse no crivo do imperativo categórico”. Segundo Menezes destaca, Kant entendia que seria “importante que a conduta de quem exerce a ação tenha uma preocupação moral intrínseca, que independa de punição ou vantagem, de qualquer tipo de prejuízo ou lucro”. O citado autor conclui destacando que “O imperativo categórico defende que os indivíduos deveriam agir conforme aquilo que gostariam de ver como lei universal, ou seja, só deveria agir da maneira que gostaria que todos (sem exceção) agissem”. Devido a esse conceito de lei, o imperativo categórico também ficou conhecido como **imperativo universal** (MENEZES, [201-?], n.p).

Em suma, Maciel explica que sob a ótica do imperativo categórico “devemos aceitar que o valor moral de uma ação se deriva-se de sua máxima e não por suas consequências”. “Em outras palavras, para determinar a moralidade de uma ação devemos considerar os

motivos do agente e não as consequências da ação promovida por ele” (MACIEL, [201-?], n.p).

Visando buscar uma fórmula moral para a resolução das questões relativas à ação, o imperativo categórico pode ser apresentado de três fórmulas diferentes ao longo da obra de Kant. Sobre isso, Menezes explica que “Cada uma das três formulações se complementam e formam o eixo central da moral kantiana”. No cerne da moral kantiana, “as ações devem ser orientadas pela razão, sempre saindo do particular, da ação individual, para o universal, da lei moral” (MENEZES, [201-?], n.p). Vejamos a seguir cada uma das três fórmulas.

a) Fórmula da Humanidade:

“Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (KANT, 2007, p. 69).

De acordo com essa formulação, Kant reforça a ideia de que a humanidade deve ser sempre o objetivo da ética. Dessa forma, todas as nossas ações devem estar subordinadas ao respeito à humanidade. “Essa humanidade é representada tanto na pessoa do agente, aquele que pratica a ação, como nas pessoas que sofrem a ação direta ou indiretamente. Respeitar a si e respeitar o outro é uma forma de respeito à humanidade”. Em suma, observa-se que um ser humano em nenhuma hipótese pode ser entendido como um instrumento para se alcançar qualquer tipo de objetivo. O fim das nossas ações seria a própria humanidade, jamais devemos tratá-la enquanto meio. “Kant, nesse momento contraria, por exemplo, a ideia de que “os fins justificam os meios” ou qualquer visão utilitária da ética” (MENEZES, [201-?], n.p).

b) Fórmula da Lei da Natureza:

“Age como se a máxima da tua ação se devesse tornar, pela tua vontade, em lei universal da natureza” (KANT, 2007, p. 59).

Seguindo a citada formulação, Kant acreditava que cada ação individual deve ter como princípio a ideia de poder se tornar uma Lei da Natureza. Entende-se que as Leis da Natureza são universais e necessárias, sendo cumpridas por todos os seres, independente de escolhas. Por exemplo, podemos citar a Lei da Gravidade, os ciclos da vida, o movimento das marés, a rotação da terra, etc. Ou seja, são leis que submetem todos os seres e são inquestionáveis. Para Kant, ao conceber esta formulação, por meio da razão humana seríamos

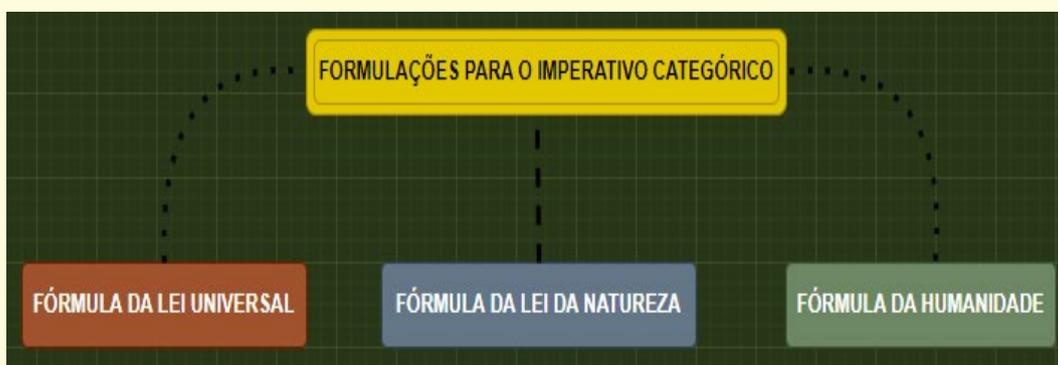
capazes de julgar se uma ação é correta para todos, independentemente de qualquer fator externo.

c) Fórmula da Lei Universal:

“Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (KANT, 2007, p. 59).

Priorizando a racionalidade humanada, nossa capacidade de julgar e de agir motivado por um fim específico, Kant efetua uma separação entre os seres humanos e os outros seres da natureza. Dessa maneira, o referido filósofo entende que os seres racionais (humanos) determinam sua vontade baseando-se em determinados fins, enquanto a natureza age pelas causas, ou seja, tal fato causa tal consequência. “O agente deve tomar como princípio a ideia de que sua ação possa servir como lei para todas as pessoas. Ou seja, com base na razão, a boa ação é a que está em conformidade com o dever” (MENEZES, [201-?], n.p).

Figura 4: Esquemas ilustrando as fórmulas para o imperativo categórico.



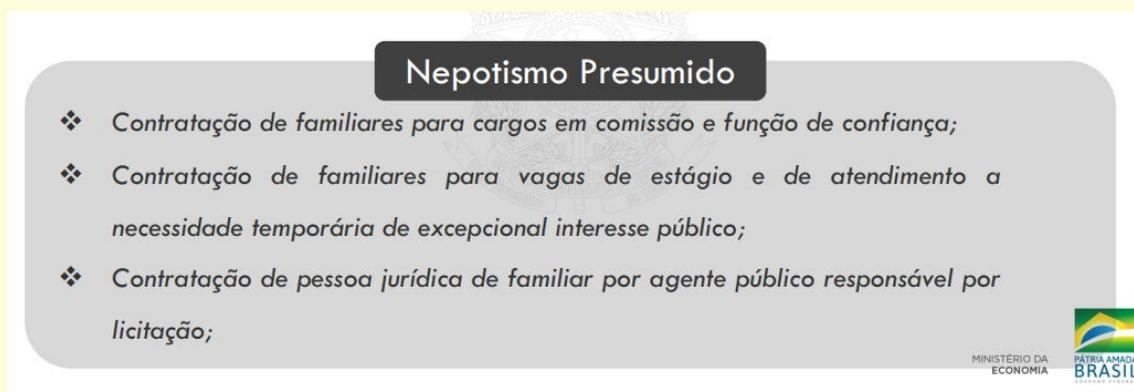
Fonte: Elaboração do autor.

Sintetizando, sob a ótica kantiana, uma boa ação seria aquela que está intimamente ligada com o dever. Para tanto, a razão compreende o que é o dever e o ser humano pode escolher agir de acordo com esse dever ou não. No entanto, “a ação moral será sempre a ação por dever. Sendo assim, a ação deve ser compreendida como um fim em si mesma, e nunca com base em suas consequências”. “É a ação pela ação e o dever pelo dever, nunca em vista de outro fim”. Em face disso, podemos entender que a ética de Kant se apresenta calcada na ideia do dever. Filosoficamente, chamamos a ética que se baseia no dever de “ética deontológica”. Derivando do grego *deon* (que significa "dever"), deontologia seria a "ciência do dever".

3. FAMILIARES POLÍTICOS EM TOUROS-RN

De acordo com Lucíola Maurício de Arruda (2021, p. 2), “O Nepotismo ocorre quando um agente público usa de sua posição de poder para nomear, contratar ou favorecer um ou mais parentes”. Além disso, a referida autora ainda aponta para a existência do chamado Nepotismo Presumido, segunda ela, “Em algumas situações o nepotismo é presumido, ou seja, para sua caracterização não é necessário comprovar a influência do agente público na contratação de seu parente” (ARRUDA, 2021, p. 4).

Figura 5: Características do Nepotismo Presumido.



Fonte: Infográfico - CGCOM/DGP, Ministério da Economia (ARRUDA, 2021, p. 4).

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, fundamentado nos argumentos do professor Paulo Modesto (2012), destaca:

Nepotismo é a conduta de nomear para cargos públicos em comissão ou funções de confiança de livre provimento e livre exoneração, ou para cargos e funções de provimento ou exoneração condicionada, parentes, cônjuges ou companheiros de agentes públicos, enaltecendo critérios de promoção familiar e de afinidade em detrimento de critérios de mérito e capacidade funcional no acesso a cargos públicos. Em termos ainda mais amplos, nepotismo (do latim *nepos*, neto ou descendente) designa o vício de promover o favorecimento de parentes e afins na gestão pública, confundindo-se a esfera dos interesses privados do administrador com os interesses sociais objetivos que a administração pública deve atender. Trata-se de comportamento, em qualquer extensão do conceito, evidentemente contrário ao *ethos* republicano, a princípios básicos da administração pública e a elementares preceitos de boa gestão da coisa pública, mas que foi tolerado durante toda a história do Brasil e nos vinte primeiros anos da Constituição Federal de 1988 (FUX, 2018, p. 5).

No entanto, resta saber se a prática do chamado “Nepotismo” possui alguma proibição legal no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, vejamos alguns dispositivos legais, apresentados em ordem cronológica, como uma linha do tempo que demonstra a evolução da tentativa de proibição da prática de nomear parentes, cônjuges ou companheiros para ocupar os diversos cargos públicos.

Iniciando pelo Artigo 37, da nossa Constituição Federal de 1988, temos o seguinte: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, **também, ao seguinte**” (BRASIL, 1988, Art. 37, grifo nosso).

Dentre os parágrafos seguintes, enfatizamos o quarto, destacando que “Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, **na forma e gradação previstas em lei**, sem prejuízo da ação penal cabível (BRASIL, 1988, Art. 37, Parágrafo quarto, grifo nosso).

Ao analisar detidamente os dispositivos constitucionais transcritos acima, grifamos duas passagens que julgamos merecer explicações. O primeiro grifo justifica-se por motivo de esclarecer que o caput do artigo 37 não condiciona o seu teor em duas partes, caso fosse essa a intenção, teria sido utilizado o conectivo “ou” e não o conectivo “e”, conforme destacado acima. Em outras palavras, o dispositivo do caput deve ser seguido em seu inteiro teor, adicionando-se a ele os dispositivos contidos nos incisos e parágrafos seguintes. Em suma, não se trata de hipóteses de exceções aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, notadamente aos princípios da impessoalidade e moralidade quando se diz respeito ao Nepotismo.

O segundo grifo faz menção a Lei prevista em nossa Carta Magna para dispor sobre os atos de improbidade administrativa. Tal normativo legal foi oficializado por meio da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a chamada Lei de Improbidade Administrativa (LIA), tendo sido alterada recentemente pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021. Passaremos a vislumbrar o teor desse normativo atualizado e relacioná-lo ao assunto em discussão.

Os tipos de atos de improbidade administrativa são aqueles dispostos nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA, notadamente: a) Enriquecimento Ilícito; b) Lesão ao Erário e c) Atentar contra os Princípios da Administração Pública. Ainda no parágrafo terceiro, artigo 1º, da LIA, o legislador ressalta que “O mero exercício da função ou desempenho de competências

públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa”. Ou seja, apesar de estar escrito como sendo uma das hipóteses de atentar contra os Princípios da Administração Pública, o inciso XI, art. 11, conforme transcrito a seguir, faz-se necessário a comprovação de ato doloso com fim ilícito, como se o próprio ato de nomear parentes não fosse uma afronta por si só aos princípios constitucionais da Impessoalidade e Moralidade.

Nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas (BRASIL, 1992, Art. 11, inciso XI).

Corroborando com esse entendimento, a meu ver extremamente equivocado, parcial e tendencioso, o legislador ainda reforça essa perspectiva defensora do Nepotismo ao esculpir no artigo 11, parágrafo quinto, da LIA que “Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente” (BRASIL, 1992, Art. 11, parágrafo quinto).

No entanto, ainda no artigo 1º, parágrafo quarto, consta que “Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador”. De acordo com o Juiz de Direito Luiz Mauro Eche, Direito Administrativo Sancionador pode ser entendido como:

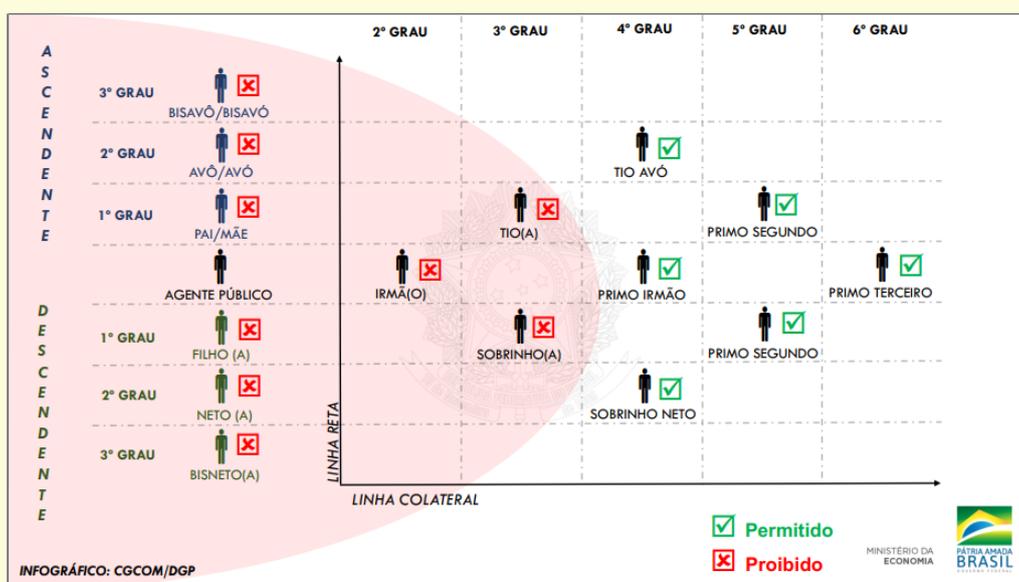
Expressão do efetivo poder punitivo do Estado, no âmbito do Direito Administrativo, direcionada à responsabilização do servidor público em sentido amplo e/ou do particular, em órbita não penal, que tenha atentando contra o interesse coletivo, os princípios da administração pública e/ou a moralidade administrativa (ECHE, 2021).

Sendo mais objetivo, diante do disposto no parágrafo quarto, artigo 1º, os princípios estampados no artigo 37 da Carta Magna devem ser seguidos, preservados e respeitados. Além disso, conforme salientamos, tal mandamento é incondicional, não dependendo de “jeitinhos”, a exemplo da comprovação de “dolo com finalidade ilícita”.

Outro dispositivo importante que trazemos à baila é a conhecida Súmula Vinculante 13, proferida pela mais alta Corte de Justiça brasileira. Vejamos o seu teor:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal (BRASIL, 2008, Súmula Vinculante 13).

Figura 6: Infográfico a respeito das diversas formas de parentesco.



Fonte: Infográfico - CGCOM/DGP, Ministério da Economia (ARRUDA, 2021, p. 9).

A retrocitada Súmula Vinculante tem servido de base para recentes decisões nas diversas instâncias judiciais de nosso país, tanto é que no ano de 2017 o município de Touros-RN foi alvo de Medida Cautelar envolvendo Nepotismo. Na ocasião, o Ministro do STF, Marco Aurélio, deferiu o pedido de Liminar suspendendo a eficácia das Portarias que nomearam a esposa e o filho do então Prefeito Municipal de Touros-RN, respectivamente para os cargos de Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação e Secretário Municipal de Saúde.

Figura 7: Item de Medida Cautelar deferida pelo Ministro Marco Aurélio.

2. Mostra-se relevante a alegação. Por meio das Portarias nº 4/2017/GC e nº 5/2017/GC, o atual titular do Poder Executivo do Município de Touros/RN nomeou o filho e a mulher para ocuparem, nessa ordem, os cargos em comissão de Secretário de Saúde e Secretária de Assistência Social, Habitação e Cidadania. Ao indicar cônjuge e parente em linha reta para exercerem as funções, a autoridade reclamada, mediante ato administrativo, acabou por desrespeitar o preceito revelado no verbete vinculante nº 13 da Súmula do Supremo, cujo teor transcrevo:

Fonte: Fragmentos da Liminar suspendendo a eficácias das Portarias aludidas acima (AURÉLIO, 2017, p. 2).

Figura 8: Itens de Medida Cautelar deferida pelo Ministro Marco Aurélio.

Sinalizando o alcance da Constituição Federal, o enunciado contempla três vedações distintas relativamente à nomeação para cargo em comissão, de confiança ou função gratificada em qualquer dos Poderes de todos os entes integrantes da Federação. A primeira diz respeito à proibição de designar parente da autoridade nomeante. A segunda concerne a familiar de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento. A terceira refere-se ao nepotismo cruzado, mediante designações recíprocas. No mais, o teor do verbete não contém exceção quanto ao cargo de Secretário Municipal.

3. Defiro a liminar para suspender a eficácia das Portarias nº 4/2017/GC e nº 5/2017/GC, do Prefeito do Município de Touros/RN, tornadas públicas em 5 e 6 de janeiro deste ano, respectivamente.

4. Presente a regência do Código de Processo Civil de 2015, citem os interessados e solicitem informações. Com o recebimento, colham o parecer da Procuradoria-Geral da República.

5. Publiquem.

Brasília, 1º de agosto de 2017.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

Fonte: Fragmentos da Liminar suspendendo a eficácias das Portarias aludidas acima (AURÉLIO, 2017, p. 3).

Apesar dos pesares, nas últimas decisões do STF - envolvendo casos de Nepotismo – tem sido defendido pela maioria dos Ministros da Suprema Corte brasileira que a vedação legal para tais situações não abarcam os cargos de Agentes Políticos. Vejamos o que tem sido discutido a este respeito. No artigo 2º da LIA, está contido que:

Para os efeitos desta Lei, consideram-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades referidas no art. 1º desta Lei (BRASIL, 1992, Art. 11, parágrafo quinto).

Diante do exposto, fica claro que Agente Público classifica-se como gênero, subdividindo-se em espécies, como exemplo, o Agente Político. Vejamos algumas definições dessa natureza. Para Raquel Mota (2017), citando o renomado jurista Hely Lopes Meirelles, “[...] os **agentes políticos** são os componentes de primeiro escalão do Governo, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais”. Além disso, “Atuam com liberdade funcional, com as prerrogativas e responsabilidades próprias. Possuem normas privativas para sua escolha, investidura, conduta e processos por crimes funcionais e de responsabilidade cometidos”.

Valendo-se dos argumentos de outro ilustre jurista, Celso Antônio Bandeira de Mello, a referida autora destaca que para esse autor os **Agentes Políticos** “são os titulares dos cargos estruturais à organização política do país, ou seja, ocupantes dos que integram o arcabouço constitucional do Estado, o esquema fundamental do Poder”. “Daí que se constituem nos formadores da vontade superior do Estado”. Por fim, conclui enfatizando que “São agentes políticos apenas o Presidente da República, os Governadores, Prefeitos e os respectivos vices, os auxiliares imediatos dos Chefes do Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores, Deputados federais e estaduais e Vereadores”.

Infelizmente, recentes decisões do STF têm sido favoráveis no sentido de que os familiares, parentes, cônjuges ou companheiros ocupantes de cargos caracterizados como **Agentes Políticos** não se enquadrariam no teor do disposto na Súmula Vinculante 13, bem como não se constituem como afronta aos princípios constitucionais estampados no artigo 37 da nossa Carta Magna de 1988.

Nesse sentido, o Ministro do STF, Alexandre de Moraes, Relator para Acórdão sobre a Reclamação 36.482 Paraná, datado do dia 05 de agosto de 2020, no qual julgou

improcedente suposto caso de Nepotismo em que o Prefeito de um município paranaense nomeou sua esposa para ocupar o cargo de Secretária Municipal de Ação Social, alegou que a nomeação encontrava amparo - por analogia - no artigo 84 da Constituição Federal, que trata sobre a nomeação de integrantes do primeiro escalão pelo chefe do Executivo.

Figura 9: Itens do Acórdão sobre a Reclamação 36.482 Paraná.

Ementa: CONSTITUCIONAL. SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO. NOMEAÇÃO PARA CARGO POLÍTICO. HIPÓTESE NÃO ALCANÇADA PELA SÚMULA VINCULANTE 13. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO (ART. 84 DA CF/1988). RECLAMAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

1. Nos representativos que embasaram a aprovação da Súmula Vinculante 13, a discussão centrou-se nas nomeações para cargos em comissão e funções de confiança da administração pública (art. 37, V, CF/1988).

2. Em nenhum momento, tanto nos debates quanto nos precedentes que levaram ao enunciado da súmula, discutiu-se a nomeação para cargos políticos, até porque a previsão de nomeação do primeiro escalão pelo chefe do Executivo está no art. 84 da Constituição Federal.

3. A nomeação de parente, cônjuge ou companheira para cargos de natureza eminentemente política, como no caso concreto, em que a esposa do Prefeito foi escolhida para exercer cargo de Secretária Municipal, não se subordina ao Enunciado Vinculante 13 (Rcl 30.466, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, Dje de 26/11/2018; Rcl 31.732, Redator p/ o Acórdão Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de 3/2/2020).

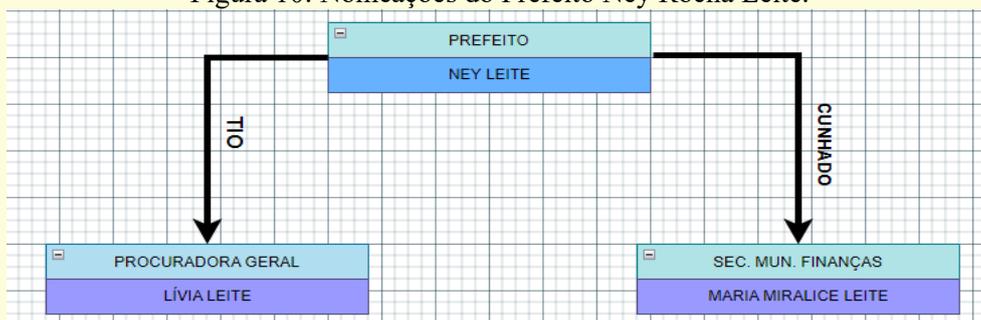
Fonte: Fragmentos do Acórdão sobre a Reclamação 36.482 Paraná (MORAES, 2020, p. 1).

O citado artigo 84 da Carta Federal de 1988 ordena que “Compete privativamente ao Presidente da República: I – nomear e exonerar os Ministros de Estado; II – exercer, com auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal” (BRASIL, 1988, Art. 84). Em outras palavras, estaríamos diante de uma nova interpretação a respeito da abrangência da aplicabilidade dos princípios expressos no artigo 37? Seria um caso de exceção implícito no artigo 84? Dizendo que os chefes dos poderes executivos (Presidente da República, Governadores e Prefeitos) estariam dispensados de seguirem os princípios da moralidade e impessoalidade simplesmente por que está expresso no artigo 84 da CF/88 que é um ato privativo deles nomear os ditos agentes políticos? Com a devida vênia, lamentamos e não concordamos com tal interpretação majoritária temporária.

Encerrando esta seção, selecionei e esquematizei alguns casos recentes ocorridos – e que ainda estão ocorrendo – no município de Touros-RN, aos quais, a depender da interpretação dos nossos doutos magistrados, poderiam ser considerados como explícita afronta aos princípios e dispositivos legais discorridos e discutidos anteriormente.

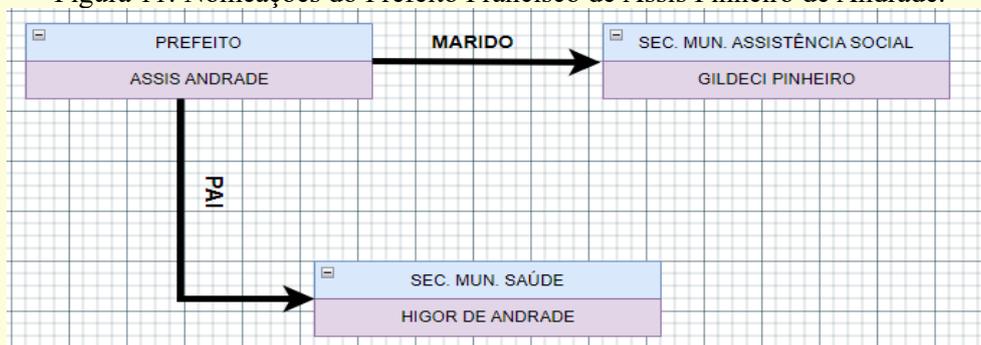
Em ordem cronológica, foram selecionados os últimos três gestores municipais: Ney Rocha Leite (2013-2016); Francisco de Assis Pinheiro de Andrade (2017-2020) e Pedro Ferreira de Farias Filho (2021-atual). Todos os dados e informações utilizadas neste trabalho podem ser consultadas pela internet, principalmente por meio do Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN).

Figura 10: Nomeações do Prefeito Ney Rocha Leite.



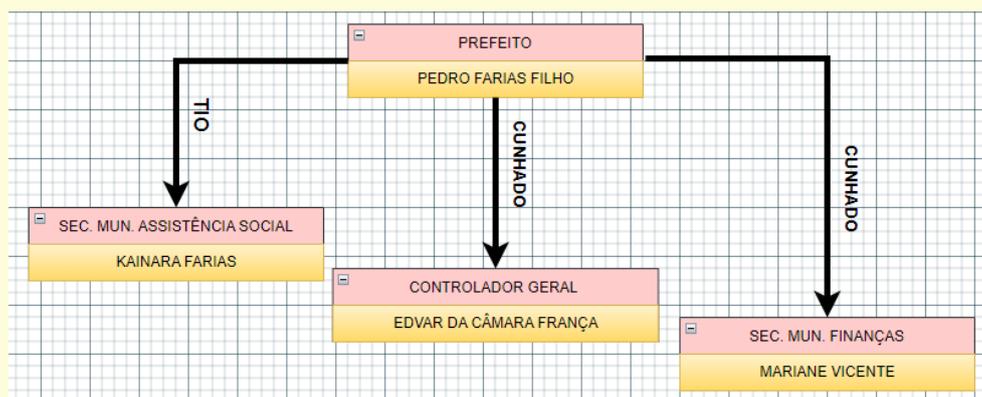
Fonte: Portarias do Gabinete Civil nº 033 e 009, de 3 de janeiro de 2013; Diário Oficial do Município de Touros-RN.

Figura 11: Nomeações do Prefeito Francisco de Assis Pinheiro de Andrade.



Fonte: Portarias do Gabinete Civil nº 004 e 005, de 2 de janeiro de 2017; Diário Oficial do Município de Touros-RN.

Figura 6: Nomeações do Prefeito Pedro Ferreira de Farias Filho.



Fonte: Portarias do Gabinete Civil nº 11, 12 e 17, de 4 de janeiro de 2021; Diário Oficial do Município de Touros-RN.

4. CONSIDERAÇÕES

Existe uma célebre frase atribuída ao filósofo Kant, disse ele: “Age sempre de tal modo que o teu comportamento possa vir a ser princípio de uma lei universal”. As poucas linhas aqui escritas possuem a finalidade de convidar os leitores para fazerem os seguintes questionamentos: nomear parentes e familiares para cargos de natureza política deveria ser uma lei universal? Seria interessante – e moral – termos em todas as prefeituras, governos estaduais e até mesmo na presidência da república, passando pelos poderes judiciário e legislativo, familiares e parentes nos altos cargos políticos?

Caso alguém considere uma resposta positiva para tais questionamentos, pergunto: deviríamos modificar o conceito trazido pela expressão latina “*Res Publica*”, afinal, se vivemos e defendemos a República como forma de governo, precisaríamos alterar o significado da “Coisa Pública” ou “Coisa do Povo” para “Coisa Privada”?

Ao fim e ao cabo, concordamos com o Ministro Fux ao afirmar, em seu posicionamento sobre a extensão da aplicação da Súmula Vinculante nº 13, “O teor do verbete não contém exceção quanto ao cargo político. A discussão orbita em torno do enquadramento dos agentes políticos como ocupantes de cargos públicos”, enfatizando os cargos em comissão ou de confiança. No entanto, para o referido magistrado, “ao não diferenciar cargos políticos de cargos estritamente administrativos, a literalidade da súmula vinculante sugere que resta proibido o nepotismo em todas as situações” (FUX, 2018, p. 6).

Finalizando nosso percurso moral, jurídico, político e reflexivo, entendemos que “a melhor e mais acertada hermenêutica da Súmula Vinculante nº 13 e em consonância com os

princípios da moralidade e impessoalidade”, portanto, “é que a vedação ao nepotismo (indicação de parentes para exercício de cargos/funções em comissão ou de confiança) abrange toda a Administração Pública, de quaisquer dos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário)”, “de todos os Entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), inclusive os cargos políticos (Ministros e Secretários)”, “até porque na administração da coisa pública deve se prevalecer e buscar sempre o interesse público, não podendo a máquina ser utilizada para satisfação de interesses ou favorecimentos pessoais ou de outrem” (OLIVEIRA, 2017).

REFERÊNCIAS

AURÉLIO, Marco. Medida Cautelar na Reclamação 26.424 Rio Grande do Norte. Brasília, 1º de agosto de 2017.

ARRUDA, L. M. Nepotismo: Conceito, base legal, vedações e exceções. Ministério da Economia, Diretoria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Gestão Corporativa. Brasília, 4 de março de 2021.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 33. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 8 nov de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm>. Acesso em 8 nov de 2022. 1992.

ECHE, Luís Mauro Lindenmeyer. O Direito Administrativo Sancionador e a falta de simetria com o Direito Penal. Revista Consultor Jurídico, 9 de dezembro de 2021.

PORFÍRIO, Francisco. “Immanuel Kant”; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/immanuel-kant.htm>>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

FUX, Luiz. REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.133.118 SÃO PAULO. Inteiro Teor do Acórdão. Brasília, 24 de maio de 2018.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.

MACIEL, Willyans. Imperativo categórico. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/filosofia/imperativo-categorico/>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

MARTINS, Reno Sampaio Mesquita. Um estudo sobre os costumes à luz de Immanuel Kant. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5764/Um-estudo-sobre-os-costumes-a-luz-de-Immanuel-Kant>>. 2010. Acesso em 17 de outubro de 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MELLO, C. de M.; MORAES, T. A fundamentação da metafísica dos costumes em Immanuel Kant e a promoção da dignidade da pessoa humana. Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença, 10 (1). 2017.

MENEZES, Pedro. A Ética de Kant e o Imperativo Categórico. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/etica-kant-imperativo-categorico/>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

MENEZES, Pedro. O que é o imperativo categórico? Disponível em: <<https://www.significados.com.br/imperativo-categorico/#:~:text=O%20imperativo%20categ%C3%B3rico%20%C3%A9%20um,de%20acordo%20com%20princ%C3%ADpios%20morais.&text=Para%20Kant%2C%20um%20imperativo%20%C3%A9,seja%20submetido%20a%20uma%20an%C3%A1lise>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

MODESTO, Paulo. Nepotismo em cargos político-administrativos. Revista Eletrônica de Direito do Estado, Salvador, n. 32, 2012.

MORAES, Alexandre. Inteiro Teor do Acórdão sobre a Reclamação 36.482 – Paraná. Brasília, 5 de agosto de 2020.

MOTTA, Raquel Dias da Silveira. Agentes públicos: classificação. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/3/edicao-1/agentes-publicos:-classificacao>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Fabrício Ferreira. Vedação do nepotismo na Administração Pública e indicação de pessoas na terceirização; conflito direto com os princípios da moralidade e impessoalidade. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58578/vedacao-do-nepotismo-na-administracao-publica-e-indicacao-de-pessoas-na-terceirizacao-conflito-direto-com-os-principios-da-moralidade-e-impessoalidade>>. 2017. Acesso em 17 de outubro de 2022.

SANTOS, Melissa Regina Lentz dos. A estratégia de Kant para a fundamentação da metafísica dos costumes e o fato da razão. 155 fls. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PERFIL CONSUMIDOR TOURENSE: IDENTIFICANDO OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO

BRENNA THUANNE VIEIRA DE ASSIS TENÓRIO
Bacharela em Administração (UFSJ)

INTRODUÇÃO

Na atualidade, diante de muita oferta e diversificação, os empreendedores buscam constantemente conquistar e manter clientes. Em colaboração a isso, temos o marketing, ferramenta estratégica, utilizado para auxiliar na prospecção e relacionamento com os consumidores. Como descreve Patzlaff (2009), o marketing “é ferramenta capaz de criar e agregar valor para o cliente em relação ao produto ofertado, auxiliando na conquista dos objetivos da organização”.

Diante disso, compreendemos a importância de que as empresas façam o seguinte questionamento: Para quem iremos vender? Pois a resposta para essa questão é necessária para o sustento dos empreendimentos e, a partir disso, os investimentos serão voltados para a obtenção e fidelização dos clientes.

Em consonância, a pesquisa de mercado se mostra importante para percepção das necessidades e desejos de determinado público-alvo. A abertura de um negócio pode ser embasada nas necessidades existentes naquela região, ou seja, em uma segmentação de mercado, selecionar para quem se deseja vender e por qual motivo os indivíduos irão comprar.

Por isso, é importante identificar o que motiva as pessoas a concluir ou utilizar um serviço, como define Maslow, teórico da motivação, as necessidades humanas se dividem em cinco níveis: Fisiológicas, segurança, sociais, estima e auto realização. Compreendendo esses níveis entenderemos a importância de cada necessidade e a motivação para conquistá-la.

Este artigo tem como objetivo constatar oportunidades de negócios na cidade de Touros-RN, através da identificação das necessidades da população local. A pesquisa foi realizada com aplicação de questionário aos moradores da cidade. Por intermédio do mesmo, pode-se compreender desejos e necessidades dos consumidores.

A respeito da estrutura deste trabalho, apresento algumas considerações sobre a pesquisa de marketing, na primeira seção. Em seguida, trato sobre a teoria da motivação de Maslow e questões teóricas envolvendo o consumidor. Por fim, efetuo uma breve discussão

sobre os dados obtidos, apresentado as oportunidades de novos negócios para os empreendedores da cidade de Touros-RN.

PESQUISA DE MARKETING

A abertura de um negócio traz consigo muitas possibilidades e algumas incertezas, todavia, pode-se evitar algumas instabilidades utilizando-se de ferramentas da administração, como exemplo, a pesquisa de marketing.

A pesquisa de marketing “presta-se como fator de fomento à tomada de decisão e à minimização de incertezas, contribuindo para o incremento da probabilidade de êxito da ação organizacional, à frente de cada objetivo mercadológico” (FREITAS, 2019, p.11).

A utilização de informações na etapa do planejamento é fundamental para embasar as decisões e, conseqüentemente, proporcionar um melhor gerenciamento das estratégias a serem tomadas. Ouvir o mercado e suas fraquezas gera potenciais à frente dos concorrentes.

Como define Freitas (2019), a pesquisa de marketing tem o enfoque no consumidor e no mercado, e apesar de não garantir o sucesso dos empreendimentos, baliza a tomada de decisão, mitigando riscos, sendo estrategicamente utilizada para fomentar a abertura de novos empreendimentos.

TEORIA DA MOTIVAÇÃO – MASLOW

O que motiva as pessoas? Uma pergunta complexa e que até os dias atuais muitos estudiosos buscam responder. A motivação varia de acordo com o ambiente, classe social, cultura, renda mensal e inúmeros outros fatores que podem fazê-la variar.

O teórico da psicologia Abraham Maslow definiu a complexidade da motivação humana, e em sua teoria a motivação pode ser exposta em uma pirâmide, a famosa pirâmide das necessidades humanas, dividida em cinco níveis.

A teoria da hierarquia das necessidades humanas proposta por Maslow estabelece que os indivíduos se motivem em níveis hierárquicos. A base dessa pirâmide são as necessidades fisiológicas, como comer, beber e respirar, esses são os primeiros gatilhos para motivação do ser humano. Se as necessidades fisiológicas estão atendidas, vamos ao segundo nível: segurança, segurança do emprego, da família, moralidade e saúde. Em terceiro nível temos o amor e relacionamentos, esse nível está relacionado a família, amizade e intimidade. Em continuação, o quarto nível é a estima, que envolve respeito, conquistas, reconhecimentos e

confiança. Por fim, o nível da auto realização, nesse nível as pessoas se motivam por criatividade, espontaneidade e desenvolvimento pessoal.

Para Maslow, os seres humanos sempre estarão em busca de algo que não possui, independentemente do nível de suas necessidades. E, conseqüentemente, quanto mais elevado for o nível, mais altos serão os desejos e, com isso, mais fortes serão as reclamações e as frustrações das pessoas (FERNANDES; PEREIRA, p.4).

Figura 1 – Pirâmide das necessidades humanas proposta por Maslow.



Fonte: Site do ministério da Infraestrutura.

Como se pode ver, a motivação no contexto citado é influenciada por etapas, caso as necessidades básicas estejam supridas, logo, a motivação será outra e assim por diante. Com essa contextualização percebe-se que o poder de compra e os desejos para adquirir, usufruir e comprar algum bem ou serviço depende do nível em que o consumidor está em determinado momento, e a posição na pirâmide das necessidades humanas vai depender da situação financeira, da idade, do estado civil e entre outros.

CONSUMIDOR

Em continuação, entender o que motiva é identificar o perfil de compra. Através disso, é possível mobilizar o marketing, a publicidade e o setor de relacionamento com cliente com o foco principal no consumidor, no que ele deseja e espera do produto, do serviço, da experiência.

Para um diferencial competitivo, é fundamental compreender o comportamento dos consumidores. Para Solomon (2016), comportamento do consumidor é o estudo dos processos envolvidos entre selecionar, comprar ou descartar produtos, serviços, ideias ou experiências para satisfazerem suas necessidades e desejos.

Vale destacar que no processo de compra, pode-se definir consumidor em três estágios: Comprador, usuário e influenciador. O comprador é quem efetivamente dispõe dos recursos para adquirir, o usuário é quem de fato utilizará da compra e o influenciador pode ser a mídia, um amigo e boas referências.

Solomon (2016) ressalta que as mudanças sociais e culturais estão fazendo a população evoluir de uma sociedade que compra em massa, para uma sociedade que busca cada vez mais diversidade de produtos/serviços. Gerando assim, novos desejos e necessidades.

COLETA DE DADOS

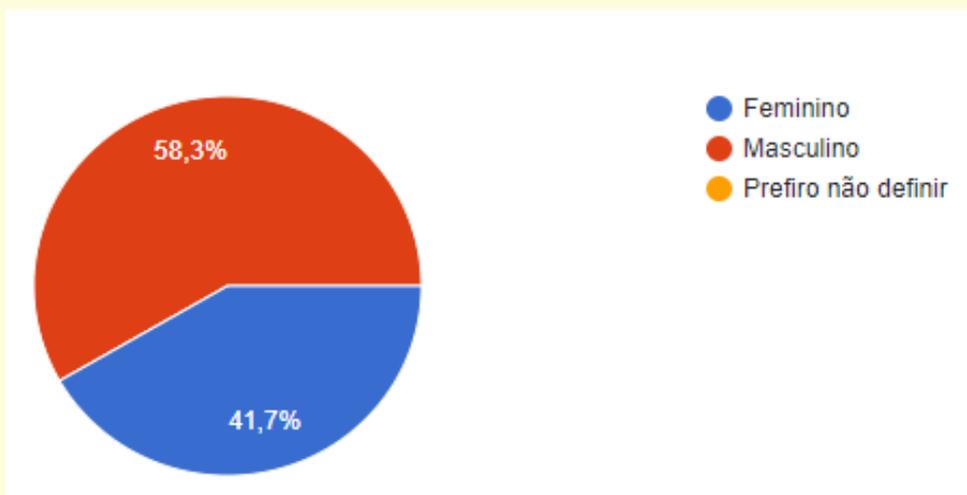
A coleta de dados foi realizada através do formulário do *Google*, com perguntas de múltipla escolha e uma questão aberta. A divulgação e o critério para participar da pesquisa era ser morador da cidade de Touros-RN. Intensificou-se o compartilhamento do link com pessoas da região e registramos 73 (setenta e três) participantes.

O questionário estava dividido em seis perguntas:

- Sexo;
- Idade;
- Estado Civil;
- Renda mensal;
- Redes sociais favoritas
- Descreva um produto/serviço que você não encontra em Touros.

Abaixo segue demonstrativo das características e perfil dos participantes. O primeiro gráfico refere-se ao sexo, dado importante para traçar o perfil dos participantes da pesquisa. Dos 73 (setenta e três) participantes, 58,3% foram do sexo masculino e 41,7% do sexo feminino.

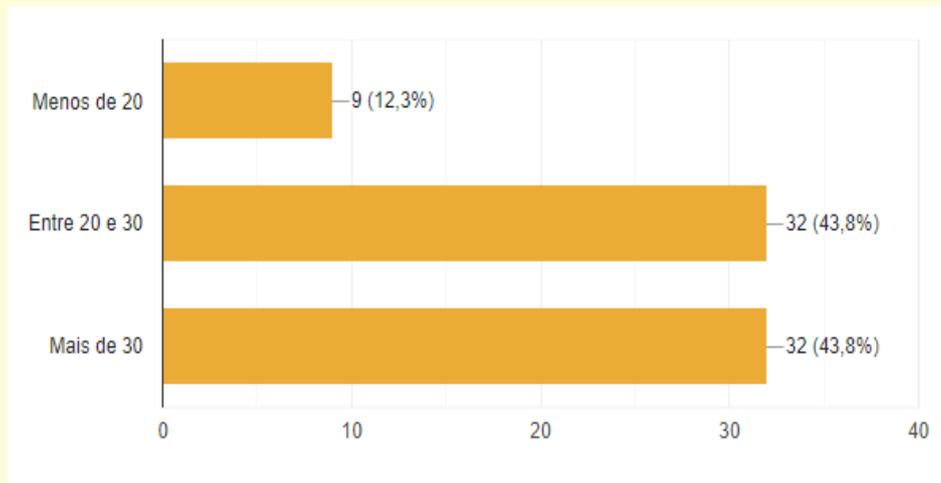
Gráfico 1 – Sexo dos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa.

O próximo diz respeito à idade, a pergunta estava dividida em três escalas: a primeira com menores de vinte anos, a segunda com entre vinte e trinta anos e a última com os acima de trinta anos.

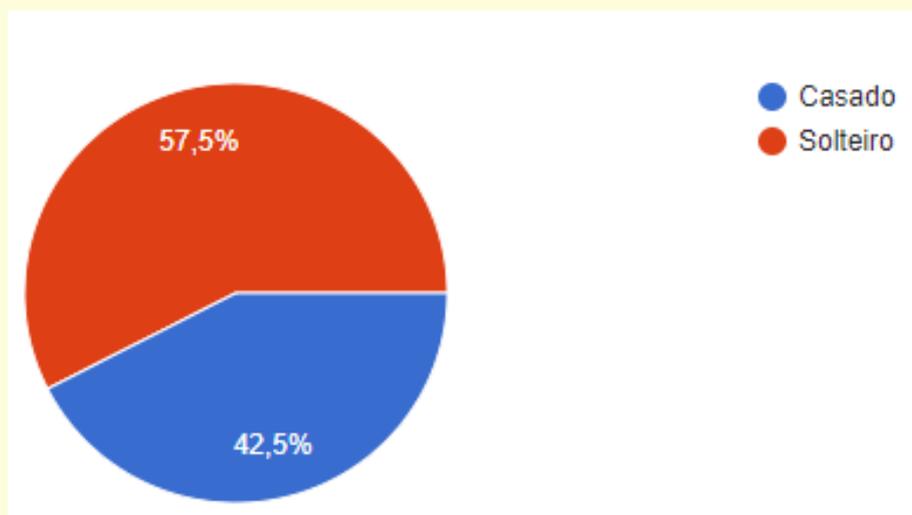
Gráfico 2 – Idade dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico sobre o estado civil dividiu-se em duas perguntas: casado e solteiro. Nessa pesquisa, 57,5% declaram-se solteiros e 42,5% classificaram-se como casados.

Gráfico 3 - Estado Civil dos participantes.

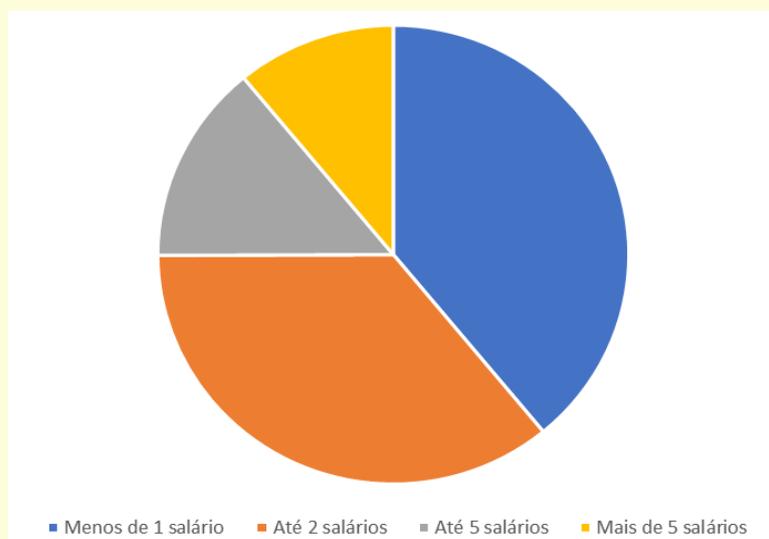


Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico sobre a renda mensal estava dividido em quatro categorias:

- Menos de um salário mínimo;
- Até dois salários mínimos;
- Até cinco salários mínimos;
- Mais de cinco salários mínimos;

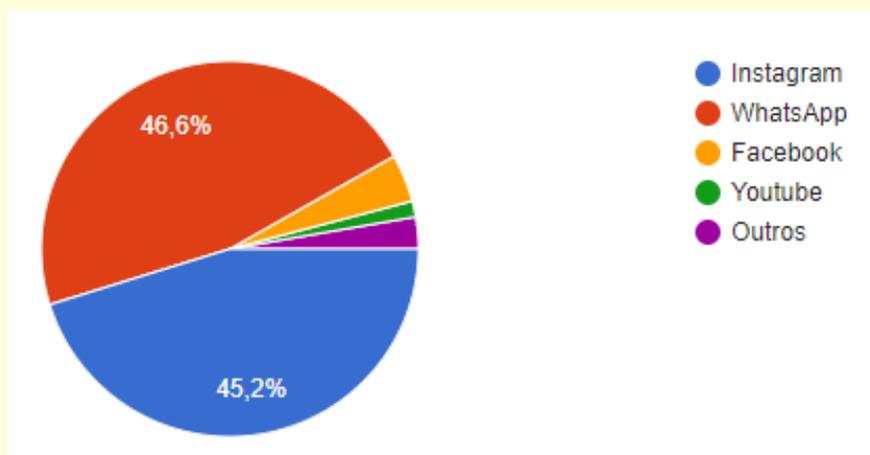
Gráfico 4 - Renda mensal dos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa.

E, por fim, o gráfico das redes sociais. Neste gráfico os entrevistados definiram sua rede social favorita e mais utilizada. Na pergunta o participante tinha cinco opções: *Instagram*, *WhatsApp*, *Facebook*, *YouTube* e outros.

Gráfico 5 - Redes sociais declaradas pelos entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Após a identificação do perfil dos participantes, no próximo tópico iremos discutir e concluir sobre o último questionamento do formulário.

DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Nesta seção, apresentaremos as respostas abertas destinadas à última questão, bem como a respeito do objetivo geral deste estudo. A pergunta se referia a algo (produto/serviço) que o participante não consegue obter em seu município (Touros-RN). Essa questão tornou-se objetivo principal do estudo para colaborar com os empreendedores e futuros investidores tourenses.

Por intermédio das respostas é possível verificar necessidades e desejos dos consumidores locais que muitas vezes em busca de satisfação de suas necessidades viajam para os municípios vizinhos.

De acordo com as respostas obtidas - e com a análise dos dados e gráficos anteriores, podemos identificar a diversificação do público entrevistado. E, a partir disso, perceber que as necessidades estão muito relacionadas à cultura, à idade, à renda, à estrutura familiar em que o indivíduo está inserido.

Se analisarmos apenas as respostas abertas, temos necessidades e desejos que se estruturam nos diversos níveis da pirâmide das necessidades de Maslow. Dessa forma, podemos concluir que a motivação que influencia a compra é individual e específica.

Espera-se que esta pesquisa possa corroborar como inspiração para os futuros negócios que surgirão na cidade de Touros-RN. Segue a lista com sugestões dos próprios detentores do poder de compra em busca de satisfação de seus desejos e necessidades.

LISTA DE OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO:

CINEMA
LIVRARIA
LOJAS DE PLÁSTICO (LONAS EM METRO)
PIZARRIA
PEÇAS DE CARRO
SHOPPING
RODIZIOS (CARNES, PIZZAS)
UBER
FESTA NA CAIXA
FAST FOOD (24 HORAS)
CHURRASCARIA
PORCELANATO
PAPELARIA
LOJAS DE CALÇADOS
HORTIFRUTI
SERVIÇO ODONTOLÓGICO (IMPLANTE)
LOJAS DE PROGRAMAÇÃO
ESCOLA DE MÚSICA
ARTIGOS PARA ESPORTE AQUÁTICO
RESTAURANTES COM COMIDAS LOCAIS
LOJAS DE ARTESANATO
TEATRO
ESFIRRA
PNEUS
ENSINO MÉDIO PRIVADO
TAPIOCARIA
CAFÉ EXPRESSO
CONSTRUTORA

REFERENCIAL

FERNANDES, Jair José Moreira. PEREIRA, Francisco Wendell Fontenele. A PIRÂMIDE DE MASLOW EM PLENO SÉCULO XXI. 2017. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/51076843-Graduando-em-administracao-na-universidade-estadual-vale-do-acarau.html>>. Acesso em: 20 novembro 2022.

FREITAS, Mara Luiza Gonçalves. ANÁLISE E PESQUISA DE MERCADO, 2019.

PAZTLAFF, Priscila Maria Gregolin. A influência das estratégias do mix de marketing na conquista do mercado-alvo. 2009.

SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor - comprando, possuindo e sendo. 2016, 11ª ed.

PERIARD, Gustavo. A hierarquia de necessidades de Maslow – O que é e como funciona. Disponível em: <<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/a-hierarquia-de-necessidades-de-maslow>>. Acesso em 12 de novembro de 2022.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DAS FAMÍLIAS TOURENSES SEGUNDO A BASE DE DADOS DO CADASTRO ÚNICO

CLAUDIA LAÍS GARCIA DE SOUZA
Especialista em Saúde Pública e Serviço Social (UNIFACEX)

INTRODUÇÃO

Com a implementação e o crescimento de programas sociais muito se fala em Cadastro Único, mas, afinal, o que é o **Cadastro Único**?

O Cadastro Único é um conjunto de informações socioeconômicas sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Informações que são utilizadas como base pelo **Governo Federal**, Estados e Municípios para inserção de políticas públicas e diversos programas sociais, sendo estes capazes de promover a melhoria da qualidade de vida dessas famílias brasileiras.

Para o Cadastro Único, famílias de baixa renda são aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. É ele o responsável pela seleção de famílias e sua inserção em programas sociais federais, como o Bolsa Família; Tarifa Social de Energia; Isenção em Concursos Públicos; Programa Minha Casa, Minha Vida; Carta Social; Benefício de Prestação Continuada (BPC); Garantia Safra; dentre outros.

Neste sentido, este estudo tem por objetivo apresentar os aspectos socioeconômicos das famílias do município de Touros, litoral norte do estado do Rio Grande do Norte, a partir das informações extraídas da base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. E ainda apresentar vivências e experiências relativas à prática do serviço social dentro da Política Pública de Assistência Social no acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade social do referido município.

Ao considerar as expressões das questões sociais, o município apresenta elevado índice de desemprego, baixa escolaridade, falta de mão de obra qualificada, entre outras mazelas de caráter social que impactam diretamente na vida dos seus munícipes, acarretando vulnerabilidades como, por exemplo, insuficiência alimentar.

No que concerne às discussões acerca da questão social, essa surge em meados do século XIX, na Europa, e se apresenta com objetivo de exigir a formulação de políticas públicas sociais que beneficiassem a classe operária que estavam em pobreza crescente. Assim, parafraseando o que diz Yamamoto (1998, p. 27), sobre a questão social:

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades sociais capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Já as desigualdades sociais representam as diferenças nos padrões de vida de uma sociedade, podendo se manifestar em diversos âmbitos, como: econômico, profissional, educacional, cultural, entre outros. Enquanto uns tem acesso a bens e serviços com mais precisão, outros estão limitados ou até mesmo inseridos em condições de exclusão, ou seja, à margem da sociedade.

BREVES ASPECTOS SOBRE O MUNICÍPIO DE TOUROS

O município de Touros, localizado na mesorregião Leste Potiguar, mais precisamente na microrregião do Litoral Nordeste, possui extensão territorial de 753.961 km², configurando-se como o 14º maior município do Rio Grande do Norte. Sua população estimada, em 2021, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE), corresponde a 33.716 mil habitantes distribuídos entre a zona urbana e a zona rural, sendo esta última formada por 34 distritos.

No que se refere à economia do município, destacam-se a pesca artesanal, a agricultura, o comércio e o turismo alcançando o PIB *per capita* (2018) de R\$ 19.675,73. Vale salientar que, ultimamente, o município tem apresentado uma nova atividade econômica que é a geração de energia renovável (eólica), repercutindo, mesmo que de forma temporária, positivamente no crescimento econômico por meio da geração de emprego e renda. Em 2019, os trabalhadores formais contabilizavam 8,4% da população e ao se considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 52% da população encontrava-se nessa condição. Tais dados consolidam o município na 41ª posição dentre as 167 as cidades do estado e na posição 990 de 5570 dentre as cidades do país.

PERFIL SOCIOECONÔMICO

Os dados extraídos do Relatório de Informações Sociais (RI) mostram que o município de Touros/RN conta com um total de **8.005 (oito mil e cinco)** famílias até junho de 2021 no Cadastro Único. Sendo essas divididas de acordo com os seus critérios considerando pobreza e extrema pobreza. Segundo ele, famílias em situação de pobreza são aquelas que

vivem com a renda *per capita* por pessoa de R\$ 89,01 até R\$ 178,00; já as famílias de extrema pobreza são aquelas que sobrevivem com a renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00.

As 8.005 famílias inseridas no Cadastro Único do município de Touros, estão divididas da seguinte forma:

- 5.703 famílias com renda per capita de até R\$ 89,00;
- 350 famílias com renda entre R\$ 89,01 a 178,00;
- 1.107 famílias com renda entre R\$ 178,01 a meio salário mínimo;
- 845 famílias acima de meio salário mínimo.

Sendo o Cadastro Único o responsável pela seleção e inserção de famílias nos programas sociais, cabe ressaltar que o programa Bolsa Família, programa de transferência de renda para as famílias pobres e extremamente pobres, beneficiou até setembro de 2021 um total de **5.279** famílias no município.

Segundo a base do CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único -, os dados a respeito do grau de instrução das famílias cadastradas até julho de 2021 classificam-se da seguinte forma:

- 4.868 famílias sem instrução;
- 5.258 famílias com ensino fundamental incompleto;
- 1.176 famílias com ensino fundamental completo;
- 1.540 famílias com ensino médio incompleto;
- 2.387 famílias com ensino médio completo;
- 74 famílias com nível superior.

Além do grau de instrução, também foram extraídos outros quesitos para compor o perfil das famílias tourenses, tema deste trabalho, como cor/raça:

- 2.188 famílias se denominam brancas;
- 670 famílias de denominam pretas;
- 42 famílias de denominam amarelas;
- 7.661 famílias se denominam pardas.

A faixa etária também ganhou destaque, sendo este fator importante para traçar o perfil das famílias em questão, assim:

- 2.696 entre 0 a 6 anos;
- 3.029 entre 7 a 15 anos;
- 969 entre 16 a 17 anos;
- 2.747 entre 18 a 24 anos;
- 3.159 entre 25 a 34 anos;
- 1.639 entre 35 a 39 anos;
- 2.625 entre 40 a 49 anos;
- 1.888 entre 50 a 59 anos;
- 464 entre 60 a 64 anos;
- 638 maior que 65 anos.

Também é importante conhecer o sexo das pessoas que compõem as famílias do Cadastro Único do município, onde:

- 6.920 masculinos;
- 7.244 femininos.

No momento da entrevista para o cadastramento as famílias, os integrantes foram questionados sobre ter trabalhado nos últimos 12 meses, obtendo-se as seguintes respostas:

- 5.135 disseram “Sim”;
- 6.954 disseram “Não”.

EXPERIÊNCIA E VIVÊNCIA PROFISSIONAL

A política de assistência social é tratada constitucionalmente como política pública garantida pelo Estado para quem dela necessitar através do Artigo 203 da CF de 1988. E, ainda, em conformidade com a Constituição, foi criada em 1993 a lei de nº 8.742, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que garante assistência social aos cidadãos enquanto política de seguridade social não contributiva, desenvolvida para garantir as necessidades básicas através dos níveis de proteção, sendo estes: proteção básica e proteção especial.

No município, ela é ofertada pela proteção social básica através dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, unidade Centro e unidade Cajueiro; e pela proteção especial através do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS.

Em relação às vivências e experiências profissionais no CRAS, contata-se que uma das expressões da questão social mais enfática se remete ao desemprego, haja vista este acarretar situações como insuficiência alimentar, fome, desnutrição, baixo rendimento escolar de menores, ocasionando, assim, alta demanda de solicitações de benefícios eventuais, como de subsidio alimentar, concedido em formato de cesta básica.

Os Benefícios Eventuais são um tipo de proteção social as famílias caracterizadas pela sua oferta temporária para prevenir situações de vulnerabilidade social. É importante introduzir que na perspectiva da garantia de direitos os Benefícios Eventuais são assegurados pela LOAS em seu Art. 22.

Nesse cenário de desigualdade social, o profissional de serviço social acompanha as demandas das famílias, sendo este o responsável por articular com outras políticas públicas as respostas para essas demandas, realizando as orientações e os encaminhamentos necessários. Quanto aos benefícios eventuais, vai *in loco* para realizar a concessão através de parecer social, considerando a vulnerabilidade e condição social como um todo da família para o enfrentamento de situações de risco, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família. Ainda buscando transformar a realidade de vida dos usuários cadastrados no sistema visando garantir o pleno acesso aos seus direitos sociais.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, o perfil dos tourenses inseridos no Cadastro Único é, em sua maioria, do sexo feminino, com idade entre 25 e 34 anos, que se denominam brancos, com ensino fundamental incompleto e que sobrevivem com renda per capita de até R\$89,00.

Assim, as desigualdades apresentadas constituem-se em desafios para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, as políticas públicas de transferência de renda e os programas sociais do Governo Federal surgem como um aparato para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Nesse âmbito, o assistente social desempenha um papel imprescindível no que tange à mitigação dos danos ocasionados pelas mazelas sociais. O profissional do serviço social é o elo existente entre os programas sociais governamentais e seus beneficiários.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei nº 8.742. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BRASÍLIA. Relatórios de Informações Sociais – SAGI – Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social - MDS. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>>. Acesso em 17 de outubro de 2021.

IAMAMOTO, M. V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/touros/panorama>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

FATORES INTERFEREM NA QUALIDADE DO ENSINO DA E. M. DR. ORLANDO FLÁVIO JUNQUEIRA AYRES

ENEIDA NASCIMENTO SILVA
Especialista em Gestão Escolar (UFRN)

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação tem um papel muito importante na construção de uma relação mais harmoniosa entre o homem e a natureza, possibilitando aos cidadãos serem mais ativos, participativos e autônomos, na busca de suas realizações pessoais e coletivas que proporcionem uma melhor qualidade de vida. No Brasil a educação é um processo que vem passando por vários problemas e alterações devido às influências sociais, políticas e econômicas que ocorrem no mundo globalizado, precisando, cada vez mais, ser estudada, reinventada e adaptada a fim de atender às necessidades humanas atuais. Vasconcellos (1999) considera que a educação é um processo sistemático e intencional que interage com a realidade, com a finalidade de colaborar na formação dos educandos na sua totalidade, tendo como mediação fundamental o conhecimento que possibilite o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade. Nesse contexto, surge o questionamento: quais as dificuldades que interferem na qualidade da educação ofertada na E M Dr. Orlando Flávio Junqueira Ayres?

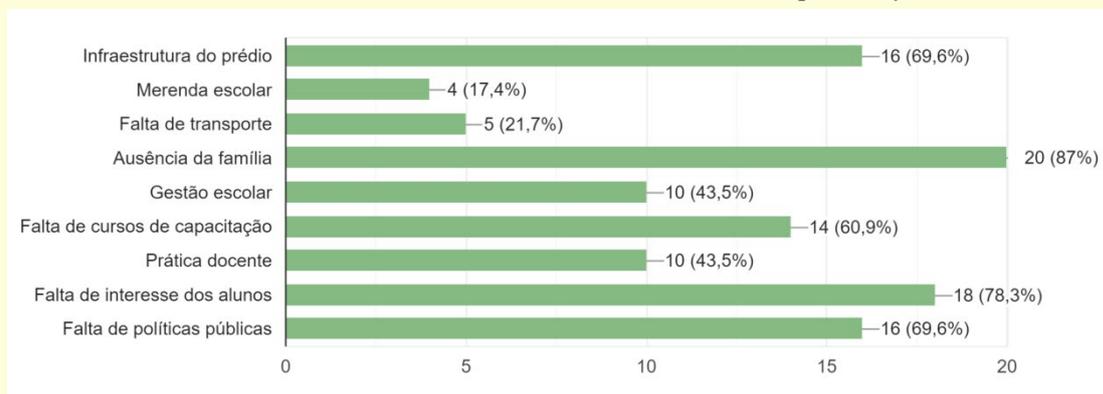
Para responder a essa indagação realizamos uma pesquisa qualitativa que segundo Demo (1995, p. 32) a pesquisa qualitativa mira nos “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, pois enfatiza a interpretação do objeto, levando-se em consideração o contexto pesquisado. Utilizamos como instrumento o formulário que de acordo com que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 212) “é o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista”. Participaram da referida pesquisa 23 docentes. O referido artigo é parte integrante da dissertação de mestrado da Mestre em Ciências da Educação da World University Ecumenical – QUE no ano de 2022.

2. FATORES QUE INTERFEREM A QUALIDADE DE ENSINO

Dentre as perguntas do questionário apresentamos a seguinte: **Quais fatores interferem na qualidade do ensino da E. M. Dr. Orlando Flávio Junqueira Ayres?**

Observe o gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Fatores que interferem na qualidade de ensino na E. M. Dr. Orlando Flávio Junqueira Ayres.



Fonte: Elaboração da autora.

2.1 INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do prédio teve uma importância significativa como um dos fatores que interferem na qualidade do ensino, com 69,6%.

A infraestrutura escolar pode ser entendida como “as instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno” (GARCIA, 2014, p. 144). Esse conceito abrangente explica, em parte, porque a infraestrutura escolar é um dos aspectos da Educação brasileira que vem chamando a atenção há anos. Vários autores associam-na ao desempenho escolar (GARCIA, 2014).

A unidade educacional da pesquisa apresenta fragilidades na sua estrutura física, necessitando de reformas gerais, adequação de acessibilidade, pintura, vistoria na rede elétrica e hidráulica. Possui 16 salas de aula quentes, com pouca ventilação, quadros brancos em péssimos estados, piso esburacado, 01 sala de leitura, 01 sala de professores, 01 sala para a coordenação pedagógica, 01 sala para a direção, 02 banheiros para alunos e 02 para funcionários, 01 cozinha. Não possui refeitórios, quadra, nem área de lazer para os alunos.

Segundo Rios (2011):

O ambiente escolar pode ser visto como um espaço público no qual grande parte de nossas crianças e jovens passam seu tempo e se desenvolvem culturalmente, exercitando em seu dia a dia um convívio social. Portanto, a estrutura física da escola, assim como sua organização, manutenção e segurança, revelam muito sobre a vida que ali se desenvolve.

As salas de aula em qualquer escola podem ser consideradas os locais mais importantes de aprendizagem e que necessitam realmente de uma atenção especial. A inexistência da estrutura adequada nas escolas afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos. Soares Neto, Jesus, Karino e Andrade (2013) descrevem que:

Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico, aqui denominado infraestrutura escolar, que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas. (SOARES NETO, JESUS, KARINO E ANDRADE, 2013, p. 1).

A estrutura física da unidade escolar tem impacto no processo ensino aprendizagem dos alunos, nas capacidades físicas, intelectuais e morais. Um ambiente amplo, organizado, acolhedor pode ser utilizado como ferramenta de aprendizagem por modificar a motivação e o desejo do estudante em vir para a escola, gerando uma consciência que ali ele tem um espaço seguro, limpo, aconchegante e que acima de tudo irá contribuir com o seu aprendizado e crescimento pessoal e profissional.

Satyro & Soares (2007, p. 7) advogam que:

A infraestrutura escolar pode exercer influência significativa sobre a qualidade da educação. Prédios e instalações adequadas, existência de biblioteca escolar, espaços esportivos e laboratórios, acesso a livros didáticos, materiais de leitura e pedagógicos, relação adequada entre o número de alunos e o professor na sala de aula e maior.

Contar com uma boa infraestrutura escolar e com um bom planejamento, para tornar o investimento eficaz, é crucial para garantir bons resultados no aprendizado e no desenvolvimento do aluno. Sua negação se tornaria incoerente ante constantes reestruturações e modernização dos processos de ensino, presentes na sociedade e necessárias a uma prática pedagógica inovadora.

É imprescindível que a promoção da educação seja concebida em ambientes estruturais estimulantes e favoráveis há tempo efetivo de aula, por exemplo, possivelmente melhorem o desempenho dos alunos. Logo, não se pode esperar do município uma boa atuação na melhoria da infraestrutura escolar e, conseqüentemente, do desempenho dos

alunos, se não houver uma alocação eficiente de recursos. Contar com uma boa infraestrutura escolar e com um bom planejamento para tornar o investimento eficaz é crucial para a Educação de Touros.

É oportuno salientar que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído em 2006, possibilitou a redistribuição horizontal de recursos financeiros (provenientes de impostos e transferências) no âmbito do estado e respectivos municípios, uma vez que estes são distribuídos considerando o total de matrículas em cada rede de ensino. Entretanto, urge a implementação de políticas públicas com a finalidade de promover melhores condições de oferta do ensino municipal e, por consequência, melhores condições de aprendizagem. Portanto, no contexto educacional, as relações existentes entre estrutura física e qualidade se apresentam como fatores quase que intrínsecos à oferta do ensino de qualidade.

2.2. GESTÃO ESCOLAR

O fator gestão escolar obteve 43,5%.

É um engano pensar a qualidade do ensino é trabalho exclusivo dos docentes, a gestão escolar é extremamente importante nesse processo na formação do aluno e fazem parte do cotidiano escolar, o que faz supor que a forma como a escola está organizada, o clima existente e as oportunidades que ela oferece exigem cuidados especiais da parte da direção.

Luck (2008) afirma que são funções do gestor escolar:

Planejar e promover a implementação do projeto político pedagógico da escola, monitorar processos e avaliar resultados, desenvolver trabalho em equipe, promover a integração escola-comunidade, criar novas alternativas de gestão, realizar negociações, mobilizar e manter mobilizados atores na realização das ações educacionais, manter um processo de comunicação e diálogo aberto, planejar e coordenar reuniões eficazes, atuar de modo a articular interesses diferentes, estabelecer unidade na diversidade, resolver conflitos e atuar convenientemente em situações de tensão.

A E. M. Dr. Orlando Flávio Junqueira Ayres escolhe os gestores de acordo com a Lei Municipal 353/92, de forma democrática, através da eleição onde votam funcionários, pais ou responsáveis e alunos. Uma gestão democrática que implica uma escola cidadã, à medida que os espaços de participação e construção coletiva são assegurados, de modo que a articulação escola/família/comunidade seja efetivada no cotidiano do desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas. Abordar, pois a gestão democrática é abordar a escola cidadã

que contribui para a formação do cidadão participativo e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania emancipatória.

A Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos e deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (FREIRE *apud* GADOTTI, 2002, p. 11-12).

Nessa direção, o papel do gestor escolar é imprescindível para estabelecer um clima participativo que seja convidativo e motivador do diálogo e da realização do trabalho coletivo, em que a cooperação e a colaboração sejam as marcas das ações e processos de tomada de decisão em que os pares conjuguem na primeira pessoa do plural objetivando oferecer um ensino de qualidade.

Ainda citando Gadotti (2000):

... A escola deve formar para a cidadania e, para isso, ela deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém. E porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola: o seu ensino. A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores; propiciará um contato permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo e, em conseqüência, aproximará também as necessidades dos alunos dos conteúdos ensinados pelos professores..

Entendendo a gestão escolar como representantes eleitos pela comunidade escolar para fazer com que os objetivos da Escola sejam efetivados, assim, ela deve permear ações voltadas para uma gestão escolar eficiente, repercutindo na igualdade de acesso, na permanência, no rendimento e, principalmente, na qualidade da aprendizagem dos alunos. Atribuindo maior importância à vida interna a instituição, a fim de que esta conduza à efetivação de meios para atingir a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

Os gestores devem fomentar ações educativas em busca de soluções para os problemas apresentados. As ações emanadas da gestão escolar, que implicaram os processos formativos, desencadearam novas formas de avaliação da aprendizagem, incluindo avaliação contínua, recuperação paralela e estudo do currículo no coletivo, como subsídios para a prática pedagógica.

Segundo Wittmann (2000, p. 89), é preciso promover uma mudança na perspectiva da gestão escolar, pois “vivemos em tempos de novas rupturas e de novas configurações”, que mudam radicalmente o cenário da gestão da escola e do diretor por meio do aumento progressivo das suas demandas de trabalho. O autor complementa que não basta melhorar ou reformular o que já existe, mas é necessário desencadear novos processos que possibilitem a abertura para a apropriação de novas práticas educativas, mais condizentes com o momento atual em que vivemos.

Luck (2011) afirma que o diretor escolar tem assumido um papel cada vez mais complexo em razão de alguns fatores, como: mudança na dinâmica da escola em virtude da globalização e do desenvolvimento tecnológico; democratização da escola, por meio da ampliação do acesso e atendimento que abarque e considere as diversidades culturais; mudança no papel social da escola, a qual vem assumindo responsabilidades que eram da família e da sociedade.

Nesse sentido, verificamos uma nova configuração da escola contemporânea, alicerçada nos pressupostos de racionalidade técnico-burocrática, imputando ao diretor novas atribuições relacionadas ao novo contexto em que a escola se insere. A gestão escolar da Escola Junqueira Ayres deve o esforço para se instaurar uma cultura de desenvolvimento do trabalho coletivo, para a melhoria da qualidade da educação, à medida que propiciam reflexão, com possibilidades de melhorias em nível individual e coletivo, além do desenvolvimento pessoal/profissional, o que incide nas aprendizagens dos alunos.

2.3. AUSÊNCIA DA FAMÍLIA

A ausência da família também foi citada com 87%, conforme o gráfico.

A Constituição Federal, em seu Art. 205, diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, é dever da família promover a educação dos seus filhos, o que implica o acompanhamento na escola.

Conforme Dal'inga (2011): em primeiro lugar, é preciso reconhecer que a família, independente do modelo como se apresente, pode ser um espaço de afetividade e de segurança, mas também de medos, incertezas, rejeições, preconceitos e até de violência. Em segundo lugar, na relação família/educadores, um sujeito sempre espera algo do outro e para que isto de fato ocorra é preciso que exista a capacidade de construir coletivamente uma relação de diálogo mútuo, em que cada parte envolvida tenha o seu momento de fala, mas também de escrita, no qual exista uma efetiva troca de saberes.

A relação entre família e escola é uma das questões mais debatidas na sociedade e os docentes responderam que a ausência da família no ambiente escola interfere na qualidade do ensino ofertado.

De acordo com Outeiral e Cerezer (2003), a escola e a família estão sem definição de como conciliar suas necessidades em uma sociedade em mudança permanente que prepare o aluno/filho para o futuro. A realidade é que muitos educadores atribuem aos pais a origem dos problemas e a acusam como fator as mudanças na família. Assim, entre família e escola, ocorre uma confusão de papéis, cobranças por ambas instituições.

Martins (2005) acrescenta que os docentes enfrentam dificuldades de ensinar e aprender, isto é, desconhecem muitas vezes como os alunos podem aprender e os processos que devem realizar para que seus alunos aprendam, desenvolvam e processem as informações ensinadas e aprendidas em sala de aula, atribuindo a família a responsabilidade de aprender. No entanto quanto maior for à parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança.

Segundo Dal'Inga (2011, p.111), é que enquanto a aliança entre família-escola pressupõe “uma distinção clara das responsabilidades, a parceria implica um compartilhamento de responsabilidades”. Sendo a família acionada como parceira da escola para garantir que a criança seja educada para entrar no jogo, permanecer no jogo e desejar permanecer no jogo - jogo esse entendido como processo de escolarização. Trata-se de uma parceria família-escola que envolve a identificação, o acompanhamento e o controle dos desempenhos - uma gestão dos processos escolares.

A participação dos pais na educação dos filhos deve ser constante e consciente de acordo com Parolin (2007, p. 36): “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”. O dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar é publicamente

reconhecido na legislação brasileira e nas Diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90.

É preciso observar, ainda, que cada uma das entidades citadas, com seus valores e objetivos específicos na educação da criança, constituem um organismo intrínseco onde quanto mais diferentes são, mais necessitam uma da outra. É fundamental a compreensão dos objetivos traçados pela escola, assim como o seu lugar de corresponsável neste processo. Essa transformação é urgente para o estabelecimento de cooperação entre si. Para superar as discontinuidades entre os ambientes familiar e escolar, é necessário conhecer os tipos de envolvimento entre pais e escola e estabelecer estratégias que permitam a concretização de objetivos comuns.

Sulzer-Azaroff, Mayer, Rosenfield e McLoughlin (1989) acreditam que para estabelecer uma relação efetiva entre pais e escola é necessário que os professores aceitem a responsabilidade de se comunicarem de forma clara, simples e compreensível com os pais. Além disso, percebem que o sucesso da parceria pais-professores está interligado à compreensão das diferentes questões que os envolvem na ação educativa, com respeito ao aluno e à sua história escolar, consideram que pais e educadores têm uma relativa igualdade no impacto sobre a criança, compreendem que pais e educadores devem ser honestos uns com os outros e aprendam a se adaptar uns aos outros e a concentrar o seu investimento sobre o aluno. Todos estes aspectos são relevantes quando visam o seu bem estar e o seu desenvolvimento.

2.4. FALTA DE INTERESSE DOS ALUNOS

Falta de interesse dos alunos tem 78,3%.

De acordo com Soares (2004, p.83), o atual ordenamento legal da sociedade brasileira atribui à escola a função de preparar as novas gerações para a participação ativa e crítica na vida social do país através da aquisição de conhecimentos e atitudes. A motivação e o interesse dos alunos pelos estudos têm sido hoje uma das grandes preocupações de todos aqueles que estão diretamente ligados com a educação. Motivar para a aprendizagem escolar não é uma tarefa fácil, pois se percebe que os alunos não encontram razões para aprender.

É notável que quando o aluno não encontra significado no trabalho que tem a realizar, se não vê perspectiva futura nesta aprendizagem, provavelmente não terá interesse em aprender. Para que estes problemas não se tornem um caos, o professor precisa analisar cada caso e aprender a olhar de forma diferente, procurando entender quais as causas que levam os

alunos a agirem dessa forma e o que é possível fazer para que esta realidade se reverta em benefícios positivos (BINI; PABIS, 2000).

Um dos principais papéis da escola, senão o principal, é o de transmitir conhecimentos e fazer com que o processo ensino-aprendizagem ocorra de forma eficaz. Com isso, pretende-se formar cidadãos capazes de participar ativamente na sociedade, tornar alunos pessoas com senso crítico. Entretanto, para que isso ocorra é preciso existir motivação e interesse por parte do aluno. E, quanto maior a motivação para aprender, maior será a disposição para se estudar, o que acarretará êxito na escola e na vida futura. Se o aluno não encontra significado no trabalho que tem a realizar, se não vê perspectiva futura nessa aprendizagem, provavelmente não terá interesse em aprender (BINI; PABIS, 2008).

A escola, segundo Soares (2004), está dividida em recursos, administração e relação com a comunidade. Os recursos referem-se àquilo que a escola adquire, desde livros, cadeiras, quadros, etc. A administração é constituída pelo diretor, coordenador e parte pedagógica que “comanda” a escola.

Uma escola que não dispõem de recursos didáticos suficientes para atender seus alunos prejudica o interesse e a motivação desses alunos. Desse modo, os mesmos não conseguem enxergar um significado em estudar determinado conteúdo uma vez que as aulas são construídas em cima dos poucos recursos que a escola oferece. No entanto, se a mesma apresentar recursos suficientes, estimulará o interesse e a motivação desses alunos, pois servirá como atrativos durante as aulas ministradas.

Outro ponto importante é que além da escola apresentar esses recursos é necessário que os professores se comprometam e utilizem esses recursos na sala de aula. A utilização de aulas práticas é fundamental, uma vez que o aluno poderá visualizar ou até mesmo testar a teoria que é vista na sala de aula de uma forma diferente, vivenciando e comprovando o que foi exposto pelo professor. Isso facilitará o aprendizado desse aluno, tornando a aula mais interessante. Infelizmente isso não funciona na prática, o que se tem notado são aulas expositivas, enfadonhas, fato esse que pode ser justificado pela falta de interesse e motivação dos mesmos, uma vez que as aulas não apresentam novidades que sirvam como atrativo para esses jovens.

Vale ressaltar que a utilização de recursos didáticos como práticas inovadoras podem ser realizadas não só dentro, mas também fora da sala de aula, como uma atividade de campo, por exemplo. A partir do momento que o professor se utiliza dessas práticas, acaba de certa forma saindo da rotina de aulas expositivas, passando a utilizar várias atividades dinâmicas

que sirvam de estímulo para seus alunos e os induzam a participarem mais ativamente das aulas e conseqüentemente da construção do conhecimento. A utilização dessas práticas inovadoras influencia de maneira significativa o desempenho cognitivo do aluno, pois facilita o aprendizado e torna os conceitos mais acessíveis para a compreensão dos alunos.

Como afirma Luckesi (1999), se todos os professores desse país desenvolverem com proficiência a sua atividade profissional, estaremos, dessa forma, dando grande passo no sentido de possibilitar às crianças, jovens e adultos condições de crescimento. É assim que se verifica a importância do comprometimento dos professores diretamente com a escola e com os alunos e indiretamente com a sociedade, uma vez que o professor é um dos responsáveis pela formação crítica e intelectual do seu aluno.

O que foi constatado nas observações realizadas na instituição e na entrevista com o gestor é que durante 14 anos a escola não recebeu dinheiro do PDDE e ficou impossibilitada de adquirir recursos pedagógicos para auxiliar no processo ensino aprendizagem.

2.5. FALTA DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO

A temática “falta de cursos de capacitação” obteve 60,9% no universo pesquisado.

O professor imerso na sua prática muitas vezes não percebe a necessidade de romper com essa relação imediata entre pensamento e ação, o que leva a uma rejeição da reflexão filosófica e das teorias semelhantes. É preciso sim a formação continuada que deve ser sinalizada pela competência, pelo compromisso político e poderá contribuir para uma educação capaz de estar preparada às transformações aceleradas do processo produtivo, às novas exigências da cidadania moderna, à revolução da informática e aos meios de comunicação de massa. E também descobrir e revalorizar a ética nas relações sociais.

A formação continuada deve ser considerada em pilares que o atinjam na sua totalidade. Um perfil docente aberto aos sinais dos tempos. Uma formação que permita ao professor tomar consciência de sua historicidade, contextualizada na sua identidade e na sua relação com os outros. Uma relação que toma novo impulso e provoca uma consciência coletiva de compromisso político com a transformação da realidade. À medida que o professor internaliza a formação continuada, não como uma imposição, mas como um projeto de vida, o processo do aprender e do ensinar terá um espaço de estudo, com ingrediente da reflexão-ação-reflexão.

O professor, agente principal da formação continuada, segundo Libâneo (2001), deveria desenvolver simultaneamente três capacidades:

- Apropriação teórico-crítica das realidades;
- Apropriação de metodologias de ação de formas de agir, de procedimentos facilitadores do trabalho docente e de resolução de problemas de sala de aula;
- Consideração dos contextos sociais, políticos e institucionais na configuração das práticas escolares.

O autor destaca a necessidade da reflexão sobre a prática a partir da apropriação de teorias como marco para as melhorias das práticas de ensino. E neste percurso da formação continuada, o professor assimila uma postura ético-política guiada por sentimentos e valores, possibilitando utilizar o saber acumulado como meio para o desenvolvimento pleno do aluno e para o seu próprio desenvolvimento como ser humano. A formação continuada que acredita e legitima a prática da reflexividade, provocará no profissional uma postura de não agir por impulso, utilizando sempre o discernimento para tomar atitudes.

Na reflexividade crítica, o professor pensa e faz relação da teoria e prática, é um agente numa realidade construída, preocupa-se com a apreensão das condições, tem atitudes e ações críticas, a reflexividade é de cunho socio-crítico, emancipatório, construtivista, histórico cultural ou interacionismo sociocultural.

O professor no processo de formação-aprende a partir da análise e da interpretação de sua própria atividade, constrói de forma pessoal seu conhecimento profissional, o qual incorpora e ultrapassa o conhecimento emergente institucionalizado (SCHÖN, 1997; FREIRE, 1997). Ao refletir sobre a sua prática pedagógica, ele estará atuando como um pesquisador desua própria sala de aula.

Para Pimenta (2002), o professor pode produzir conhecimento a partir da prática, desde que na investigação reflita intencionalmente sobre ela, problematizando os resultados obtidos com o suporte da teoria. E, portanto, como pesquisador de sua própria prática.

O professor pode ser o principal sujeito de sua própria formação na medida em que for capaz de tomar sua prática como objeto de reflexão crítica. Este pressuposto demonstra a subjetividade do professor, a sua autonomia, a autodeterminação na formação, no projeto de vida. Mas sem perder de vista a dimensão coletiva abrindo um leque para uma reflexão mais abrangente.

2.6. FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Falta de políticas públicas representou 69,6% das respostas obtidas.

Política educacional é uma política pública social, na medida em que busca a redução das desigualdades, volta-se para o indivíduo – não como consumidor, mas como cidadão, detentor de direitos, e uma política setorial, uma vez que se refere a um domínio específico. O financiamento da educação é um componente desta política setorial, um instrumento de sua realização, mas ao mesmo tempo é também uma política pública social setorial, que merece espaço próprio de estudo, considerando que, como destaca Velloso (1987), segundo os docentes, as faltas de políticas públicas interfere sim no ensino ofertado, uma vez que os investimentos poderão se consolidar como instrumento de garantia do direito à educação, em consonância com os compromissos que a Constituição assumiu para com a ordem social e com os objetivos da república.

De acordo com Saviani (1986), educação e política são práticas distintas, mantendo, no entanto, uma íntima relação:

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferente tipos, etc. (p. 89).

Dessa forma, falar em política educacional implica considerar que “a mesma se articula ao projeto de sociedade que se pretende implantar, ou que está em curso, em cada momento histórico, ou em cada conjuntura, projeto este que corresponde [...] ao referencial normativo global de uma política”. O que infelizmente falta na instituição citada (AZEVEDO).

É notório o despreparo administrativo e o desrespeito histórico do poder público com políticas públicas na educação, o que afeta diretamente o desenvolvimento político, cidadão, ético e intelectual de grande parte da população brasileira dependente dessa instituição e que por sua vez depende diretamente da qualidade do trabalho do professor. Dentre os fatores que são determinantes na busca pela qualidade que se almeja no combate à pobreza, à injustiça e à desigualdade, destacamos o cultural – na formação de novos hábitos e valores; o político – na construção da cidadania ativa e crítica; e o ambiental – na sustentabilidade do planeta e de todas as formas de vida, bem como no município. Em suma, identificamos que esse conjunto de fatores ocorre na unidade educacional da pesquisa, estando presente ao longo de várias

gestões municipais, constituindo-se como um verdadeiro descaso em relação às políticas públicas destinadas à educação, à formação docente, a investimento nas escolas, embora a Lei 722/2015, que se refere ao PME, no seu Artigo 2º, inciso IV assegura a melhoria na qualidade da educação.

2.7. PRÁTICA DOCENTE

De acordo com o gráfico, a prática docente teve 43,5%.

O planejamento, a metodologia utilizada em sala de aula à relação com os discentes e família constituem a prática docente. A ação de planejar ultrapassa o planejamento propriamente dito, pois implica as relações de poder que se estabelecem entre os atores da instituição escolar. O planejamento ao mesmo tempo reflete e interfere nas relações entre direção, supervisão e professores, também afeta os alunos e suas famílias. A ação pedagógica do professor deve estar condizente com a formação que propicie a evolução de potencialidades para engajamento no mercado de trabalho.

Azevedo e Oliveira-Formosinho (2008, p.03) asseveram que:

A atividade teórica que instrumentaliza a prática docente permite que futuro professor veja a escola com um novo olhar, dando-lhe o poder de rever, repensar, analisar e propor novas metodologias para a melhoria contínua dos resultados de suas ações, tanto no ambiente escolar quanto no ambiente da universidade.

Nesse sentido, é necessário o desenvolvimento de competências na sua prática para que possa atingir seus objetivos e metas. As políticas públicas relativas à formação do docente devem voltar-se para a melhoria do processo ensino-aprendizagem, consequentemente sua prática pedagógica, que garanta a competência e que ajude o professor na sua metodologia e relação com os alunos. Todas estas condições devem ser supridas pelo sistema de ensino. Por outro lado, o professor precisa ter consciência de seu compromisso como agente responsável pela formação do sujeito que além do conhecimento, precisa se desenvolver na sua totalidade.

Segundo Caldart (2003), quando o professor assume em suas ações diárias o protagonismo de pensar além do conteúdo a ser desenvolvido em sala de aula, alia estes para a formação do sujeito crítico e permite que os alunos possam interferir na prática pedagógica. Assim, este professor está desenvolvendo suas atribuições, produzindo e cultivando alunos capazes de mudar seu contexto escolar e social.

Dessa forma, assim como aborda Caldart (2003, p. 73), “Se escola é lugar de formação integral, significa que ela não é apenas lugar de conhecimentos formais e de natureza intelectual. A escola é lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado”. Assim, pode-se perceber que a escola é lugar de luta, o que significa formar os alunos para serem pessoas humanizadas, que entendam que os conhecimentos científicos/formais possibilitam subsídios de argumentos em defesa dos direitos e deveres, mas que apenas estes não são suficientes, além do mais, é necessário respeitar a pluralidade de ideias, de forma que progressivamente vá se ampliando.

Nessa perspectiva, Souza aborda que a prática pedagógica demanda um profissional crítico que:

[...] Desafia sua própria formação, que exercite a tomada de posicionamentos na escolha e na construção da sua concepção de educação. Necessita de respeito, ousadia e humildade. Três atitudes são fundamentais para uma prática crítica: saber observar rostos, gestos, traços culturais; saber ouvir, saber conhecer; inquietar-se com as características da realidade. [...] Conhecimento é muito mais do que buscar ou transmitir informações (SOUZA, 2006, p. 24).

É necessário conhecer o “rosto” que estampa a sala de aula vê-lo como alguém subjetivo. Logo, percebe-se que é fundamental que o professor conheça aqueles que estão envolvidos no processo educacional, para assim construir conhecimentos e não os impor.

2.8. MERENDA ESCOLAR

De acordo com o gráfico, 17,4% dos docentes afirmam que a merenda escolar interfere na qualidade do ensino. A unidade educacional recebe o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

É uma política pública de muita importância, visto que é um dos programas de segurança alimentar e nutricional de maior longevidade do Brasil. Além disso, apresenta a maior abrangência e eficácia no combate à fome, sendo um programa de referência mundial. Quando foi criado, em 1950, seu propósito era combater a situação de fome e desnutrição. Atualmente, o objetivo do programa é oferecer alimentação adequada, completa e segura para

os alunos e, por meio de ações de educação alimentar e nutricional, contribuir para a formação de hábitos saudáveis.

É importante destacar que o PNAE abrange toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos, com o princípio da universalidade no fornecimento de refeições aos alunos em período escolar. O programa requer uma obrigatoriedade mínima de 30% do valor repassado do FNDE para a aquisição de produtos e gêneros alimentícios da agricultura familiar, além da garantia do fornecimento de alimentos aos alunos da rede pública, mesmo em caso de suspensão do recurso por conta de qualquer irregularidade ou problemas operacionais referentes à execução do PNAE. Além disso, a legislação determina a elaboração dos cardápios de acordo com o estado de saúde da população atendida, que respeite a tradição alimentar local, com escolhas pautadas na sustentabilidade e na diversificação agrícola.

Através da técnica de observação como docente da instituição foi possível perceber que a qualidade nutricional e sensorial da merenda é insatisfatória, que por determinados períodos do ano letivo e, por não serem alimentados, ocasiona, em algumas situações, um cancelamento (liberação) prematura das aulas do dia, distanciando do objetivo proposto pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que prevê que a alimentação deve atender às necessidades nutricionais durante a permanência dos alunos em sala, além de contribuir para formação de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2006).

A alimentação escolar não tem o papel de combater a desnutrição, mas é uma das ferramentas que possibilita o aprendizado, no cenário escolar, proporcionando conforto e bem-estar ao aprendiz, prevenindo a dispersão na aula por consequência da fome, pois está, na maioria das vezes, é a única alimentação do dia para a criança (COSTA et al., 2001)

Cuidar da saúde alimentar e da educação das crianças significa fortalecer vínculo com a díade comunidade escolar - família, buscando estreitar laços afetivos que permitam conhecer o cotidiano, com vistas à integração e à promoção de saúde, sobretudo criar estratégias de mudanças nos hábitos alimentares da criança. É válido ressaltar a necessidade de se constituírem equipes multidisciplinares nas escolas, em especial com a inclusão do nutricionista, fortalecendo o trabalho com um profissional da área da saúde, produzindo ideias somatórias que contribuam para a aprendizagem da criança, muitas vezes submetida a condições precárias do meio, relacionadas à alimentação, à moradia, ao saneamento básico, enfim, à sua condição socioeconômica e cultural.

2.9. TRANSPORTE ESCOLAR

Em relação ao transporte escolar, conforme o gráfico, 21,7% dos entrevistados afirmam que a falta de transporte é outro fator que implica na qualidade do ensino.

A questão do acesso à escola pelos alunos da zona rural é um fator que merece ser mencionado. O Transporte Escolar refere-se especificamente ao transporte de estudantes de determinado ponto de origem, geralmente próximo de sua residência, à escola em que está matriculado e, também, no sentido inverso (da escola para o ponto de origem de sua viagem). Para aqueles estudantes residentes na área rural, o transporte torna-se essencialmente importante para que se consiga ter acesso à escola. A falta de transporte escolar na área rural torna-se um problema ainda mais grave quando não existem escolas na própria área e o aluno é obrigado a frequentar a escola na área urbana.

O Governo brasileiro também criou, em 1994, o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), prevendo o financiamento do serviço e o mecanismo de controle, feito por meio de prestação de contas. Esse Programa, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, repassava recursos às prefeituras e organizações não-governamentais sem fins lucrativos mediante convênio para a aquisição de veículos automotores zero-quilômetro destinados ao transporte diário de alunos.

Em 2004, as diretrizes do financiamento do transporte escolar rural foram reformuladas pelo Governo Federal a partir da instituição do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar. Os recursos alocados por tal política pública são transferidos de forma automática, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, com o objetivo de custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e/ou para a contratação de serviços terceirizados de transporte. Tem como base o quantitativo de alunos transportados informados no censo escolar relativo ao ano anterior ao do atendimento.

Com a nova diretriz de ação do governo, no âmbito do transporte escolar rural, proporcionada pela instalação do Programa PNATE, o PNTE passou a ser o apoio financeiro das entidades sem fins lucrativos, mantenedoras de escolas especializadas do ensino fundamental, para a aquisição de veículos de transporte escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da educação, 9.394/96, no seu Artigo 11, menciona que os municípios incumbir-se-ão de: assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003).

No entanto, o que se vivencia na escola supracitada é um verdadeiro descaso do poder público municipal.

Não está nos planos dos governos a elevação da qualidade da escola, porque não interessa à classe dominante a formação cultural verdadeira que libertaria os indivíduos e possibilitaria a tomada de consciência dos mecanismos de dominação capitalista (LIBÂNEO, 2006, p. 80).

Desse modo, ressalta-se o sucateamento da frota (especialmente a terceirizada) mantida em alguns casos por donos que se aventuram no setor, além do fato de que os ônibus que transportam os educandos rurícolas estão sucateados sem o mínimo de conforto. Muitas vezes, os alunos da zona rural ficam sem frequentar as aulas, por dias consecutivos, pela falta de transporte escolar, fator que interfere significativamente na aprendizagem, entendida como um processo contínuo que exige a interação de diversos atores e elementos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um fator de muitos debates é a qualidade do ensino ofertado nas instituições públicas. Como docente da instituição foi instigante e prazeroso saber as concepções de meus pares em relação aos fatores que interferem na qualidade do ensino ofertado e da própria formação. Através da pesquisa percebemos que o professor da escola citada não é tão novo, a maioria está entre 51 e 60 anos e o tempo de serviço é de 21 a 30 anos. Podemos considerar que esses professores não podem prescindir da formação continuada, pois são muitos os fatores, dentre esses fatores: o aumento das exigências em relação ao professor, a inibição educativa de outros agentes de socialização, o desenvolvimento de fontes de informação alternativas à escola e a mudança dos conteúdos curriculares.

Avançar na qualidade da educação ofertada é necessário e urgente, no entanto, ainda não conseguimos, no Brasil, transformar em ação efetiva a rede educacional devido à ausência de continuidade das políticas públicas. Vivemos a cada quatro anos, com a mudança dos governos, um novo projeto, uma nova política é desenhada, no entanto, não são ofertadas formações para a implementação das mesmas ações que são essenciais, uma vez que estão diretamente ligadas a qualidade da educação ofertada na Escola, que é um direito social. Em Touros, a situação é mais agravante, pois não existe nenhum projeto, lei ou políticas públicas em benefício da qualidade do ensino ofertado na rede de ensino e formação docente.

Entende-se que a Educação, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, artigo 205, só será alcançada quando a sociedade tourense realmente se interessar pela situação do Junqueira Ayres. É necessário promover uma ampla reflexão com a comunidade escolar acerca da qualidade aferida pelo índice e da qualidade almejada pela escola, de modo a oferecer subsídios para a construção de um projeto educativo para a escola de educação básica que suplante os limites das avaliações estandardizadas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Pedagogia da esperança. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. Paulo. Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____, Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

_____, Pedagogia do Oprimido. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 35 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura).

_____. Educação e mudança. 30ª ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____, Antônio. (org.) As organizações escolares em análise. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2003.

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões na Nossa Época; 103).

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM DIFUSÃO CULTURAL NA REGIÃO DO MATO GRANDE, COM FOCO NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN (2013 A 2022)

FLÁVIO PATRÍCIO FRANÇA DA SILVA

Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil (UFRN)

1. INTRODUÇÃO

As mais variadas correntes do pensamento humano sempre trouxeram a cultura à baila para os espaços de discussões e debates, seja na forma de expressão de identidade social ou mesmo na forma de dominação e poder de uma elite sobre um povo. Na sociedade contemporânea sob a ótica do que se denomina de nova ordem mundial - sociedade da informação e do conhecimento ou mesmo globalização - a cultura entra na lógica mercadológica, onde o local é preterido pelo global. Neste sentido, é importante preservar a pluralidade cultural de cada povo, mantendo vivas as diversas formas de manifestações culturais, através de elementos como os valores, as tradições, os saberes, as artes, a moral, os hábitos, os conhecimentos, as religiões e as manifestações artísticas de uma população. Enquanto disciplina, ela integra os debates na sociologia, filosofia, antropologia, bem como na economia.

No mundo globalizado e majoritariamente capitalista em que vivemos, constatamos que, infelizmente, nos últimos anos a cultura vem gradativamente sendo preterida – quase esquecida – pelas demandas macroeconômicas, e essa escolha governamental condena suas mesquinhas ações de políticas públicas a resultados insignificantes diante da importância da cultura como instrumento identitário de um povo, relegando-a a um segundo plano, mesmo levando-se em conta que a nossa lei maior considere-a como um bem e um direito de todo cidadão, conforme inteligência albergada no artigo 215 da CF/1988 que diz: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

Destarte, é dever de o Estado realizar os investimentos necessários à cultura por meio de financiamentos de projetos voltados a difusão cultural assim como utilizando-se da infraestrutura institucional disponível com o fito de atender as demandas da sociedade através

do que conhecemos como serviços públicos, que por sua vez, segundo Andrade (2008), tem a seguinte definição:

Numa definição estruturada, podem-se conceituar serviços públicos como todos os serviços prestado pela Administração, direta ou indireta, ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer a necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simplesmente conveniência do Estado. (ANDRADE, 2008, p. 13).

Diante desta concepção, é através dos serviços públicos que o Estado justifica seu sentido de existir e deve adotar ações que viabilizem o resgate, valorização e manutenção da cultura de seu povo através do direcionamento de recursos consignados nos orçamentos públicos. Para que isso ocorra de forma mais democrática, também é imperativo conscientizar a sociedade da necessidade de seu envolvimento no processo orçamentário, seja como cidadão ou por meio da sociedade civil organizada, participando ativamente, realizando proposições de ações que levem em consideração a discussão social e histórica, o processo de construção identitária, o resgate do pertencimento social e o enaltecimento dos valores culturais de um povo.

Há uma imposição constitucional para que a gestão pública contemple em suas políticas públicas ações voltadas a valorização do setor da cultura, inclusive fazendo constar nos orçamentos públicos dotações específicas para que esse bem e direito de todos seja respeitado.

Além da determinação constante em nossa Carta Magna, há, a nível federal, algumas normas infraconstitucionais de incentivo à cultura e uma das mais importantes é a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 – também conhecida como Lei Rouanet – que, além de criar vários mecanismos para o fomento do setor, ratifica o importante instrumento Fundo de Promoção Cultural, ao mesmo tempo em que altera sua denominação para Fundo Nacional de Cultura, conforme infra:

Art. 4º Fica ratificado o Fundo de Promoção Cultural, criado pela Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que passará a denominar-se Fundo Nacional da Cultura (FNC), com o objetivo de captar e destinar recursos para projetos culturais compatíveis com as finalidades do Pronac e de:

I - estimular a distribuição regional equitativa dos recursos a serem aplicados na execução de projetos culturais e artísticos;

II - favorecer a visão interestadual, estimulando projetos que explorem propostas culturais conjuntas, de enfoque regional;

III - apoiar projetos dotados de conteúdo cultural que enfatizem o aperfeiçoamento profissional e artístico dos recursos humanos na área da cultura, a criatividade e a diversidade cultural brasileira;

IV - contribuir para a preservação e proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

V - favorecer projetos que atendam às necessidades da produção cultural e aos interesses da coletividade, aí considerados os níveis qualitativos e quantitativos de atendimentos às demandas culturais existentes, o caráter multiplicador dos projetos através de seus aspectos socioculturais e a priorização de projetos em áreas artísticas e culturais com menos possibilidade de desenvolvimento com recursos próprios. (BRASIL, 1991).

De forma sintetizada, consiste em um instrumento que tem como objetivo promover a captação e direcionamento de recursos públicos para serem investidos em projetos de ações, previamente aprovados, que tenham como escopo a difusão cultural em todos os seus setores e seguimentos.

No âmbito estadual temos alguns dispositivos legais de incentivo cultural, dentre os quais o mais importante é a Lei estadual nº 7.799/1999 – conhecida como Lei Câmara Cascudo – que no caput de seu art. 1º estabelece o seguinte:

Art. 1º. Fica concedido abatimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – à empresa com estabelecimento situado no Estado do Rio Grande do Norte que apoiar financeiramente projetos culturais aprovados pela Comissão Estadual de Cultura (CEC) (Rio Grande do Norte, 1999).

É um diploma legal que cria mecanismos de incentivos que possibilitam financiamentos de projetos culturais e estes recursos captados junto as empresas contribuintes do ICMS, com domicílio fiscal no Rio Grande do Norte, poderão ser abatidos pela empresa financiadora quando da apuração e pagamento desse imposto, desde que estes atendam todos os critérios normativos e que sejam, ainda, devidamente aprovados pela Comissão Estadual de Cultura (CEC), conforme inteligência albergada na supramencionada norma.

Em nossa pesquisa identificamos Touros-RN como o único município da região do Mato Grande que tem legislação específica para o fomento cultural. No ano de 2020 foi aprovada a Lei municipal nº 847/2020 – denominada Lei Ivanildo Penha - idealizada pela Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política (ATCCP), que tem por objetivo promover

o financiamento de projetos culturais por meio de incentivo fiscal – renúncia de receitas. Em seu Art. 1º diz o seguinte:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir, no âmbito do Município de Touros, Incentivo Fiscal para Projetos Culturais (IFPC), a ser concedido à pessoa física ou jurídica domiciliada no Município de Touros (TOUROS-RN, 2020).

Diz, ainda, o supracitado diploma legal que os proponentes que tiverem seus projetos aprovados pela Comissão de Avaliação de Projetos (CAP) poderão captar recursos junto as empresas domiciliadas no território tourense para custear todas as despesas do projeto aprovado e as empresas patrocinadoras, por sua vez, poderão compensar o valor correspondente ao patrocínio quando da apuração dos impostos municipais (ISSQN e IPTU).

Contudo, é necessário ressaltar que para que haja a efetivação das políticas públicas como instrumentos específicos de ações práticas no setor cultural, além de dispositivos legais de incentivos fiscais específicos para o setor, necessários se fazem que as previsões orçamentárias para difusão cultural estejam contempladas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária.

Por fim, iremos analisar os investimentos públicos na região do Mato Grande, com destaque para o município de Touros, por meio das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), bem como os demonstrativos fiscais publicados no Portal da Transparência e pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN).

2. ORÇAMENTO PÚBLICO

Orçamento Público é um processo dinâmico, contínuo e flexível que traduz, em termos financeiros, a operacionalização dos planos e programas de trabalho do governo, materializando-se como um instrumento institucional de **planejamento**, assim como de execução, acompanhamento, avaliação e controle dos gastos públicos que devem ser realizados em cumprimento a suas funções institucionais impostas aos Entes Públicos pela nossa legislação, especialmente pelo art. 165 da CF que estabelece: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.” (Brasil, 1988).

Slomski (2006) traz a seguinte definição a respeito do significado do orçamento público:

O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir; terá como base o plano plurianual e será elaborado respeitando-se a lei de diretrizes orçamentárias aprovada pelo Poder Legislativo. E seu conteúdo básico será a estimativa da receita e a autorização (fixação) da despesa, e será aberto em forma de partidas dobradas em seu aspecto contábil.” (SLOMSKI, p. 304, 2006).

Como vimos acima, durante o processo de construção do orçamento público faz-se imperativo a inclusão de todas as despesas a serem realizadas durante determinado período, devendo, ainda, ser utilizado como um excelente mecanismo de **planejamento** para o atingimento de resultados eficientes e eficazes, pois evita a desorganização nas ações, oferece subsídios para racionalidade nas decisões, reduzindo riscos e aumentando significativamente as possibilidades de alcançar os objetivos preestabelecidos. Portanto, o planejamento se mostra imperativo neste processo de organizar adequadamente as metas e objetivos pretendidos. Neste mesmo sentido, Matias-Pereira (2008) nos diz que:

O planejamento pode ser entendido como um processo interativo que se desdobra em etapas diferentes e, sendo o planejamento a racionalização do processo decisório, estas etapas têm, necessariamente, o mesmo sentido daquelas identificadas no processo da decisão. (MATIAS-PEREIRA, p. 75, 2008).

O orçamento é, portanto, o instrumento de maior importância na ordenação das ações da gestão pública contemporânea, constando os detalhamentos das previsões de receitas e fixação das despesas de um determinado período, de forma ordenada e planejada, determinando as diretrizes, as metas e objetivos das ações governamentais a serem executadas. No Brasil adotamos a modalidade de Orçamento programa e se constitui de três Leis: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ressalta-se que esse conjunto de leis são de iniciativa do Poder Executivo, elaboradas de forma sequencial, ordenada e individualizadas, que se relacionam entre si e tornam-se um só instrumento englobando todas as receitas e despesas das instituições e órgãos públicos da administração pública direta e indireta.

2.1. PLANO PLURIANUAL – PPA

É o instrumento de planejamento gerencial das ações governamentais de caráter estratégico e político, abrangendo as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, assim como os programas de duração continuada. Tem

vigência do segundo ano de mandato até o final do primeiro ano do mandato seguinte, e tem sua obrigatoriedade fundamentada na Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Orgânica Municipal.

Sustenta Andrade (2008) que na elaboração e construção PPA deve-se buscar a inclusão das propostas e ideias políticas defendidas no período eleitoral:

É um programa de trabalho elaborado pelo Executivo para ser exercido no período correspondente a um mandato político, a ser contado a partir do exercício financeiro seguinte ao da posse, atingindo o primeiro exercício financeiro do próximo mandato. É a transformação, em lei, dois ideais políticos divulgados durante a campanha eleitoral, salientando os interesses sociais” (ANDRADE, 2008, p. 21).

O PPA é, portanto, uma lei onde constam as previsões das ações governamentais que se estendem por mais de um exercício financeiro, é o que se denomina de orçamento de investimento, abrangendo a totalidade das “despesas de capitais, as delas decorrentes e os programas de duração continuada”, a serem suportadas pela totalidade da arrecadação da receita pública.

2.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO

Podemos definir a Lei de Diretrizes Orçamentárias como um conjunto de instruções para a concretização do Plano de Ação Governamental, constituído pelas metas prioritárias extraídas do Plano Plurianual. É um Instrumento de Planejamento, onde, entre outras providências, destacam-se aquelas voltadas para a elaboração, execução e acompanhamento do orçamento público, levando-se em consideração as metas fiscais, os riscos fiscais, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, e as prioridades e metas da Administração Pública, incluindo as despesas de capital. Vejamos a definição dada por Slomski:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento” (SLOMSKI, 2006, p. 305).

Vemos, deste modo, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) exerce uma função de ligação, de intermediação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual

(LOA), como um elo, além de direcionar e estabelecer parâmetros para o processo de construção das ações de políticas públicas a serem implementadas.

2.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA

A Lei Orçamentária Anual é o orçamento propriamente dito, o qual traz a programação dos gastos governamentais para um exercício financeiro, assim como as previsões de receitas e fixação de despesas, e é dividido em: Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento. É na efetiva execução da LOA que a Gestão Pública exerce suas ações e justifica seu sentido de existência, colocando em prática todos os programas planejados para o pleno atendimento das demandas da sociedade, nos diversos setores da sociedade, realizando as relevantes ordenações das políticas públicas, expressando processos decisórios e materializando valores e diretrizes de ação. Em relação a LOA, Andrade faz a seguinte definição:

A Lei Orçamentária Anual, também chamada Lei de Meios, é, pois, uma lei especial que contém a discriminação da receita e da despesa pública, de forma a evidenciar a política econômica e financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.” (Andrade, p. 36, 2008).

Aprofundando esta definição, Andrade (2008) ressalta a necessidade de obediências aos princípios de **Unidade**: que diz respeito a obrigatoriedade de constar em uma única peça, indicação das receitas e despesas e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, inclusive das instituições da administração indireta. O princípio da **Universalidade**: que corresponde a obrigatoriedade de abrigar todas as receitas e despesas a serem realizadas no exercício financeiro. Já o princípio da **Anualidade** estabelece que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, e que este deve coincidir com o ano civil.

2.4 CRÉDITOS ADICIONAIS

Os créditos adicionais são as autorizações de despesas não contempladas ou com dotações insuficientes na Lei Orçamentária Anual. Dependendo da finalidade podemos classificar os créditos em: suplementares, especiais e extraordinários. São instrumentos que devem ser utilizados quando surgir a necessidade de adequações, ajustes, adaptações em

virtude de subdimensionamento de dotações orçamentárias ou situações de imprevisibilidades. Sobre os Créditos Adicionais, Andrade (2008) fala o seguinte:

Observe-se também que o limite percentual de créditos adicionais suplementares deve ser estipulado na Lei Orçamentária, não caracterizando matéria estranha a ela, conforme determina o art. 165, § 8º, da Constituição Federal.” (ANDRADE, 2008, p. 36).

Com isso, fica claro que mesmo sendo vedado qualquer dispositivo estranho a previsão das receitas e a fixação das despesas da Lei Orçamentária Anual, não se inclui nesta proibição a autorização para abertura de créditos adicionais, constituindo-se como mecanismos para eventuais necessidades de ajustes orçamentários.

3. DIFUSÃO CULTURAL

Em todo e qualquer plano de governo deve constar as diretrizes em relação às ações públicas que o gestor irá adotar durante sua gestão e essas diretrizes deverão servir de “bússola”, um norte referenciador para o planejamento e construção do orçamento público. O orçamento público, por sua vez, deve ser constituído com propostas de encaminhamentos dos recursos para todas as áreas de atuação da gestão pública, por rubricas específicas, por meio das denominadas **dotações orçamentárias**. Estas rubricas são utilizadas como canais de direcionamentos de recursos para as ações de governo. De forma sucinta, Andrade (2008, p. 22) destaca que “São, pois, o conjunto de programas e ações envolvidas no plano de governo”. Conclui, por fim, ressaltando que “São ações detalhadas em objetivos por meio dos programas”. Ainda neste contexto, portanto, reforçamos que os recursos consignados para todas as espécies de elementos de despesas devem ser suficientes para que sejam realizadas as políticas públicas, como nos esclarece Matias-Pereira (2008), em virtude de imposição institucional.

As políticas públicas, em decorrência de sua dimensão pública, não devem ser avaliadas pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter **imperativo**. Isto reforça o entendimento de que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas de autoridade soberana do poder público. As políticas públicas envolvem, portanto, atividade política”. (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 137).

Deste modo, difusão cultural corresponde a uma espécie de dotação orçamentária dentre tantas outras, porém, como a própria denominação denuncia, trata-se de uma rubrica

que contempla as ações governamentais voltadas ao resgate e valorização da cultura de um povo.

Por fim, para concluirmos nossa contextualização sobre orçamento público de uma forma geral, Nilton de Aquino Andrade (2008, p. 37) diz ainda:

O orçamento público ou orçamento programa é a materialização do planejamento do Estado, quer na sua manutenção de suas atividades (ações de rotina), quer na execução de seus projetos (ações com início, meio e fim). Configura o instrumento do Poder Público para expressar seus programas de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos (receitas) a serem obtidas, bem como a natureza e o montante dos dispêndios (despesas) a serem efetuadas (ANDRADE, 2008, p. 37).

O orçamento público contempla, assim, todas as receitas e despesas a serem realizadas em um determinado período e em todas as áreas de atuação da gestão pública, porém, ressaltamos que iremos nos debruçar apenas nos valores globais, não fazendo nenhuma análise em relação a sua natureza nem sua categoria econômica, pois o que nos propusemos a estudar prescinde essa necessidade, mormente por entendermos ser irrelevante essas classificações para alcançarmos nossos objetivos.

4. ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA REGIÃO DO MATO GRANDE

Para realizarmos esta análise faremos um estudo transversal, que consiste em estratificar, verificar uma amostra por um determinado tempo observacional e para isso necessário se fez a coleta de números, dados e informações acerca da matéria orçamento público, organizar todos esses elementos para que fosse possível extrairmos informações suficientemente precisas de modo a nos possibilitar gerar um diagnóstico, mesmo limitando-se apenas a valores, não considerando sua natureza ou categoria econômica, porém com o máximo de profundidade sobre a matéria estudada.

Após coletar todas as informações necessárias, iniciamos nossas observações sobre os valores referentes aos orçamentos dos municípios da região do Mato Grande, chegamos à totalidade de um aporte orçamentário na ordem de **R\$ 6.791.036.762,49** (seis bilhões e setecentos e noventa e um milhões e trinta e seis mil e setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e nove centavos), correspondendo ao acumulado do período sob análise, qual seja: do ano de 2013 ao ano de 2022. Vale ressaltar que não foi possível obtermos as informações do município de **João Câmara** referente ao ano de **2015**. Portanto, os valores desse município correspondem a apenas nove anos.

Vejam na tabela 1, em valores absolutos, os orçamentos individualizados por município, classificados em ordem decrescente dos valores:

Tabela 1 – Valores nominais dos orçamentos dos municípios da região do Mato Grande Acumulado do período de 2013 a 2022.

ORDEM	MUNICÍPIO	ORÇAMENTO DOS ÚLTIMOS 10 ANOS
1º	CEARÁ-MIRIM	1.592.703.804,20
2º	JOÃO CÂMARA	846.185.115,51
3º	TOUROS	779.651.142,02
4º	MAXARANGUAPE	483.878.475,25
5º	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	360.074.590,78
6º	RIO DO FOGO	344.254.021,93
7º	POÇO BRANCO	334.164.332,67
8º	TAIPÚ	326.685.092,53
9º	SÃO BENTO DO NORTE	309.401.232,38
10º	JANDAÍRA	281.358.299,65
11º	PUREZA	257.572.903,03
12º	PARAZINHO	241.282.714,90
13º	BENTO FERNANDES	231.853.253,91
14º	CAIÇARA DO NORTE	214.463.788,84
15º	PEDRA GRANDE	187.507.994,89
TOTAIS		6.791.036.762,49

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Elaborado pelo autor.

Como podemos verificar acima, os valores acumulados apresentados para cada ente mostram os três municípios mais populosos da região figurando com os maiores valores, denotando, assim, uma íntima relação entre quantitativo populacional e valor do orçamento público, o que também não configura regra, embora neste caso se mostre clara tal relação. Assim sendo, levando-se em consideração apenas os montantes orçamentários, os municípios de Ceará-Mirim, João Câmara e Touros se destacam na primeira, segunda e terceira colocação, respectivamente. Já no outro extremo, temos os municípios de Bento Fernandes, Caiçara do Norte e Pedra Grande, que ocupam, respectivamente, a antepenúltima, penúltima e última colocação entre todos os municípios da área territorial estudada.

Importante ressaltar que os valores totais dos orçamentos públicos dos municípios da região são fundamentais para que seja possível realizar uma análise mais detalhada, levando-se em consideração a relação orçamento geral x orçamento para difusão cultural, isto é, quanto do orçamento geral é destinado para a área da cultura.

5. ANÁLISE DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INICIAS PARA DIFUSÃO CULTURAL NA REGIÃO DO MATO GRANDE

Preliminarmente, esclarecemos que as dotações orçamentárias iniciais correspondem aos valores dos aportes orçamentários que foram planejados pela gestão pública e que não necessariamente venham a ser utilizados integralmente, pois mesmo com a aprovação em lei gera apenas um direito e não um dever de o poder público realizar tais dispêndios.

Ao observar as peças orçamentárias dos municípios que integram a região geográfica sob estudo, as quais correspondem ao período que contemplam os acumulados dos anos de 2013 a 2022 (este último ano foi analisado até o 5º bimestre), as dotações orçamentárias para a difusão cultural nos revelam a consignação de valores relativamente importantes que correspondem ao aporte orçamentário de R\$ **55.935.505,14** (cinquenta e cinco milhões e novecentos e trinta e cinco mil e quinhentos e cinco reais e quatorze centavos), significando que a região destina 0,82% (oitenta e dois centésimos por cento) do orçamento geral para a dotação orçamentária difusão cultural.

De forma pragmática, significa dizer que a cada R\$ 100,00 (cem reais) do orçamento geral o setor cultural matograndense tem lastro orçamentário de R\$ 0,82 (oitenta e dois centavos).

Diante desta constatação, cabe uma análise do comportamento desses valores tendo como parâmetro o marco temporal inicial de nosso estudo, neste caso, os valores do ano de 2013 até os atuais valores, observando se houve evolução ou involução. Vejamos o gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Dotação Orçamentária para difusão cultural da região do Mato Grande.



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Elaborado pelo autor.

Observando o período deste estudo, percebemos que houve evoluções em alguns anos e involuções em outros, com destaque negativo para o ano de 2016, que nesta série histórica foi o ano com a menor dotação orçamentária, e 2018 com destaque positivo, pois é o ano que apresentou o maior valor de todo o período. Verifica-se, também, que a partir do ano de 2018 os montantes destinados para a dotação orçamentária difusão cultural vem reduzindo gradativamente, ano a ano, podendo indicar uma diminuição de interesse da gestão pública regional pelos investimentos na área cultural.

Objetivando um aprofundamento nestes dados, iremos dissecar essas informações observando o grau de disponibilidade orçamentária para o setor cultural de cada município, pois a verificação individualizada por Ente nos proporcionará alcançar um dos principais objetivos desse estudo: Comprovar os investimentos na área cultural de cada município.

Observemos abaixo os valores que cada município aprovou nos orçamentos dos últimos dez anos para serem investidos em ações culturais e quanto corresponde estes valores em relação aos orçamentos gerais em termos percentuais.

Tabela 2 – Demonstrativo das dotações orçamentárias para difusão cultural dos municípios da região do Mato Grande - Período de 2013 a 2022.

ORDEM	MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA DIFUSÃO CULTURAL	PERCENTUAL SOBRE O ORÇAMENTO
1º	PARAZINHO	5.403.309,00	2,24%
2º	CAIÇARA DO NORTE	4.238.890,00	1,98%
3º	BENTO FERNANDES	3.955.200,00	1,71%
4º	PEDRA GRANDE	2.844.310,00	1,52%
5º	MAXARANGUAPE	5.482.950,00	1,13%
6º	JOÃO CÂMARA	9.514.497,14	1,12%
7º	PUREZA	2.295.500,00	0,89%
8º	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	3.030.288,00	0,84%
9º	POÇO BRANCO	2.197.000,00	0,66%
10º	JANDAÍRA	1.821.780,00	0,65%
11º	CEARÁ-MIRIM	9.209.091,00	0,58%
12º	TAIPÚ	1.251.438,00	0,38%
13º	TOUROS	2.812.073,00	0,36%
14º	RIO DO FOGO	1.167.491,00	0,34%
15º	SÃO BENTO DO NORTE	711.688,00	0,23%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Elaborado pelo autor.

Os dados acima apresentam os valores que cada município da região do Mato Grande destinou para área da cultura, porém esta análise nos dará mais uma informação importante dentro do contexto regional, pois demonstram em termos percentuais quais os municípios que priorizam a cultura dentro de seu plano de ação da gestão pública.

Deste modo, o município que se destaca de forma positiva neste quesito é Parazinho, destinando um aporte orçamentário que corresponde a 2,24% (dois inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do seu orçamento geral, o que significa que a cada R\$ 100,00 (cem reais) arrecadados no município R\$ 2,24 (dois reais e vinte e quatro centavos) poderão ser investidos em ações culturais.

Por outro lado, São Bento do Norte é o município com o pior desempenho neste quesito, apresentando o percentual de apenas 0,23% (vinte e três centésimos por cento) de seus recursos orçamentários, o que representa que para cada R\$ 100,00 (cem reais) arrecadados apenas R\$ 0,23 (vinte e três centavos) poderão ser investidos no setor cultural do município.

O município de Touros, por sua vez, destinou o equivalente a 0,36% (trinta e seis centésimos por cento) de seu orçamento geral para despesas com os projetos e ações culturais, isto significa que para cada R\$ 100,00 (cem reais) que ingressa nos cofres públicos tourenses R\$ 0,36 (trinta e seis centavos) podem ser despendidos no setor de cultura.

Faz-se necessário deixar claro que, em se tratando de orçamento público, a autorização consignada na lei orçamentária é indispensável pra que haja os dispêndios necessários a realização de qualquer ação governamental em qualquer área da gestão pública. Neste sentido, vale ressaltar que caso exista dotação orçamentária, ou seja, rubrica que autorize determinada despesa e não haja disponibilidade de caixa suficiente a despesa não poderá ser realizada, assim como nos casos em que há recursos financeiros, contudo, sem a dotação orçamentária específica, fica impossibilitada a realização da despesa.

Percebemos, com isso, que o orçamento público, mesmo sendo constituído por leis, não tem caráter de compulsoriedade de execução de todos os valores consignados para as dotações aprovadas, sendo assim, uma mera possibilidade de realização em um todo, em parte ou até mesmo que não haja dispêndio algum, exceto para as áreas da saúde e educação que têm percentuais mínimos a serem cumpridos. O fato é: o que for realizar deve está orçado. O que não estiver orçado, não poderá ser realizado.

6. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RUBRICA DIFUSÃO CULTURAL NA REGIÃO DO MATO GRANDE

Faz-se necessário esclarecermos em que consiste a execução orçamentária e todos desdobramentos intrínsecos à matéria. De forma pragmática, é o que de fato a gestão pública realiza, levando-se em consideração o que fora autorizado e o limite de remanejamento constante na própria lei, ou seja, pode haver um gasto maior ou menor do que foi aprovado para cada rubrica, desde que esteja dentro desse limite a ser remanejado.

Para que possamos avaliar a execução da dotação orçamentária difusão cultural da região, adotaremos como parâmetro o comportamento da série histórica, ano a ano, com os dados estatísticos que possibilitarão identificarmos tendências e intenções dos municípios que pretendem investir mais ou menos nesta área. Podemos, ainda, comparar os valores que cada município destina no orçamento para as ações culturais, assim poderemos dimensionar o grau de investimento que cada município faz nesta área, pois, com isso, verificaremos quão valorizada é a cultura de cada município, uma vez que entendemos que, dentro do âmbito da gestão pública, é através dos números que os programas, as ações, as metas e as políticas públicas ganham vida e se materializam com a efetiva realização dos dispêndios necessários para executá-las.

Vejamos abaixo os valores efetivamente executados na dotação orçamentária difusão cultural dos municípios da região do Mato Grande, referente ao acumulado do período de 2013 a 2022:

Tabela 3 – Demonstrativo das dotações orçamentárias executadas para difusão cultural dos municípios da região do Mato Grande - Período de 2013 a 2022.

ORDEM	MUNICÍPIO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXECUTADA
1º	CEARÁ-MIRIM	8.574.398,20
2º	PEDRA GRANDE	2.409.970,65
3º	JOÃO CÂMARA	2.380.180,18
4º	CAIÇARA DO NORTE	1.510.589,86
5º	POÇO BRANCO	1.388.680,74
6º	MAXARANGUAPE	1.230.560,43
7º	PUREZA	731.363,01
8º	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	697.188,24
9º	TAIPÚ	590.312,18
10º	PARAZINHO	578.421,13

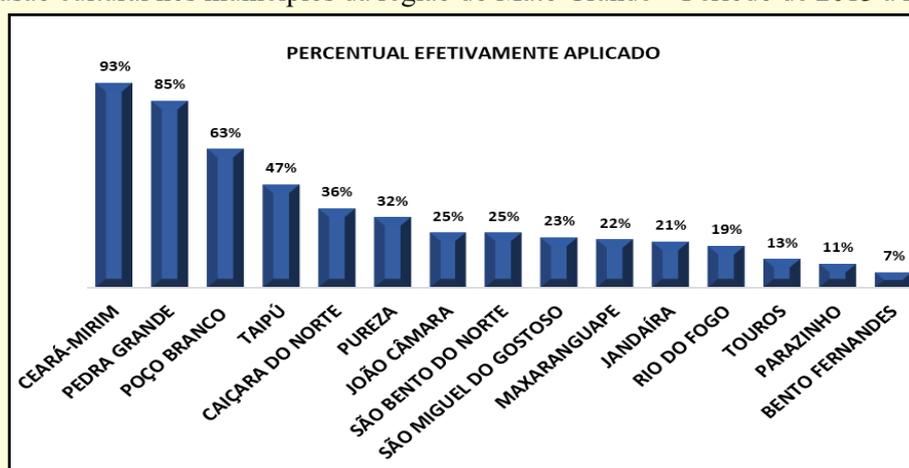
11°	JANDAÍRA	381.600,00
12°	TOUROS	376.224,14
13°	BENTO FERNANDES	275.232,59
14°	RIO DO FOGO	222.155,34
15°	SÃO BENTO DO NORTE	181.151,40
TOTAL		21.528.028,09

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Elaborado pelo autor.

Ao nos depararmos com as informações da tabela 2 acima, imediatamente percebemos uma disparidade gigantesca entre o valor constante no orçamento inicial da região – item 5, que é de R\$ **55.935.505,14** (cinquenta e cinco milhões e novecentos e trinta e cinco mil e quinhentos e cinco reais e quatorze centavos), e o valor da execução orçamentária que é de **R\$ 21.528.028,09** (vinte e um milhões e quinhentos e vinte e oito mil e vinte e oito reais e nove centavos), significa dizer que dos 100% (cem por cento) dos valores aprovadas para o orçamento da área cultural apenas 38,49% (trinta e oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento) foi de fato utilizado, isto nos mostra que dos quase 56 milhões de reais autorizados a investir em cultura menos de 22 milhões de reais foram efetivamente investidos na região do Mato Grande durante o último decênio, com isso, deixaram de ser investidos em cultura algo na ordem de **34 milhões de reais** durante o decênio pesquisado.

Quando analisamos os dados de forma individualizada, percebemos que alguns municípios executam algo muito próximo ao que foi aprovado no orçamento, e para demonstrar isto, observemos o gráfico a seguir, onde constam os municípios e seus respectivos percentuais que foram efetivamente aplicados:

Gráfico 2 – Percentual dos recursos que foram aplicados em relação aos valores aprovados para difusão cultural nos municípios da região do Mato Grande – Período de 2013 a 2022.



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN. Confeccionado pelo autor.

Verifica-se que alguns municípios da região buscam atingir o que fora proposto e aprovado nos orçamentos municipais, deixando claro que se utilizam do orçamento como um instrumento de planejamento e controle das ações governamentais. É imperativo que os municípios busquem executar seus orçamentos próximo do que foi planejado e aprovado e esse controle deve ser perseguido durante todo o ciclo orçamentário. De forma sintetizada, Slomski (2006, p. 309) deixa claro que o ciclo orçamentário perpassa pela “elaboração, estudo, aprovação, execução e avaliação”.

Contudo, fica demonstrado de forma insofismável que a grande maioria dos municípios da região não se preocupa em utilizar-se das ferramentas gerenciais de controle, execução e avaliação como mecanismo indispensável durante todo o ciclo orçamentário, comprometendo, assim, a eficiência na aplicação dos recursos públicos para as dotações consignadas nas leis orçamentárias.

Outrossim, como já mencionado acima, temos que destacar positivamente os municípios de **Ceará Mirim, Pedra Grande e Poço Branco** que aplicaram **93%, 85%, e 63%**, respectivamente, dos montantes destinados à difusão cultural. Por outro lado, destacam-se negativamente, em relação a aplicação dos recursos destinados para o mesmo setor, os municípios de **Touros, Parazinho e Bento Fernandes**, que realizaram apenas **13%, 11% e 7%**, respectivamente, do total dos valores autorizados.

8. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE TOUROS – PERÍODO DE 2013 A 2022

Observaremos pormenorizadamente a execução orçamentária da rubrica difusão cultural do município de Touros, analisando o comportamento dos dispêndios efetivamente realizados durante toda a série histórica para que seja possível vislumbramos um diagnóstico comportamental das ações de governo em relação a cultura tourense. Para alcançarmos aquilo que este estudo se propõe, foi confeccionado um gráfico dessa série histórica com todos os investimentos, todas as despesas e todos os gastos públicos do período de 2013 a 2022 (até o 5º bimestre de 2022).

Gráfico 3 – Execução dos investimentos em cultura no município de Touros/RN Período de 2013 a 2022.



Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN. Confeccionado pelo autor.

A figura acima nos apresenta, de forma gráfica e numérica, os recursos públicos gastos nas ações culturais do município, com pequenas variações de valores para cima ou para baixo durante todos os anos pesquisados, exceto o ano de 2020 que teve um investimento extremamente elevado, levando-se em consideração os demais anos.

Contudo, verifica-se que no ano de 2020 houve a aprovação da Lei Federal nº 14.017/2020 – denominada Lei Aldir Blanc, que estabeleceu uma série de ações emergenciais para o setor cultural a nível nacional, onde o Governo Federal transferiu aporte financeiro considerável para todo o Brasil, com a finalidade de mitigar o impacto negativo no setor cultural pelo novo coronavírus (Covid 19). Com isso podemos concluir que os investimentos realizados na cultura em 2020, não necessariamente tenha sido um “despertar” do município

para a valorização da cultura tourense, uma vez que nos anos seguintes o comportamento dos investimentos foi similar ao período que antecedeu a pandemia.

Outro dado importante diz respeito a relação entre os valores que foram inicialmente orçados e os valores realmente executados, pois quando observamos o aporte orçamentário que foi aprovado em leis para ser aplicado na área cultural e confrontamos com o montante que foi efetivamente executado a disparidade é gigantesca, tendo em vista que o valor acumulado aprovado para investimentos durante o período foi de **R\$ 2.812.073,00** (dois milhões e oitocentos e doze reais e setenta e três centavos), já o valor aplicado até o 5º bimestre de 2022 para este mesmo período foi de apenas **R\$ 376.224,14** (trezentos e setenta e seis mil e duzentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), o que corresponde a algo em torno de apenas **13%** (treze por cento) do total. Em suma, significa dizer que a cada R\$ 100,00 (cem reais) aprovado apenas R\$ 13,00 (treze reais) foi devidamente investido.

Cabem ainda mais algumas conclusões, uma delas é a relevante constatação que mais de **R\$ 2.435.000,00** (dois milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil reais) que foi aprovado no orçamento deixaram de financiar o setor cultural no município de Touros durante o período examinado.

Dentro das perspectivas deste estudo transversal, faremos agora comparativos dentro do lapso temporal determinado com o propósito de identificarmos quais os municípios da região que mais investem em cultura levando-se em consideração não os valores absolutos, mas os investimentos realizados frente ao orçamento geral, em termos percentuais. Essa perspectiva é a que julgamos ser mais justa para com todo o universo averiguado, visto que há vários municípios que recebem em um decênio o que Ceará-Mirim, por exemplo, arrecada em apenas um ano. Com isso, justifica-se a verificação em termos percentuais.

Dito isto, analisemos o gráfico abaixo onde constam os percentuais que cada município aplicou em cultura em relação ao seu orçamento geral:

Gráfico 4 - Tabela dos percentuais de investimos que os municípios da região do Mato Grande realizaram em cultura em relação ao orçamento (2013 a 2022).



Fonte: Tribunal de Contas de Estado do Rio Grande do Norte. Elaborado pelo autor.

Levando-se em consideração a relação orçamento geral frente ao investimento realizado no fomento do setor cultural da região, destacamos **Pedra Grande** que se consolida na condição do município que mais investe na cultura dentre todos os municípios submetidos a este estudo. Tivemos o valor de **R\$ 187.507.994,89** (cento e oitenta e sete milhões e quinhentos e sete mil e novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos) referente ao orçamento geral, enquanto o valor gasto em cultura foi de **R\$ 2.409.970,65** (dois milhões e quatrocentos e nove mil e novecentos e setenta reais e sessenta e cinco centavos), ou seja, investiu **1,29%** (um inteiro e vinte e nove centésimos por cento) do total de seu orçamento geral.

No outro extremo aparece **Touros** na condição do município que menos recursos públicos utilizou em ações de valorização da cultural, figurando na última posição entre todos os municípios da região, com um percentual de apenas **0,05%** (cinco centésimos por cento) do total de seu orçamento durante a última década, resultante da relação dos valores do orçamento geral que foi de **R\$ 779.651.142,02** (setecentos e setenta e nove milhões e seiscentos e cinquenta e um mil e cento e quarenta e dois reais e dois centavos), com o valor que foi efetivamente investido na cultura tourense, qual seja: **R\$ 376.224,14** (trezentos e setenta e seis mil e duzentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida buscou expor as políticas culturais da região do Mato Grande durante o período de dez anos, a partir de uma análise que teve como material de pesquisa os valores previstos e realizados que constam nos demonstrativos das execuções orçamentárias disponibilizadas pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte.

Com isso, foi possível verificamos que a região do Mato Grande disponibilizou um valor significativo na dotação orçamentária inicial, mas efetivamente utilizou menos de 39% (trinta e nove por cento) do total que poderia ser investido na cultura matograndense. Entretanto, ao realizarmos uma observação dos municípios de maneira individualizada, comprovamos que alguns realmente investem algo muito próximo daquilo que foi proposto na dotação inicial e outros simplesmente ignoraram o que foi orçado, inclusive deixando de realizar qualquer gasto por alguns anos.

Além disso, a análise dos dados orçamentários denuncia uma prática temerária em matéria de gestão pública, que consiste em reduzir o orçamento público em uma mera peça decorativa, algo desprezível, sem a menor importância do ponto de vista de planejamento das políticas públicas, haja vista ser o orçamento um instrumento de **planejamento** das ações públicas por excelência. Neste sentido, afirma José Matias-Pereira (2008, p. 78), “o processo de planejamento compreende as seguintes funções: planejamento, execução, controle e avaliação. O planejamento, conforme já ressaltado, é um processo de racionalização coordenada das opções, permitindo prever e avaliar cursos de ação alternativos e futuros, com vista na tomada de decisões mais adequadas e racionais”.

Infelizmente, os resultados obtidos por nossa pesquisa denunciam, de forma insofismável, que o orçamento da área cultural, na grande maioria dos municípios integrantes da região, fica relegado a um segundo plano.

Finalizamos nossa jornada ressaltando que é imperativo compreendermos a cultura em suas várias dimensões, envolvendo questões que resgatem e valorizem os ativos culturais de um povo por meio das políticas públicas como indutor do desenvolvimento social. Destarte, necessário se faz a efetiva participação popular na criação de espaços de debates com a finalidade de democratizar os instrumentos de cultura através do orçamento público.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino, Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 3. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em 4 dez de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_8.313_de_23_de_dezembro_de_1991.pdf>. Acessado em 3 dez. 2022.

MATIAS-PEREIRA, José, Manual de Gestão Pública Contemporânea. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 7.799, de 30 de dezembro de 1999. Rio Grande do Norte: Assembléia do Estado do Rio Grande do Norte, [1999]. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=359016>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SLOMSKI, Valmor, Manual de Contabilidade Pública. Um Enfoque na Contabilidade Municipal. 2. Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

TOUROS/RN. Lei nº 847, de 01 de outubro de 2020. Rio Grande do Norte. Câmara Municipal de Touros/RN [2020]. Disponível em: <<https://www.printfriendly.com/p/g/dqhvac>>. Acesso em: 04 dez. 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – Demonstrativo da Execução das Despesas. Disponível em: <<https://www.tce.rn.gov.br/TransparenciaJurisdicionados/Consulta/>> Acessado em 29 nov. 2022.

OLÁ, QUEM É VOCÊ?... EU?.....MUITO PRAZER, EU SOU DE CAJUEIRO!

LEVI RODRIGUES DE MIRANDA
Doutor em Educação (UMINHO-PT)

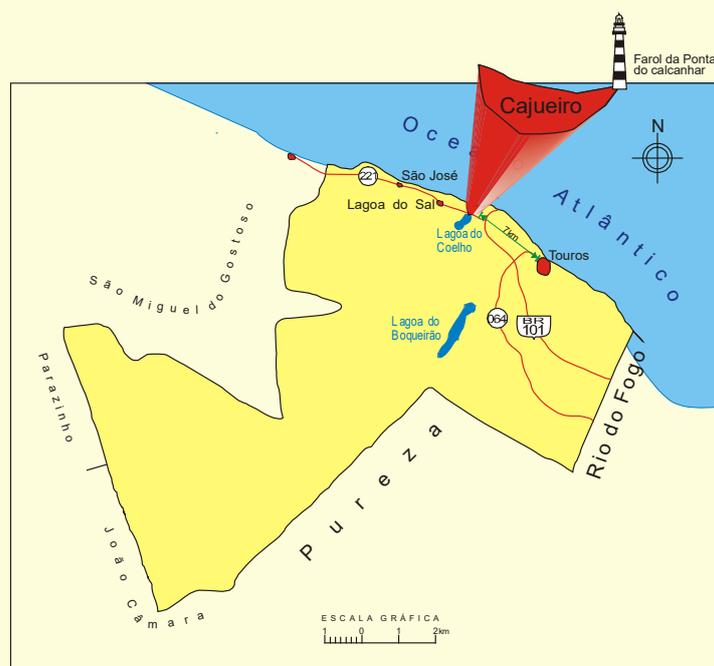
O presente texto tem como fito apresentar algumas figuras cajueirenses que marcam ou marcaram a história identitária desta comunidade pesqueira, situada na “quina” do Brasil. A lembrança coletiva destas personalidades se destacam no contexto coletivo da comunidade por sua vida pessoal, ora comuns com os seus pares, ora se distinguem pela sua forte personalidade lembrada pelos moradores de Cajueiro.

São indivíduos locais que mesmo vivendo de forma espontânea, destacam-se na existência da comunidade cajueirense.

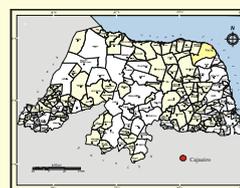
A PRAIA DE CAJUEIRO

A praia de Cajueiro está localizada a 90 quilômetros, aproximadamente, da capital, Natal-RN (ver figura 1). Sendo um distrito da cidade de Touros-RN, este povoado desfruta de uma bela faixa litorânea (ver figura 2) margeada por um cordão de dunas, repleto de lagoas temporárias que em período de cheia apresentam um belo quadro natural (ver figura 3).

Figura 1 - Localização do Distrito de Cajueiro no território Tourense.



Elaboração: Francisco Juscelino Santos da Silva, 2002
 Fonte: Fundação IDEC/RN - 1991



Localização do município de Touros-RN.

FONTE: Miranda (2002).

Imagem 1 - A ampla área praiana de Cajueiro no baixa-mar.



Fonte: Acervo do autor.

Imagem 2 - Lagoa dos Homens, manancial temporário, o lazer dos cajueirenses nos tempos de cheia.



Fonte: Acervo do autor.

Logo na porta de entrada para a comunidade nos deparamos com a beleza magnífica da Lagoa do Coelho (ver figura 4), um cartão postal para os passantes, viajantes e turistas que têm como destino a cidade de Gostoso (São Miguel do Gostoso), através da rodovia RN-221, por este motivo nos atrevemos a dizer que **Cajueiro é uma delícia no caminho do Gostoso.**

Imagem 3 – Lagoa do Coelho, porta de entrada do distrito de Cajueiro.



Fonte: Acervo do autor.

Na vida cotidiana de Cajueiro, observamos uma labuta diária dos heróis do mar, homens que logo no alvorecer do dia enfrentam o mar, seja debaixo de chuva, vento ou frio, e lá vão eles buscar a riqueza lagosteira ou peixeira que a natureza oferece (ver figura 5).

Partindo da praia seca ou cheia, os pescadores se lançam ao mar, por volta das quatro horas da manhã, quando iniciam as atividades para a pesca, e lá em águas profundas permanecem por várias horas, e até dias, e ao retornarem a terra, vêm carregados de lagostas, polvos e peixes variados e de boa qualidade, é albacora, serra, cioba, dentão, cavala, sirigado, guarajuba, guaiuba, ariacó, arraia, pescada, atum e tantos outros.

É uma verdadeira riqueza que o mar oferece diuturnamente à comunidade cajueirense. Nesta comunidade pesqueira o aproveitamento dos recursos oferecidos pelo mar se constitui num privilégio para os pescadores, pois desfrutam de um amplo mar de águas claras que permite uma melhor extração das riquezas pesqueiras, constituindo, desta forma, numa verdadeira dádiva da natureza. Assim sendo, o pescador local e a natureza aparecem como elementos complementares, de maneira que um dá sentido à existência do outro.

Imagem 4 – Grande parte dos homens da comunidade se dedicam ao trabalho no mar diariamente, verdadeiros heróis do mar.



Fonte: Acervo do autor.

A pesca, portanto, é uma atividade muito importante para essa comunidade costeira que tem uma influência imprescindível na cultura e na economia do lugar, sendo a principal fonte de renda e sobrevivência para muitas famílias, pois o pescado além de comercializado é o prato principal na alimentação da população local, fazendo parte do modo de vida dessa gente.

Corroborando com nosso pensamento, MONTEIRO, SILVA e PAULA (2018) nos diz:

Os pescadores veem na pesca uma dimensão que ultrapassa o simples interesse econômico, para eles a pesca é uma cultura, uma arte, um modo de intervir com a natureza, o que reflete também nos modos de vida. Também pode ser uma possibilidade de inserção social, recrutando jovens e adultos em situação de risco para o setor, visto que a comunidade tem fraca vocação para comércio fixo e poucas oportunidades no setor de serviços.

FIGURAS CAJUEIRENSES

Muitas são as pessoas de Cajueiro que por sua vivência admirável deixam ou deixaram sinais da sua presença na sociedade local e serão sempre lembradas na identidade e memória do lugar. A preservação da identidade de um lugar é de uma importância fundamental para que as gerações futuras possam compreender seu presente, tendo por baliza os fatos do passado, tais como as figuras, imagens, símbolos e costumes que ora o fato velho se associa ao novo de forma harmônica ou não.

Nesse sentido, assim nos fala Miranda (2002):

Na busca de se entender a identidade social local de Cajueiro, procuramos (...) identificar as imagens, os símbolos, os costumes e as fantasias que compõem o imaginário social do lugar. Intercalando tais imagens, como forma de se evidenciar a preservação, destruição do passado, cedendo o seu lugar ao presente ou mesmo a dialética de conciliação entre o novo e o velho, o arcaico e o moderno, observando isto de forma objetiva nas mudanças socioespaciais refletidas na paisagem. Mediante as relações que o homem estabelece como o seu meio no dia a dia, ele vai construindo através das suas ações um museu imaginário repleto de conotações subjetivas, que devido as suas imagens peculiares, logo nos reporta a um determinado lugar.

Como mantemos relações sociais concretas com nossos semelhantes, percebemos que algumas pessoas se destacam no imaginário coletivo da comunidade que estamos inseridos, na qual construímos nossa identidade repleta de imagens de figuras peculiares, reconhecidas num cotidiano nostálgico da população cajueirense, onde algumas dessas famosas figuras ainda interagem com o presente e/ou quem sabe perpetua-se na memória identitária cultural do momento vivido e do futuro.

CAJUEIRENSES INESQUECÍVEIS

Desfilarão, a seguir, alguns dos ilustres habitantes da comunidade, embora tenhamos consciência de que muitas são as figuras que mereciam estar neste desfile, mas por uma questão de tempo, dificuldades de informações e a brevidade da pesquisa, apresentaremos apenas algumas personalidades que tivemos acesso às suas pequenas biografias, através de relatos de familiares e conhecidos.

Salientamos que optamos por usar a fala dos entrevistados na elaboração do texto na medida do possível, porém, em momentos nos quais o citado já tenha feito a viagem para a vida eterna, partimos para a descrição com base nos dados coletados. Para início de nossa incursão na identificação da memória dos personagens cajueirenses, lançamos mão da seguinte **questão inicial**:

QUEM É VOCÊ?

1) Eu sou Lilia

Meu nome de batismo é Maria Alves de Oliveira, nasci em 13 de novembro de 1933, sou nativa de Cajueiro, filha biológica de Seu Lourenço e D. Luiza Pinto, fui criada pela família Pinto. Me casei com Miguel Cândido, um ditoso madeireiro, que trazia do Estado do Pará material essencial para a produção de jangadas de cinco paus, movidas à vela. Como simples comerciante no centro da comunidade, criei 3 filhos, Cláudio, Miguel e Manuelzinho, e até os dias de hoje comercializo na pequena venda. Sentada numa cadeira estrategicamente bem-posicionada, todas as tardes na porta da sua bodega, D. Lilia conta muitas histórias sobre a vivência dos cajueirenses, que passam ou já passaram na frente do seu comércio, localizado estrategicamente na rua principal da comunidade. Esta senhora bem vistosa, de pele e olhos claros, é uma testemunha real da identidade e memória viva do lugar, com muitos causos e prosas para contar.

2) Eu sou Seu Tião (in memorian)

Sebastião Nobre Gama, na verdade não é um nativo de Cajueiro, tornou-se filho de coração. Conheceu o lugar quando veio trabalhar na função de faroleiro no Farol do Calcanhar, no início da década de 1960, apaixonou-se pela pacata praia de pescadores, logo casou-se com uma bela cajueirense e construiu uma extensa família, sendo as filhas mulheres: Madalena, Lucimar, Isabel, Lúcia, Luci, Fátima e Socorro; e os homens: Fernando, Alfredo, Tiãozinho, Luciano e Aluizio. Foi vereador por várias legislaturas na década de 60 e vice-prefeito de Touros na Gestão presidida pelo Sr. Pedro Ribeiro. Durante o período na função

de vereador do distrito, não mediu esforços para a implantação da TELERN, água encanada e a energia elétrica da Usina de Paulo Afonso, em substituição ao motor movido a óleo, gerador de energia para iluminação pública da comunidade até às 10 horas da noite. Um dos seus feitos memoráveis foi a fundação do time de futebol, denominado Flamengo, para o qual comprou com seus próprios recursos todo material esportivo e conseguiu com o Sr. Lourival de Castro, afortunado comerciante, um terreno para a criação do primeiro campo de futebol do povoado, localizado num extenso espaço de várzea, próximo ao cemitério, no qual se realizavam, aos domingos a tarde, festivas partidas do time do lugar contra adversários de distritos vizinhos. A população participava com muito entusiasmo, portando bandeirinhas com as cores do time, era uma verdadeira festa para toda comunidade praiana. Seu Sebastião nasceu em 03 de abril de 1917 e faleceu em 2007. Mesmo já sem exercer função de vereador, envidou providências no cartório de Ceará-Mirim para confecção de documentação dos cajueirenses, também agilizou a aposentadoria dos nativos que já tinham direito adquirido pelo tempo de serviço.

3) Eu sou Darinho

Meu nome é Dário Baracho de Castro, nasci em 15 de julho de 1949, sou filho de Maria Baracho e Pedro Francisco de Castro (Pedro de Rosa), antigo comerciante do lugar, poeta e muito prosador. Diz o ditado popular, que “filho de peixe peixinho é”, pois tal como meu pai, gosto de fazer contações de histórias, tenho um prazer excessivo em prostrar com os amigos, contando minhas histórias, do meu pai e dos amigos num passado de Cajueiro. Quando mais jovem sempre fui folião, e naqueles carnavais do lugar, na década de 1960, me fantasiava de cigano e no meu cavalo percorria várias comunidades vizinhas fazendo peripécias, angariando várias galinhas doadas como brinde em compensação dos momentos alegres e festivos, que eu e um grupo de rapazes proporcionávamos nas localidades por onde passávamos. Até os dias atuais, Darinho é um exímio contador de histórias e estórias, com muito talento e possuidor da arte de dramatizar suas falações, deixando, assim, seus ouvintes extasiados pela performance na contação de causos, contos, prosas e histórias guardadas na fertilidade da sua mente criativa. Vale a pena passar uma tarde e noite ouvindo as fábulas de Darinho, um monólogo humorístico e muito agradável.

4) Eu sou Reginaldo

Meu nome é Reginaldo Constantino dos Santos, nasci em 12 de novembro de 1947, sou Filho de Ciço Grande e D. Regina, tive como irmãos: Dalva, Nalva, Fan, Biinha, Esmeralda (dona da antiga pensão), Utanto e Geraldo, vivi diversos casos amorosos, tenho como filhos vivos, a Rejania, Regineide e Givaldo (e dois faleceram ainda anjinhos). Sou uma figura muito conhecida no lugar, pois de

tudo já fiz um pouco, fui pescador, roçeiro, vaqueiro, machante, lenhador, servente de pedreiro, zelador, coveiro, vigia, feirante, lenhador e outras atividades que por acaso aparecessem, hoje estou aposentado. Conversar com Reginaldo é o momento escutar muitas histórias, lendas e causos amedrontadores, tais como do Lobisomem, o batatão, os cavaleiros, o tambor rolando e outro, muitos destas “estórias” foram vivenciadas pelo próprio contador, que se empolga ao relatar tais fatos que ele presenciou ao longo da sua existência.

5) Eu sou Bastinha (in memorian)

O nome verdadeiro é Sebastiana Gomes de Oliveira, nasceu em 9 de agosto de 1929 e faleceu em 24 de abril de 2013, além de excelente labirinteira, Bastinha era muito conhecida pela sua fábrica de beleza (espécie de biscoito feito com amido de goma em formato de um oito), seu esposo saía pelas ruas ao final da tarde com um pau apoiado no pescoço, carregadas de belezas novinhas.

6) Eu sou Tetéia

Meu nome de batismo é Auristela Ramos de Brito, nasci em 27 de fevereiro de 1941, fui companheira por mais de 40 anos de Evangelista, destacado pescador de Cajueiro, com o qual tive quatro filhos. Tetéia até hoje se apresenta como uma mulher alegre, sorridente e feliz, fazendo parte de grupos de danças folclóricas de Cajueiro, tais como pastoril, baianas e a farinhada, atualmente desativados. Lembra esta senhora que no período da apresentação do pastoril, ganhava-se muito dinheiro dos cavalheiros presentes na festa, quando estes recebiam o bouquet de flores das pastoras, pagava uma certa quantia em dinheiro e tinha portanto, o direito a dançar uma “parte” com a dama colorida de fitas, seja ela do cordão encarnado ou azul. Tetéia também auxiliava sua mãe Mariazinha de João Pinto, no período carnavalesco, produzindo a famosa laranjinha, uma espécie de bola feita de parafina, enchida com água de cheiro, que servia para ser jogada nos foliões da época.

7) Eu sou Dadinha

Meu nome mesmo é Maria da Natividade, nasci em Cajueiro no dia 8 de setembro de 1953, foi trabalhando como labirinteira e lavagem de roupas que criei sete filhos, minhas irmãs Neidinha, Nazinha e Nadir até hoje moram aqui no lugar que nascemos. Podemos considerar Dadinha como um patrimônio cultural de Cajueiro pela sua história de vida na comunidade.

8) Eu sou Seu Cruz (in memoriam)

Seu Cruz foi um dos fundadores da Igreja Evangélica em Cajueiro, sendo propriamente o primeiro pastor e responsável pela construção do antigo templo de protestantes. Faleceu com 101 anos.

9) Eu sou Fulô (in memorian)

Seu nome mesmo é Fuloripe Constatino de Araújo, foi uma das mais conhecidas senhoras do lugar, pela sua aparência desjeitosa, porém de uma alegria de viver incomensurável. Fulô desfrutava de amizade com todos que a conheciam, pois, seu jeitão de brincalhona, criava várias piadas e prosas com seus convivas e conhecidos que chegavam ao final do ano para o veraneio em Cajueiro. Em 2007, Fulô partiu para a eternidade e deixou boas e alegres lembranças da sua existência.

10) Eu sou Dona Ciça Coelho (in memorian)

Maria Cícera Coelho foi a costureira mais famosa de Cajueiro, fez costura tanto para o cajueirense como para os veranistas que aqui chegavam de João Câmara costumeiramente ao final do ano.

11) Eu sou Dezoito de Generina (in memorian)

Filho de Generina, uma velha senhora católica, que fazia anualmente um famoso terço de oração em sua residência, Dezoito dedicou sua vida de jovem à pesca, de onde retirou o sustento da sua família. Diante de sua longa vivência no mar, aprendeu muitas artimanhas e fatos ocorridos no alto mar e na beira da praia, devido sua falação constante sobre os causos relativos ao mar, muitas das pessoas do lugar não davam muita credibilidade às suas narrativas e afirmavam: São “estórias de pescador”.

12) Eu sou Seu Silas da Colônia (in memorian)

O nome de batismo é Silas Baracho. Foi presidente da colônia de pescadores de Cajueiro por mais de 20 anos, desenvolvendo um trabalho de apoio aos nativos da comunidade cajueirense e dos pescadores da comunidade denominada Lagoa do Sal, associados da colônia que sobrevivem da pescaria de peixe e lagosta. Por muito tempo foi construtor de barcos no pequeno estaleiro do qual foi proprietário. Diante da importância da oficina artesanal de barcos para Cajueiro e praias no entorno, teve a honra de receber, em suas instalações, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1996.

13) Eu sou Lourival (in memorian)

Lourival Francisco de Castro, filho de Antônio Bernardo de Castro e Rosa, foi casado com a Senhora Aurora Ribeiro de Castro, com a qual teve os filhos: Eliziete (Maria), Eliete, Edy, Edivaldo, Sandoval, Jorge, Mário, Paulo e Fernando. Além de grande proprietário de terras, o famoso comerciante da década de 1960 tinha repercussão no ramo do comércio pela variedade de produtos que eram expostos para venda em sua loja, localizada no centro da comunidade. Era um ponto atrativo na época para todos os fregueses do lugar, distritos vizinhos e da sede municipal do território tourense. O comércio oferecia medicamentos, roupas, tecidos, combustíveis, alimentação, frutas, ferragens, acessórios (aviamento) de moda e decoração, pesca, utilidades domésticas, produtos para agricultura e uma infinidade de produtos úteis à casa, ao trabalho marítimo, agropecuário, caça e construção civil.

14) Eu sou Gaspar (in memorian)

Famoso sanfoneiro de Cajueiro, casado com dona Adami. A arte de Gaspar não se limitava apenas a tocar acordeom, executou excelentes trabalhos na construção de casas, na função de pedreiro.

15) Edgar (in memorian)

Seu Edgar do Coelho foi um senhor de posse, proprietário de vasta gleba de terras, produtora de hortaliças e frutas, num pequeno povoado próximo a Cajueiro, denominado Coelho, situado no entorno da Lagoa do Coelho.

16) D. Helena (in memorian)

D. Helena foi muito conhecida no lugar pois por muito tempo dedicou-se à lavagem de roupa das famílias cajueirenses, uma vez que na década de 1960 não existia água encanada na comunidade. Morando próximo às lagoas que surgem nas dunas, tais como a lagoa do Homens e a Belezinha, esta senhora, sempre de forma destemida, equilibrava a trouxa de roupa na cabeça e percorria a longa faixa de praia para atender a clientela que morava no centro do lugar. D. Helena partiu para a vida eterna na segunda década do ano 2000, no auge de seus 114 anos de idade.

17) Miguel Queri (in memorian)

Miguel Raimundo da Silva nasceu em 24/04/1924, senhor de estatura elevada, destacou-se na história de Cajueiro por ter sido um atuante sindicalista rural e logo depois indicado para ser delegado, embora tenha recusado o convite,

destacou-se também por ter sido candidato a vereador, chegando a perder o pleito por apenas um voto. Seu conhecimento popular deve-se ao fato de ter sido por muito tempo proprietário do mais conhecido bar praiano de Cajueiro, situado na orla marítima, um ponto de apoio e lazer para os pescadores nos seus momentos de folga do trabalho exaustivo no mar. Foi no seu estabelecimento comercial que teve a ilustre oportunidade de receber o ex-presidente do Brasil, o Sr Fernando Henrique Cardoso, durante seu mandato na gestão do país. O bar de Seu Miguel Queri foi o palco escolhido para que a autoridade visitante fizesse o lançamento de projetos relativos à construção de embarcações no pequeno estaleiro do lugar, para os pescadores da comunidade e das praias vizinhas. Seu Miguel Queri faleceu em 09 de março de 2022.

18) Eu sou Iá

Meu nome é Erinaldo Teixeira de Araújo, nasci no ano de 1957, embora toda comunidade cajueirense me conheça apenas pelo apelido de Iá. Sou atualmente um dos mais antigos comerciantes de Cajueiro, trabalho diariamente na minha pequena bodega localizada no centro da comunidade. No comércio varejista de Iá tudo se encontra, alimentos, bebidas, especiarias, material elétrico e de pesca, decoração, papelaria e outros produtos. Algumas pessoas dizem ser a bodega de Iá o “Alecrim” de Cajueiro, uma referência ao bairro de Natal de comércio popular, onde existem grande variedade de produtos indispensáveis às necessidades da população.

19) Eu sou Justino

Justino é uma das figuras atualmente mais conhecidas de Cajueiro, velho pescador com larga experiência no mar, hoje auxilia os parceiros à beira mar, na atracação de paquetes (jangada movida à vela), e elaboração de apetrechos essenciais à pescaria. O lugar certo para encontrar Justino em Cajueiro é a orla marítima, a partir do início da claridade do amanhecer do dia, logo avistamos a figura solitária caminhando pela praia ainda pouco movimentada.

20) Eu sou Levi Mateus

Meu nome real é Levi Rodrigues de Miranda, tenho minhas raízes plantada em solo cajueirense, neto de Seu Lourival e Dona Aurora, sendo filho de Eliziete e Luís Mateus. Em Cajueiro vivi minha infância, parte da adolescência e vida adulta. Mantenho interesse em escrever sobre a história de Cajueiro, com base em pesquisas e relatos dos locais, como forma de preservar a memória e as características identitárias do pequeno lugarejo, situado na quina do Brasil. Em decorrência da minha longa vivência participativa na comunidade cajueirense, e

em razão da escassez e/ou inexistência de registros escritos sobre o histórico da comunidade, venho produzindo material, tais como: dissertação de mestrado, palestras, artigos para livros, revistas, comunicações e seminários em congressos, simpósios, encontros e outros meios de divulgação, no intuito de dar visibilidade da vida e história da sociedade cajueirense. Desfruto atualmente de uma pequena moradia à beira mar neste distrito tourense, de onde posso vislumbrar a beleza bucólica da paisagem praiana natural e o cotidiano da vida dos pescadores no heróico trabalho no mar.

Discorreremos, ainda, a seguir, sobre outras figuras que se destacaram ou se destacam na história da comunidade de Cajueirense:

Salomão, Rex, Antônio Bernardo, Pedro Velho, Cosminho, Pedro Frade, Valentin, Dalva de Ciço Grande, Pinto, Pedro Velho, D. Dorinha, D. Joana Firmino e Samuel Baracho. Salientamos que embora não citadas no presente trabalho, existem outras personalidades cajueirenses que se destacaram na memória e vida do lugar, fazendo parte da vida identitária e por muito tempo serão lembradas.

PARA NÃO CONCLUIR

Trazer à realidade atual a vivência identitária de um povo, exige mais do que um pesquisa profunda sobre as raízes da comunidade, é necessária uma dosagem de grande força de vontade e prazer por parte do pesquisador, portanto, nossa empreitada sobre a história e vida do povo cajueirense não se encerra neste produto escrito.

Esta etapa é apenas mais uma passagem de uma longa trajetória pela vida do povo desta comunidade praiana, repleta de hi(e)stória, para ser contada e registrada, para que as futuras gerações tenham um razoável conhecimento das figuras destacáveis que fizeram parte da história da praia de Cajueiro.

A dificuldade na elaboração do presente artigo foi bastante acentuada, vários foram os obstáculos encontrados na coleta de informações. Talvez por falta de conhecimento ou interesse dos próprios familiares, uma vez que não sabiam, omitiram-se ou apresentaram resistência para fornecer informações sobre o parente a ser registrado em nossa pesquisa. Muitas informações partiram de nosso próprio conhecimento e vivência na comunidade por mais de cinco décadas, participando cotidianamente dos fatos, contos e histórias deste povoado singular no litoral norte potiguar, bem na “quina” do Brasil.

ANEXO I - IMAGENS DAS ILUSTRES FIGURAS CAJUEIRENSES



Imagem 5 - Dadinha.



Imagem 6 - Iá.



Imagem 7 - Seu Tião.

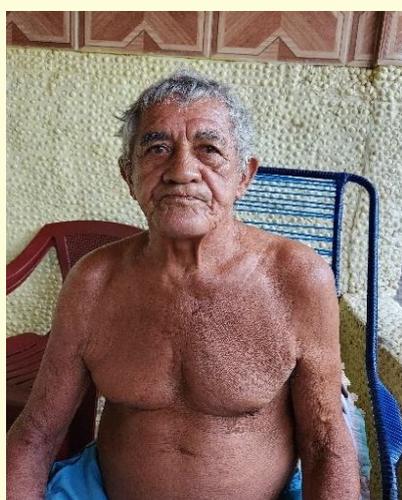


Imagem 8 - Reginaldo.



Imagem 9 - Darinho.



Imagem 10 – Justino.



Imagem 11 – Tetéia.



Imagem 12 – Dona Bastinha.



Imagem 13 - Dona Lilia.



Imagem 14 – Levi Mateus.



Imagem 15 - Dona Helena.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO. Henrique. L. S, SILVA. C. Nunes, DE PAULA, C. Quaresma. Modo de vida e territorialidades na comunidade pesqueira de Achada Ponta - Santa cruz (Cabo Verde) v. 45, nº 1/2, 2018. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/download/87285/55049/0>>. Acesso em novembro de 2022.

MIRANDA, Levi Rodrigues. Entre os caminhos e imagens do labirinto urbano de Cajueiro – Touros/RN. Natal/RN. 2002.

FILHOS(AS) DE TOUROS: CONTRIBUIÇÕES A SUA TERRA

LUCINEIDE SANTANA

Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UFRN)

A história de um povo é resultante de um contínuo processo de interrelações estabelecidas entre homem e natureza ao longo do tempo. É ela, a história, tal qual “uma colcha de retalhos”, moldada e tecida nos mais diversos e variados tons e formas, com fios dos viveres e fazeres de quem a constitui.

Conhecer a “tecência” da sua história possibilita ao sujeito melhor compreensão de si e do outro, pois conhecer o passado lhe dará elementos para entender o presente e lhe auxiliará na busca de meios para melhor construir e trilhar o futuro.

A busca por esse conhecer, entender e valorizar a “tecência” da sua história, é prática comum do indivíduo que anseia por viver e construir um lugar melhor, e assim sendo, carrega no peito amor e paixão por sua terra, sua gente e pela vida.

Na história tourense, encontramos na literatura filhos desta terra que caminharam e ou caminham nesse compasso. Alguns deles fazendo uso de prosas e de versos para darem tons ao enaltecimento e exaltação a ela, e contar e cantar do seu amor e das suas belezas.

José Porto Filho (1887 – 1958), um dos seus primeiros filhos poetas, por nós conhecido, em seu livro intitulado **Emoções Rimadas**, publicado em 1941, canta em versos seu profundo amor e suas saudades porela (Touros), na época ainda conhecida como Vila do Bom Jesus, e neles retrata as suas incomparáveis belezas naturais.

Na canção **Adeus a Touros**, deixa registrado:

*Vou partir muito tristonho
de minha terra querida...
Adeus meu doirado sonho
Meu coração, minha vida!*

*Adeus, ó minha esperança
Minha glória, minha luz...
Conservar-te-ei na lembrança
Ó Vila do Bom Jesus.*

No poema **Ode à Touros**, o referido poeta eterniza o mais profundo e tocante apelo para que a sua terra e a sua gente não o deixassem cair no esquecimento, prática essa muito comum arraigada em nossa história e cultura. O estribilho do poema consta essa súplica:

*Touros, meu berço querido
Terra santa dos meus pais:
Não me deixes esquecido.
Touros meu berço querido,
Escuta, escuta meus ais.*

Luís Patriota – escritor e poeta - nascido em 1899, na virada do século XIX, em uma das suas publicações “**Poemas Reunidos**”, no poema intitulado **Luar de Touros**, nos presenteia com:

*... Luar de Touros!
Ah! Quem me dera ser pintor,
Para fixar na tela
O encanto e a poesia,
Que de ti provém!*

*Luar todo esplendor!
Luar todo magia,
Sem par na sedução e na beleza!
Luar de mil facetas estelares,
Que afirma e que sustém,
Dentre os outros luars,
A máxima inspiração da natureza.*

Para quem é desta terra e ou teve a dádiva de aqui estar e presenciar o espetáculo que é o surgir da lua cheia, como que emergindo da profundidade do mar, compreenderá a profundidade desse pensamento.

Esse mesmo poeta, no transcurso do 1º centenário da cidade de Touros, em 27 de março de 1935, presenteia-lhe com o poema Rainha das Praias, afirmando ser ela, a Terra de maior beleza.

Rainha das Praias

*no doce enlevo da saudade infinda
Revejo agora comovido a minha terra,
empunhando o cetro de Rainha das
praias, dentre as lindas a mais linda.*

*A natureza – mãe piedosa e santa
nos seus altos mistérios insondáveis,
dotou-a de esplendores admiráveis,
de tanta graça, de beleza tanta!*

Filhos desta terra espalhados mundo afora, que com ela tem essa relação de amor são “frutos” fáceis de identificar, pois costumam carregar consigo, atrelado ao peito e ao inconsciente, lembranças das exímias belezas que só nela se vê, e suas muitas memórias eternizadas em saudades, surgem como pano de fundo para o seu contemplar de outros horizontes e/ou no seu falar sobre a vida.

A súplica eternizada no poema ODE À TOUROS toca profundamente o coração dos filhos da referida terra, em especial aqueles que compreendem da importância das memórias dos seus antepassados: homens e mulheres que forjaram nas dificuldades os alicerces para o existir da Touros de hoje.

A súplica em pauta também nos remete a uma importante questão existente na sociedade tourense: a escassez historiográfica, a qual contribui, dentre outras coisas, para que as memórias do seu povo se percam no tempo, e conseqüentemente, dificultem no processo de constituição de uma identidade sólida e de uma estreita relação de pertencimento do sujeito tourense a sua terra. Provavelmente, nisto reside o fato de ainda não termos aprendido a descruzar os braços para algumas lutas tão necessárias ao crescimento e desenvolvimento de todos. Lutas essas cujas conquistas só virão quando feitas com foco no fazer coletivo, onde a identificação e o sentimento de pertencimento fazem toda a diferença na organização e no unir forças em busca do bem comum.

Esse também parece ser um ponto de crucial importância e que carece de um (re)pensar e (re)agir da mesma, pois implica diretamente em outras questões cruciais que envolvem desconhecimento, desvalorização – e/ou pouca valorização daquilo que é nosso, e conseqüentemente na incompreensão da importante contribuição histórica dessa cidade para o país e para o mundo. Pois apesar de Touros ser uma terra de fatos e acontecimentos marcantes no cenário nacional e internacional, pouco se explora esses fatores e ainda menos os utilizam para fomentar melhorias e alavancar o desenvolvimento do município. Parece existir uma espécie de incompreensível torpor no cuidar e no tratar de aspectos relacionados a nossa origem, formação, desenvolvimento, cultura e sobretudo de como potencializar os recursos disponíveis, sobretudo os imateriais em benefício do crescimento e do desenvolvimento da população.

Não fosse a sensibilidade de alguns conterrâneos, principalmente poetas, escritores em tempos idos e os esforços de alguns outros surgidos mais recentemente, certamente, ainda viveríamos em maior obscuridade histórica.

Em época mais remota, além dos poetas e escritores já citado (José Porto Filho e Luís Patriota), podemos destacar o importante papel dos também escritores e poetas: Geraldo Gonzaga da Costa, Antônio Nilson Patriota, Nelson Patriota, Ivanildo Cortez, Ferreira Itajubá...

Uma importante contribuição literária a historiografia e resgate da história tourense é trazida em 1975, pelo escritor **Geraldo Gonzaga da Costa**, obra intitulada **Touros à meia tinta**.

Nilson Patriota em uma das suas grandes contribuições ao povo potiguar e sobretudo ao povo tourense no resgate de memórias dos nossos antepassados, lança, em 1981, o Ensaio biográfico “**Itajubá Esquecido**” em homenagem ao centenário de Ferreira Itajubá, uma das personalidades mais marcantes da poesia norte-rio-grandense, um boêmio amante da terra tourense e tido para alguns estudiosos como seu filho natural.

O poeta Itajubá é talvez o maior exemplo do esquecimento coletivo. Apesar da sua grande contribuição a poesia norte-rio-grandense e do seu potencial poético, foi por muito esquecido e visto com indiferença pelo povo potiguar da sua época. No dizer do também escritor potiguar, Franklin Jorge, ao prefaciar a também obra de Nilson Patriota “Um Gosto Amargo de Fim”, que “*o fato do referido poeta viver a muito esquecido sob o pó de tanta indiferença, uma indiferença de resto tipicamente potiguar dar-se-ia por tudo aquilo que diz respeito à vida do espírito*”. Ou seja, pelo fato do mesmo ser de origem humilde e viver numa sociedade tipicamente excludente. Com este ensaio biográfico, Nilson Patriota objetivava trazer a existência do poeta ao conhecimento das novas gerações e mostrar a sua importância para a cultura brasileira.

No ano 2000, Nilson patriota lança uma outra importante obra: **Touros, uma cidade do Brasil**, livro de cunho historiográfico onde aborda os quase quinhentos anos da história da região tourense.

O Médico, escritor e poeta **Ivanildo Cortez**, também conhecido como Ivanildo Penha, é um dos importantes contribuidores da história e da cultura tourense. É ele o autor do Hino de Touros. Um cântico de amor e gratidão que encanta e emociona a qualquer tourense que traga consigo um pouco de bem-querer a sua terra. Nele está sintetizado o histórico da formação do povo tourense, a exaltação as suas belezas e riquezas naturais e a maior declaração de amor já entoada numa canção. Confira:

Hino de Touros**Autor:** Ivanildo Cortez de Sousa.

Quando o índio viu um barco
 Navegando em mar profundo
 Era um bravo conduzindo
 O seu Marco ao Novo Mundo.

Foi nascendo assim um grande povo
 Que mais tarde ao negro uniu
 Transformando tudo em mil amores
 Nesta Esquina do Brasil.

Touros, coração querido
 Porto dos antigos
 Explosão de cores
 Como o verde do teu mar
 Ou o teu céu azul
 Da cor da sua bandeira

Na alegria ou na dor
 Verás que o nosso amor
 É puro e verdadeiro!

Das tuas pedras,
 As águas dos teus rios
 Dos teus campos ao luar
 És pra mim
 a terra mais amada
 Desta Terra Potiguar!

És farol que ilumina
 Viajantes no seu rumo
 Tens na tua juventude
 Teu tesouro mais fecundo.

Quando em mim a vida for embora
 Sei que nada foi em vão.
 Levarei a mais doce ventura
 De ser filho desse chão

É desse amor tão fecundo a esta terra que muitos dos seus filhos ao longo da sua história a exalta e enaltece, seja em versos ou em prosa.

Tratando-se de contribuições de poetas antigos à história tourense, não podemos esquecer o papel dos repentistas, em especial o de dois dos seus grandes baluartes da cultura potiguar, e filhos desta terra, que com suas violas, suas potentes vozes e seus dons memoráveis de criação levavam encantamento por onde passavam: **Domingos Tomaz e Severino Ferreira.**

Os dias atuais tem-nos sido mais promissor em relação à questão abordada e parece nos apontar para um novo direcionamento. Começa a surgir no cenário tourense filhos e filhas desta terra dispostos a nela intervirem para que haja uma mudança de pensamento e de atitude em relação a muitas questões inerentes ao conhecimento, a educação e a historiografia da sua terra. Algumas obras de significativa relevância têm sido publicadas nesse sentido. Dentre esses estão professores(as), escritores, pesquisadores, militares, estudantes. Observa-

se uma preocupação de falar de Touros, não apenas no sentido de enaltece-la e exaltar suas belezas, mas, sobretudo no sentido de contribuir com a construção de uma Touros melhor. Isto implica necessariamente na produção de acervo da sua historiografia para que a sua existência e a do seu povo não fiquem apenas limitadas ao inconsciente popular.

Nessas contribuições é importante destacar o papel dos conterrâneos: Maria Antônia Teixeira da Costa, Antonio Tenório, William Simplicio, Luiz Penha, Flávio Santos, Luciana Penha, Eneida Nascimento, Dione Nascimento... E instituições como a Academia Tourense de Ciência, Cultura e Política, a Companhia de Dança Mistura de Ritmos e outras. Aqui buscarei expor a contribuição de apenas alguns deles.

Maria Antônia Teixeira da Costa é Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atuou na Educação Básica, no Ensino Superior e na Pós-Graduação. Foi uma das criadoras do Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Foi Chefe de Departamento e Diretora da Faculdade de Educação da UERN. É aposentada como professora da UERN e passou a residir em Touros nos últimos dois anos.

Essa conterrânea traz a paixão por sua terra e sua gente, atrelada ao sonho e ao desejo de tê-las e vê-las promissoras. Ao longo da sua vida tem caminhado nesse sentido. Seguindo os passos da sua genitora (Maria do Céu Teixeira), uma excepcional professora e também parteira, usa dos seus conhecimentos acadêmicos, da sua nata sabedoria e desse amor por sua terra e sua gente como bússolas para guiarem o seu fazer. Utiliza-se da escrita para rememorar, contar, eternizar e enaltecer a história da sua cidade e da sua gente, bem como para incentivar e instigar outros a fazê-lo.

Nesse sentido idealizou o **Projeto Meu Lugar em Touros**, numa tentativa de inserir seus conterrâneos e os filhos de coração desta tão amada terra, nessa busca ativa por resgatar valorizar e promover a história e a cultura de cada comunidade que compõe esse município. Tem diversas páginas na internet onde publicam dados e fatos da sua terra, homenageia seus conterrâneos e conta das suas saudades. “Touros à Vista” é uma delas.

Além dos inúmeros artigos publicados em Livros, Revistas, Jornais e mídias sociais, a mesma já publicou dois livros.

Seu primeiro livro publicado “**O Ensino Primário no RN: memória, educadores e lições sobre o ensinar (1939-1969)**” é resultado da sua tese de doutorado e nos leva a uma emocionante e rica viagem sobre três décadas de história da educação no RN. É um importante instrumento de pesquisa na historiografia do ensino público no Estado do RN.

No segundo livro, recentemente lançado (08 de dezembro de 2022), **“Touros: cem anos para recordar (1889 -1989)”**, faz um mergulho na história tourense, nos levando a uma viagem ao passado, nos possibilitando conhecer aspectos gerais da nossa cidade, dentre eles dados e fatos marcantes dos aspectos políticos e administrativos do município, e de personalidades que muito contribuíram com sua história e construção. Passeia pela sua infância e adolescência rememorando lembranças e saudades, muitas das quais também trazemos guardadas no peito e no baú das nossas memórias.

Obs: parte deste texto consta da contra capa do livro **“Touros: cem anos para recordar (1889 -1989)”**, como contribuição, admiração e respeito de minha parte a sua pessoa e ao seu trabalho.

Em se tratando de valorosa contribuição à cidade de Touros, o jovem Escritor e Pesquisador **Antonio Tenório**, em consonância com a professora Maria Antônia, tem sido o grande mentor e idealizador de uma nova perspectiva de lidar e construir história no seu município.

Nascido em Touros/RN, em 1994, possui formação acadêmica – graduação e mestrado – em música; é militar de carreira do Exército brasileiro desde 2012; idealizador do Seminário de História e Cultura Tourense; autor do Livro **“Porto dos Touros: freguesia e vila” (2020)**; presidente e também sócio fundador da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política.

Antonio Tenório é um jovem e destemido intelectual que por amor e gratidão a sua terra não mede esforços no sentido de encontrar caminhos para crescer e contribuir com a melhoria e crescimento do seu município e dos seus conterrâneos. Preocupado com o direcionamento histórico dado a memória do seu povo, mesmo que a distância vem articulando e mobilizando a sociedade tourense em busca de novos caminhos.

O Seminário de História e Cultura Tourense, por ele idealizado e por outros conterrâneos abraçado, foi o ponto de partida para a fundação de uma academia, denominada de Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política, a qual é constituída por pessoas que defendem e lutam pelos mesmos ideais.

A referida instituição vem trazendo significativas contribuições no sentido de imprimir um novo olhar sobre o pensar e o agir em sociedade. Dentre as suas ações estão: publicação anual de uma Revista, já em sua 3ª edição (para a qual esse artigo é direcionado), a realização do Projeto Cinema na praça, produções de vídeos em homenagens a categorias profissionais e mais recente a realização de corridas de rua, a primeira foi realizada neste

último mês de novembro em alusão ao dia da Consciência Negra, no distrito do Geral, uma das comunidades quilombolas do município.

Seu primeiro Livro **“Porto dos Touros: freguesia e vila” (2020)** *“nasce da sua inquietação e da sua revolta pela escassez e pelo esquecimento historiográfico do seu município”*. Nesta obra ele nos traz ao conhecimento aspectos históricos do processo de conquista da independência religiosa da então freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro da então denominada Vila do Porto dos Touros, bem como do seu processo de independência político-administrativa.

O professor e historiador **José Willians Simplício da Silva**, mestre em História e estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas (IFNMG), com atuação no Rio grande do Norte e em outros Estados brasileiros, a exemplo do escritor Antonio Tenório, também carrega grande preocupação com a carência de acervo historiográfico a respeito da nossa história, tem reunido esforços no sentido de contribuir com produção de material para esta finalidade. Suas obras são mais voltadas aos aspectos da religiosidade popular.

Autor de dois livros, sua primeira obra **“Festa do Divino Espírito Santo: religiosidade e cultura popular no Guaporé** trata de algumas práticas das festividades amazônicas, o outro livro por ele publicado vem tratar dessa questão da religiosidade no município de Touros, tendo como referencial o Marco colonial, também conhecido como Marco de Touros. Intitulada **“O Marco de Touros em perspectiva: Fronteiriços entre História, Patrimônio Cultural e Crenças”** a referida contribui, em perspectiva histórica e cultural, para reflexões e problematização em torno das disputas em torno da posse desse monumento e das percepções históricas a ele inculcadas.

Comungando dessas mesmas preocupações, o poeta, cantor e compositor **Luiz Penha**, também conhecido como Luizinho penha, é outra figura que muito tem contribuído para a história e a cultura tourense. Mesmo não sendo filho natural dessa cidade vem atuando no sentido de manter viva as memórias dessa gente e a sua cultura, a exemplo das Bandeirinhas, grupo cultural genuinamente tourense. Para esse grupo, patrocinado pelo Ministério da Cultura em 2017, conseguiu gravar o CD – o cancioneiro.

Com formação em Jornalismo e Secretariado Executivo com Especialização em política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, diz ser apaixonado pela cultura desde criança e que esta entrou na sua vida sem pedir licença quando ele em criança descobriu a música do cancioneiro tourense. É autor do Cordel **“Touros: cultura, tradição e história,**

lançado em 2018, e do Livro “**O Menino das Embiras**” (2021), este último, uma obra que mistura ficção e realidade, tomando como referencial aspectos da vida do povo tourense na sua época de infância. Na obra muitos dos personagens recebem nomes de amigos dessa época. O referido escritor, com sua sensibilidade e sabedoria de poeta, traça as embiras do conhecimento para compor suas produções literárias, dentre as quais dois importantes hinos: o da APAAE/ Touros e o do município do Rio do Fogo.

O conterrâneo **Flávio Santos**, ou professor Flavinho, como carinhosamente é conhecido, é um ser que nutre uma relação de amor e pertencimento a sua terra e de valorização a sua cultura, que nos salta aos olhos. É um poeta apaixonado pela literatura de cordel e cantoria de viola. Um grande fã dos já então falecidos poetas e repentistas Severino Ferreira e Domingo Tomaz Filhos dessas terras na Esquina do Brasil, que em tempos idos faziam a alegria das festividades do repente e das modas de viola. O professor Flavinho é autor de inúmeros poemas, verdadeiros cânticos desse seu amor por sua terra, nos quais também deixam eternizadas as muitas memórias dos seus conterrâneos.

E por falar em registros de memórias, a poetisa e fotógrafa **Dione Nascimento**, com suas lentes fotográficas vem captando e registrando ao longo do tempo traços da nossa história, que muitos de nós os guardamos apenas no baú das lembranças. Dentre essas memórias mais marcantes, certamente, estão as festividades do Bom Jesus dos Navegantes e em especial, a sua “**Entronização**”, a emocionante “**Subida do Bom Jesus**”, que ocorre a cada dia 02 de janeiro, bem no despertar de um novo ano.

E, por falar nas festividades do Bom Jesus dos Navegantes, a recordação mais pulsante vem da figura do maior expoente na história dessa festividade. Não há como não lembrar, para quem viveu em sua época, do **Monsenhor João Penha**, mais conhecido entre nós como **Padre Penha**. Era ele a voz que imprimia as maiores das emoções quando da entronização do Senhor Bom Jesus dos Navegantes. Sua voz, como que de trovão ao evocar à proteção do Senhor Bom Jesus aos nossos heróis pescadores, fazia estremecer corações e provocar prantos em seus devotos. A Subida do Bom Jesus dos Navegantes, padroeiro da nossa cidade, jamais foi a mesma depois da sua partida.

E nesse contexto do falar sobre memórias, o senhor **Paulo Ernesto Nascimento**, servidor estadual, aposentado, em matéria da historicidade de Touros, apesar de nunca ter publicado uma obra literária, já tem contribuído imensamente com a sua oralidade para outros que já o fizeram. Tem sido ele em muitas situações a fonte de pesquisa quando o objeto de estudo se refere à historiografia da sua terra. Desta ele conhece “de cor e salteado”,

principalmente quando se trata de fatos da administração pública e da política local e regional ao longo da história. É uma espécie de enciclopédia ambulante, recheada de um precioso acervo historiográfico.

Falar de filhos de Touros que trabalham e direcionam o seu fazer e viver no sentido de contribuir significativamente com o desenvolvimento da sua cidade e da sua gente, não se pode deixar relegado ao esquecimento o papel da senhora **Cleônia Maria do Nascimento Santana** e a sua **Companhia de Dança Mistura de Ritmos**, que vencendo inúmeros desafios, vem a anos utilizando-se da arte da dança para promover e disseminar a cultura Tourense.

Com sua Companhia de Dança Mistura de Ritmos, constituída por crianças e adolescentes dessa cidade - quase sempre de alunos e alunas provenientes de escolas públicas, dentre eles seus próprios filhos - vem levando o município de Touros e parte da sua cultura ao conhecimento de outros públicos. Suas participações em concursos e festivais no Estado são sinônimos de conquistas. Há de se destacar nessas conquistas e nesse belíssimo trabalho, o papel das mães dessas crianças, pois são elas as auxiliares nesses espetáculos (faxineiras, cozinheiras, maquiadoras, cabeleireiras, assistentes de palco e acima de tudo, heroínas). Pena que falte esse mesmo olhar para com eles, por parte dos poderes constituídos nesse município. Seríamos todos e muito mais vitoriosos se houvesse um pouco mais de apoio e incentivo a essa causa.

Nesse pensamento de promoção e de resgate as práticas culturais no município, a **Professora Luciana Rafael da Penha** recentemente vem mobilizando a sociedade tourense, a fazer uso do Beco da Colônia de Pescadores, localizado no centro da cidade, e até então sem nenhuma atratividade, como palco para realização de eventos culturais.

Neste caminhar, todos têm papel imprescindível, principalmente quando tratamos do papel do professor, e nesse sentido, muito nos deixa felizes em ver ações como essa acontecendo idealizada por esses profissionais. A exemplo da professora Luciana Penha, outros professores vivem essa constante busca, seja nos espaços de salas de aula e ou como colaboradores em direções escolares, coordenações e/ou outros, a exemplo das Secretárias de Educação. Aqui merece destaque o papel da **professora Eneida Nascimento Silva**.

A professora Eneida, a exemplo de tantos outros educadores, traz a sua contribuição à sua terra, usando a Escola como palco para desenhar com a magia das palavras a concretização de sonhos, e os colorir com o pincel da esperança na formação dos inúmeros sujeitos da história tourense que pisam o chão da escola, buscando caminhos para os aplausos

no itinerário da vida. Aplausos esses que certamente virão, quando a perseverança e o acreditar no nosso potencial enquanto sujeitos de direitos vencerem o cansaço e o marasmo do descrédito no poder e na força da educação.

Atuando como professora do Ensino Médio, ministrando a disciplina de Língua Portuguesa, vem desenvolvendo um excelente trabalho de incentivo e promoção a leitura e a produção literária, levando os seus alunos a assim como ela, tomarem gosto pela leitura e escreverem suas próprias produções literárias. Neste ano de 2022, ela publicou seu primeiro livro “**Memórias da E. E. Tabelaão Júlio Maria**”, no qual relata de fatos e de práticas docentes ocorridos no chão dessa escola.

Somos uma gente de imenso potencial. Estudantes das nossas escolas públicas, podem sim serem aplaudidos por seus méritos. A juventude tourense tem grandes potencialidades que precisam ser exploradas, quando isso ocorre e lhes são dadas oportunidades os resultados podem ser surpreendentes. O adolescente **Josenildo de França**, aluno da E. E. Cel. Antônio do lago foi merecedor de aplausos em solo paulista como finalista de uma das edições da Olimpíada da Língua Portuguesa em 2019. Foi medalhista de bronze, defendendo um poema por ele intitulado “**Eita, Terra Boa**”, poema em que retrata com precisão a realidade da sua cidade, da nossa Touros. Voltou da capital paulista trazendo uma medalha no peito, o coração cheio de orgulho e o baú de lembranças carregado de inesquecíveis memórias.

O seu professor/orientador **Milton César Apolinário**, por seus relatos de práticas e seu magnífico trabalho, trouxe-nos a medalha de ouro. Por lá os aplausos não lhe faltaram, na sua terra, infelizmente, sobrou-lhe o esquecimento.

Nos últimos anos temos presenciado surgir no cenário tourense uma maior preocupação relacionada às questões aqui expostas

Em se tratando dos aspectos voltados a importância do estudo e compreensão da historiografia do nosso município e da sua escassez para conhecimento público, fatos novos e importantíssimos aconteceram e outros estão em processo

A aprovação do **Projeto de Lei de nº 863/21**, de autoria do vereador e também professor **Paulo Adriano de Oliveira Duarte**, instituindo a Disciplina de História de Touros na grade curricular do município, figura como um grandioso e importante passo para uma mudança desse cenário. Posta em prática, poderá contribuir imensamente para o desencadear de uma nova história

Fazê-lo acontecer a contento é outra grande questão que envolve não apenas a ação do poder público, mas sim todas as forças da sociedade civil organizada.

Uma das maiores questões a ser vencida para implementação da referida Lei passa exatamente pela questão da escassez e/ou falta de acervo historiográfico para pesquisa e entendimento dessa historiografia. Neste sentido, a Secretaria de Educação do município vem desenvolvendo importante papel. Há todo um trabalho direcionado para a ela. Existe um Atlas já elaborado pelos profissionais do referido setor que servirá de embasamento e de recurso didático para o ensino da referida disciplina no âmbito do Ensino Básico e a ser distribuído nas escolas.

Que seja este o início da grande jornada para a mudança de mentalidade do povo tourense em relação a importância da prática da arte, da cultura e do saber popular, da qual muitos de nós sonhamos ver acontecer e que tão necessária se faz ao crescimento e desenvolvimento de qualquer povo.

REFERÊNCIAS

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. Touros: cem anos para recordar (1989-1989),

volume I, Natal: Offset, 2022.

----- O ensino primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lições sobre o ensinar (1939-1969). / Maria Antônia Teixeira da Costa. - Mossoró, RN, 2009.

PATRIOTA, Nilson. Um gosto amargo de fim 2. ed. Natal/RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2003. 340p.

----- Itajubá Esquecido. Fundação José Augusto, 1981.

PENHA, Luiz. O menino das embiras, Natal: Offset, 2021.

SILVA, José Willians Simpício da. O Marco de Touros em Perspectiva: fronteiriços entre história, patrimônio cultural e crenças. 1. ed. Natal-RN: Sebo Vermelho, 102 p. 2022.

TENÓRIO, Antonio. Porto dos Touros: freguesia e Vila. Natal: Sebo Vermelho, 2020.

FESTA DE TOUROS, A CANÇÃO

LUIZ CLÁUDIO PENHA DA SILVA

Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola (UFERSA)

O título deste artigo poderia nos remeter a várias festas que ocorrem no calendário do município de Touros, sejam elas o carnaval, o aniversário de emancipação política do município, os festejos juninos, a comemoração de aniversário da paróquia e a grande festa iniciada no mês de dezembro com seu encerramento em dois de janeiro do ano seguinte, que é a festa do padroeiro, o Bom Jesus dos Navegantes, tendo seu ápice coincidentemente com o chamado *réveillon*, que é a virada do ano celebrada em todas as partes do mundo.

Não são essas as festas as quais iremos tratar aqui. A Festa de Touros, título deste artigo, é uma canção de autoria de Theofilo Augusto de Barros Neto (Theo de Barros), jornalista, violonista, compositor, arranjador e produtor, com origens na praia de Touros.

Theo de Barros, como é popularmente conhecido no cenário musical brasileiro, com raízes familiares em Touros, é filho do jornalista e compositor alagoano Theophilo de Barros Filho (1911-1969) e da tourense e cantora, Maria de Lourdes Barros (1920-2013).

A mãe de Theo, nascida na rua do capim, praia de Touros, é filha do casal Fábio Ferreira Patriota, chamado de Nonhô e Maria de Oliveira Patriota. Ficando viúva, no ano de 1934, Maria de Oliveira Patriota segue para o Rio de Janeiro, com os cinco filhos, Antônio Patriota, Maria de Lourdes, Guiomar, Francisco e Luiz, para morar com as tias Bebê e Francisquinha.

Diretor artístico da TV Tupi do Rio, Theophilo de Barros Filho conhece Maria de Lourdes Patriota nos estúdios da emissora. Ela, com dotes artísticos e musicais, fazia parte do quarteto Tupan, existente de 1938 a 1941. Em 1941, Theophilo casa-se com Maria de Lourdes Patriota na igreja de Nossa Senhora de Copacabana. A tourense passa a se chamar Maria de Lourdes Barros.

Imagem 1 - Theophilo de Barros Filho.



Fonte: Acervo de Ana Barros.

Imagem 2 - Maria de Lourdes



Fonte: Acervo de Ana Barros.

O produtor era homem de confiança de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, dono da rede Diários Associados. No ano de 1952 assumiu o cargo de Diretor Artístico da Rádio Tupi e, posteriormente, da TV Tupi de São Paulo.

O diretor foi o autor da letra da canção *Fibra de Herói*, juntamente com o maestro César Guerra-Peixe, que compôs a melodia. A canção é uma homenagem à bandeira brasileira, feita no contexto da segunda guerra mundial, com registro de sua primeira gravação no ano de 1942. A canção é bastante executada nas corporações militares.

O artista Theophilo de Barros Neto, Theo de Barros, nasceu no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1943. Aos onze anos, já em São Paulo, vivendo em uma casa bastante musical, na qual se ouvia muito a rádio nacional, rádio Tupi, rádio Mayrinck Veiga, Theo sofreu influência da música de Elvis Presley, bem como do violão da Bossa Nova, estudo dos clássicos, das grandes orquestras e diz que é resultado disso tudo, buscando uma música mais depurada, mais sofisticada.

Em São Paulo, devido a ter poucos amigos, já que as amizades haviam ficado no Rio de Janeiro, o artista dedicou-se ao estudo da música, Jazz e MPB. O pai tocava vários instrumentos e escrevia para orquestras, mas Theo fala que sua formação foi mais autodidata e depois que passou a conhecer e interagir com outros músicos.

A pretensão do compositor era a formação profissional em diplomacia, inspirado no tio, Antônio Patriota, que era diplomata, mas a música falou mais alto e ele começou a tocar em casas noturnas e esse comprometimento com a música foi cada vez mais aumentando.

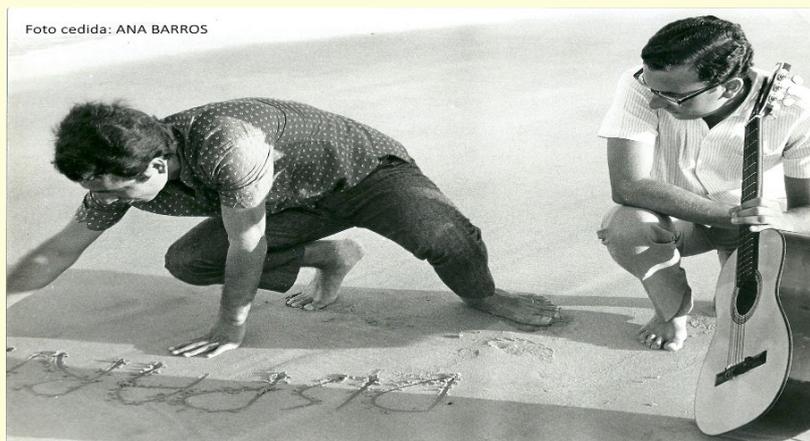
Dez anos de sua vida foram dedicados a tocar em praticamente todas as boates e bailes de São Paulo, seja voz e violão, em trio ou quarteto, como a boate Lancaster na rua Augusta, à época. Daí partiu o seu interesse pela composição musical. Duas de suas canções foram gravadas por Alaíde Costa, em 1963: *Igrejinha* e *Natureza*.

Uma de suas composições mais conhecidas, *Menino das Laranjas*, gravada em 1965, por Elis Regina, foi inspirada em uma feira que o autor conheceu em Copacabana, quando passava férias na casa de uma tia e via os meninos com caixotes em um carro de rolimã, levando a feira das madames para casa.

O artista, com experiência em vários campos da música, fez quase dois mil jingles e trilhas sonoras, sendo um dos mais conhecidos, à época, o da viação aérea Vasp.

Em 1966 Theo de Barros e Geraldo Vandré compõem a canção *Disparada*, que inscrevem no II Festival de Música Popular Brasileira da TV Record. Théo estava em Natal quando recebeu a notícia da vitória da canção, interpretada por Jair Rodrigues.

Imagem 3 - Geraldo Vandré e Theo de Barros



Fonte: Acervo de Ana Barros.

Imagem 4 - Geraldo Vandré e Theo de Barros



Fonte: Acervo de Ana Barros.

Imagem 5 – Jair Rodrigues (intérprete)



Fonte: Site A música de.

Disparada
(Geraldo Vandré/Theo de Barros)

Prepare o seu coração
Pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão
E posso não lhe agradar

Aprendi a dizer não
Ver a morte sem chorar
E a morte, o destino, tudo
E a morte, o destino, tudo
Estava fora do lugar
E eu vivo pra consertar

Na boiada já fui boi, mas um dia
me montei
Não por um motivo meu
Ou de quem comigo houvesse
Que qualquer querer tivesse
Porém por necessidade
Do dono de uma boiada
Cujo vaqueiro morreu

Boiadeiro muito tempo
Laço firme, braço forte
Muito gado e muita gente
Pela vida segurei
Seguia como num sonho
Que boiadeiro, era um rei

Mas o mundo foi rodando
Nas patas do meu cavalo
E nos sonhos que fui sonhando
As visões se clareando
As visões se clareando
Até que um dia acordei

Então não pude seguir
Valente lugar-tenente

De dono de gado e gente
Porque gado a gente marca
Tange, ferra, engorda e mata
Mas com gente é diferente

Se você não concordar
Não posso me desculpar
Não canto pra enganar
Vou pegar minha viola
Vou deixar você de lado
Vou cantar noutra lugar

Na boiada já fui boi
Boiadeiro já fui rei
Não por mim nem por ninguém
Que junto comigo houvesse
Que quisesse o que pudesse
Por qualquer coisa de seu
Por qualquer coisa de seu
Querer mais longe que eu

Mas o mundo foi rodando
Nas patas do meu cavalo
E já que um dia montei
Agora sou cavaleiro
Laço firme, braço forte
De um reino que não tem rei

Na boiada já fui boi
Boiadeiro já fui rei
Não por mim nem por ninguém
Que junto comigo houvesse
Que quisesse o que pudesse
Por qualquer coisa de seu
Por qualquer coisa de seu
Querer mais longe que eu

Mas o mundo foi rodando
Nas patas do meu cavalo

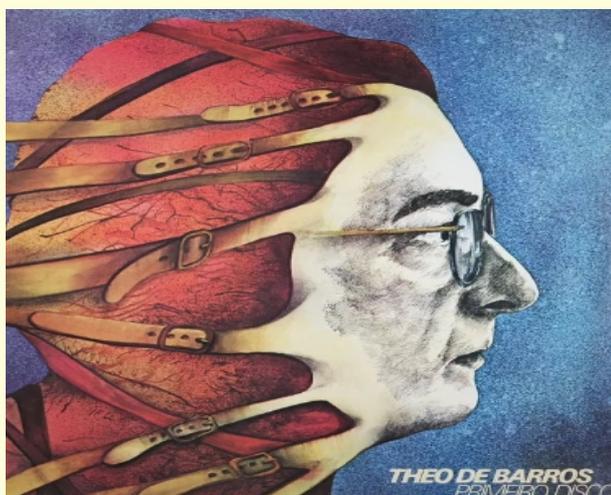
*E já que um dia montei
Agora sou cavaleiro
Laço firme, braço forte
De um reino que não tem rei*

*La laiálaralara
La laiálaralara
La laiálaralara*

Theo de Barros participou musicalmente de vários espetáculos teatrais. Foi o diretor musical do Arena Conta Zumbi, escrito por Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal, que estreou em primeiro de maio de 1965, no Teatro de Arena de São Paulo.

O primeiro Long Play duplo foi gravado por Theo de Barros no ano de 1980, no qual vem a canção Festa de Touros, apenas musicada.

Imagem 6 – Long Play duplo lançado em 1980.



Fonte: Estúdio Eldorado

A música *Festa de Touros*, interpretada pela cantora paulista Tatiana Parra, faz parte do CD lançado no ano de 2004. Disco este que tive o prazer de receber em minha casa, enviado pelo próprio autor.

Imagem 7 – Theo, CD lançado em 2004.



Fonte: Maritaca

***Festa de Touros
(Theo de Barros)***

*Povo canta
Bom Jesus tá chegando
É santa
Maré alta o trouxe
A tanta
Duna clara
Chamar corrente
Navegante atendeu
De um olhar
Bom Jesus nasceu
Espanta
Ladainhas no altar
Do vento
Vem nos anunciar
Vai chegar
Na manhã de sol*

*Flores livres
Flutuando
É o andor passando
Pouca ponte
Pra tanta gente
Penitentes
Parentes*

*Crentes
Levitando outra vez
Vai entrando
Pela matriz
Giganta
Olha a fé
Que se movimenta
Esmagando calangos, plantas
Sombreado o sol*

*Se avexe
Ceíça, Ivonete
Lourdes e Guiomar
O sino já tocou
A reza tá pra começar
Beatas a gemer canções
Profissionais de procissões
Depois da missa tem
quermesse
E pra terminar
Da festa
Vamos pra seresta
Até o sol raiar
Do mar*

Conforme conversa com a irmã de Theo de Barros, Ana Barros, Theo visitava Touros na companhia de sua mãe, Maria de Lourdes Barros, na época festiva, em plenas férias escolares, que duravam em torno de dois meses. Daí o surgimento da canção/frevo, *Festa de Touros*, que retrata a sua visão, enquanto artista, de todo aquele movimento festivo/religioso, que envolvia a todos os tourenses, especialmente sua mãe Lourdes, sua tia Guiomar e as irmãs Ivonete e Ceíça Lopes, ambas suas primas.

O autor reforça ao final da canção, a tradição da cultura tourense das serestas regadas a modinhas, à beira-mar da praia de Touros.

Em outro momento de sua vida demonstra essa forte ligação com Touros no poema publicado na revista Globo Rural, de setembro de 1993, em que diz em um trecho:

***O Palácio dos meus sonhos
(Theo de Barros)***

*...Ir de Touros a Natal
Recortando o litoral
Era uma ideia louca
Por conseguinte, ideal...*

*...Depois de Carnaubinha,
O sol cresceu inclemente
A sombra não funcionava
O mundo ficou mais quente...*

Dando continuidade à sua carreira artística, Theo de Barros lançou os álbuns *Tatanaguê*, em 2017, com a participação de Renato Braz, Mônica Salmaso, Alice Passos e Ricardo Barros, seu filho, também músico e compositor. O disco foi vencedor do 29º Prêmio da Música Brasileira, de Melhor Álbum – Projeto Especial.

Imagem 8 – Theo de Barros.



Fonte: Site A música de.

Neste ano de 2022 foi lançado *Noites Brasileiras*, sendo um trabalho musical de encontro de gerações, consolidando uma amizade de seis décadas.

Hoje o artista reside na Vila Madalena, em São Paulo/capital, produzindo e idealizando novos projetos musicais.

O presente artigo foi escrito com o apoio da tourense Ceiça Lopes, Ana Barros, irmã do compositor e músico Theo de Barros, além de informações a mim prestadas, anteriormente, pelo próprio artista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vida. Theóphilo de Barros Filho. Biografias. Disponível em: <<https://www.museudatv.com.br/biografia/theophilo-de-barros-filho/>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

BARBOSA, Antonio Carlos da Fonseca. Theo de Barros. Entrevistas. Disponível em: <<https://www.ritmomelodia.mus.br/entrevistas/theo-de-barros/>>. Acesso em 27 de outubro.

MARITACA. Disponível em: <<https://www.maritaca.art.br/theo+cd.html>>. Acesso em 25 de outubro.

A MÚSICA DE. Théo de Barros. Disponível em: <<http://amusicade.com/theodebarros/>>. Acesso em 21 de outubro de 2022.

BARROS, Théo de. “O palácio dos meus sonhos”, poema de Theo de Barros. Disponível em: <<https://globo.rural.globo.com/Noticias/Cultura/noticia/2017/09/o-palacio-dos-meus-sonhos-poema-de-theo-de-barros.html>>. Acesso em 27 de outubro de 2022.

MARIA DA CONCEIÇÃO FAZ UMA SÚPLICA AO PRÍNCIPE REGENTE: A HISTÓRIA DE UMA VIÚVA DO PORTO DE TOUROS (1808-1815)

PEDRO PINHEIRO DE ARAÚJO JÚNIOR
Mestre em História (UFRN)

INTRODUÇÃO

A história da viúva Maria da Conceição, moradora do Porto de Touros nos primeiros anos do século XIX, me foi apresentada quando eu estava pesquisando diversos acervos históricos para a minha tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Dos inúmeros documentos que analisei nesse processo, na cidade do Rio de Janeiro, tive acesso na Biblioteca Nacional a vários documentos avulsos da administração camarária e judicial envolvendo variados moradores da então Vila de Extremoz do Norte, termo compreendido territorialmente, na atualidade, à região do Mato Grande, tendo como principais expoentes municipais a cidade de Touros.

O documento consta de três folhas escritas em uma caprichada caligrafia de um representante da viúva informando sobre os percalços que esta havia sofrido por homens que a deixaram pobremente no Porto de Touros, e um papel anexo com o parecer de uma autoridade judicial. Infelizmente, o documento não possui data, mas na investigação que realizamos foi possível estipular sua data.

Como a referida carta estava no arquivo da Biblioteca Nacional, onde o seu acervo foi iniciado com transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808, pode-se deduzir que essa carta foi arquivada com os demais documentos referentes à administração colonial endereçada à Coroa portuguesa no período estabelecido pela historiografia como período Joanino (1808-1821), no qual o Príncipe Regente, D. João, governou os territórios do Império português a partir da Cidade do Rio de Janeiro¹.

Ainda mais, o segundo elemento que corrobora com essas informações é o termo utilizado pela carta endereçada à Coroa com a sigla “S.A.R”, que significa Sua Alteza Real, haja vista que a Rainha de Portugal, D. Maria I, estava afastada das suas funções monárquicas desde 1791, portanto, o herdeiro do trono, D. João, assumiu o posto recebendo o título da

¹MARTINS, Maria Fernanda Vieira. Conduzindo a barca do Estado em mares revoltos: 1808 e a transmigração da família real portuguesa. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial (1720-1821)**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.694-697.

administração da Coroa com essas iniciais, utilizadas por ele até 1815, quando foi coroado Rei D. João VI².

Portanto, a carta encontrada trata-se de um clamor de uma moradora do Porto de Touros para a maior autoridade colonial nessas paragens, o Príncipe Regente D. João.

Sigamos com as próximas informações...

UM ESBOÇO DO TERRITÓRIO ONDE RESIDIA A SENHORA MARIA DA CONCEIÇÃO NO PORTO DE TOUROS, TERMO DA VILA DE EXTREMOZ

No início do século XIX, o Porto de Touros era o principal expoente marítimo da então Vila de Índios de Extremoz do Norte, Capitania do Rio Grande do Norte, e se destacava por ser um ponto privilegiado entre as rotas marítimas que ligavam o Estado do Brasil a sua metrópole, Lisboa. Além de ser um entreposto de escoamento da produção dos sertões da referida Vila de Extremoz.

Assim, o território de Extremoz foi estabelecido em 3 de maio de 1760 com a fundação da Vila de Índios de Extremoz, antiga Missão Guajiru, e instalado o senado da câmara defronte à igreja matriz, sendo estabelecidos dois territórios, um vinculado à administração laica, através dos membros camarários que efetuariam os ditames estabelecidos pelo governo de Pernambuco, e outro, espiritual, ligado à administração do vigário sobre os seus fregueses católicos da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel, no entanto, ambos os territórios estavam justapostos, ou seja, seus limites estavam idênticos e tomavam boa parte do território da Capitania do Rio Grande do Norte, como observamos no mapa a seguir³.

O mapa apresenta espacialmente o território da freguesia e vila de Extremoz e, para ser inteligível ao leitor, utilizamos nele a perspectiva cartográfica com os atuais limites dos municípios que integram o Rio Grande do Norte. Os traçados que utilizamos para territorializar os limites da referida vila são aproximações do real, pois podem existir divergências. Nele observamos a imensidão territorial que estava sob responsabilidade da

²A Rainha Dona Maria I governou Portugal entre 1777-1792. Seu reinado seria marcado por um permanente esforço para negar e anular todos os vestígios de espírito pombalino associado à administração. Em 1792 foi afastada do trono, cabendo a partir de então ao seu filho, Dom João, o reinado. Anos depois, em 1799, foi declarada louca sem esperança de cura e o Príncipe D. João tornou-se regente de Portugal. LUSTOSA, Isabel. **D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.24-26.

³LIMA, Nestor dos Santos. **Municípios do Rio Grande do Norte: Ceará-Mirim e Currais Novos**, p. 135.

governança do Senado da Câmara de Extremoz e do vigário no âmbito religioso, se destacando, desse modo, entre as diversas localidades desse território, o Porto de Touros.

No impresso *Ideia de população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas* (1774-1786), produzido no governo do capitão-geral de Pernambuco José César de Menezes, temos uma dimensão do tamanho do território da referida vila. Pela administração do governo de Pernambuco, essa região era nomeada de “Ribeira do Norte” e possuía dois territórios, um administrado pela Cidade do Natal, que era a cabeça da capitania, e o outro, a Vila de Índios de Extremoz do Norte. Nele se descreveu que o litoral possuía trinta e sete léguas de extensão, entre o porto de Água Maré, mais ao norte, e a praia de Jenipabu, mais ao sul, a oeste fazia fronteira com a Vila da Nova da Princesa, e ao sul era fronteira com a Cidade do Natal⁴. O território da referida vila de índios tinha 16 fazendas, 484 fogos e 1.123 pessoas em desobriga. Ademais, a população branca se repartia em 208 fogos e mais 1.067 pessoas desobrigadas⁵.

⁴Água Maré é o toponímico antigo. Dele surgiram as corruptelas “Guamoré” e “Guamaré”. Em 25 de março de 1755, Inácio Gomes da Câmara obteve terras “da Ponta dos Três Irmãos para a parte da Água Maré”. CASCUDO, Luís da Câmara. **Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2002[1968], p.66.

⁵ Nos documentos manuscritos dos períodos colonial e imperial, a palavra “fogo” designava a casa ou a família em um território civil ou eclesiástico. Ver em BLUTEAU, Rafael. **Dicionário da Língua Portuguesa**, 1789, p.623; IDEIA de população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas[...]. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923 [1774-1786]. p.10-11.

Mapa 1– Vila de Índios de Extremoz do Norte e Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel



Fonte: Mapa elaborado pelo autor e pela geóloga Janaína Medeiros da Silva a partir da sistematização das informações sobre o território da Vila de Extremoz em *Ideia de população da Capitania de Pernambuco e das suas anexas* (1774), Nestor Lima (1937), Júlio Gomes de Senna (1972) e José Rodrigues Silva Filho (2018).

Nesse jogo de justaposições territoriais, além desse espaço administrativo, existia um território eclesiástico pelo qual a antiga freguesia de Extremoz fazia parte e era intitulado pelo Bispado de Pernambuco como os Sertões do Norte de Baixo, que correspondiam aos territórios da Capitania do Rio Grande e parte do interior da Capitania da Paraíba. Para estabelecer uma organização e correspondência entre a sede do bispado e suas freguesias espalhadas entre as capitanias do Ceará e Alagoas, foram organizadas repartições territoriais para facilitar à visita de membros do clero pernambucano, os chamados visitadores, as

vigararias mais longínquas para a aplicabilidade do direito diocesano e manter coesa a fé católica sob a égide do poder espiritual do príncipe da Igreja Católica em Pernambuco⁶.

No relatório colonial, observamos a grande quantidade de fregueses desobrigados da Vila de Índios de Extremoz, por exemplo, os 194 indígenas da “língua travada” que moravam em povoações distantes da vila e não tinham como frequentar as missas dominicais e demais cerimônias católicas nos dias santos na matriz. O único contato, às vezes anual, que essas famílias tinham com os preceitos cristãos, tal como recomendava a Direção para Pernambuco, era na desobriga realizada pelo vigário ou pelo padre coadjutor, que praticava um giro pelas povoações e fazendas da freguesia, celebrando os casamentos e batismos e realizando seus respectivos assentamentos nos livros da matriz, além de registrar o rol dos fregueses desobrigados do local, como também administrava a comunhão e as confissões nelas, sendo esta uma tentativa de incluir esses vassallos do reis de Portugal ao cristianismo e dirimir nessas localidades as ditas práticas “gentílicas” e integrá-las à sociedade colonial.

Possivelmente, esses indivíduos eram descendentes dos grupos indígenas que desceram os sertões do Rio Grande do Norte no período da Guerra do Açu e se instalaram nas cercanias do vale do rio Ceará-Mirim ou nas praias ao norte da dita vila. Segundo a historiografia analisada, diversos povos se reterritorializaram nas proximidades da antiga Missão Guajiru, dentre eles os Janduí, Panati, Caboré, Paiacu, Açu e Capela. No entanto, na documentação administrativa ou eclesiástica esses povos foram amalgamados e nomeados pelos agentes coloniais de “tapuias” ou “índios da língua travada”, não respeitando as suas distinções culturais e linguísticas⁷.

Apresentadas as informações territoriais sobre as localidades e dimensões político-administrativas da Vila de Extremoz, seguimos com o relato da personagem Maria da Conceição, moradora do Porto de Touros.

UMA VIÚVA LUTA POR JUSTIÇA

Na transcrição da carta, mantive as características linguísticas da época. Para um leitor que não é acostumado a ler textos do século XIX, algumas expressões, palavras e ortografia

⁶ SILVA FILHO, José Rodrigues da. **O amigo do dinheiro**: a visita do Cônego Garcia Velho do Amaral aos Sertões do Norte de Baixo (1762-1766), p.18-20.

⁷Todas as outras línguas nativas eram desprezadas pelos portugueses, assim como pelos próprios tupis, sendo incluídas em um grupo denominado de “tapuya”, que na língua tupi significa “inimigo” ou “bárbaro”. Os padres missionários as chamavam de línguas travadas, consideradas anômalas e muito difíceis de pronunciar. In: GASPAR, Lúcia. **Línguas indígenas no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

podem ser vistas como erradas, mas trata-se do estilo da época. Assim, segue-se a transcrição:

Senhor

Diz Maria da Conceição, mulher viúva, moradora em o Porto de Touros, termo do Extremoz, Capitania do Rio Grande do Norte, que sendo ela senhora e possuidora a muitos anos de um pequeno pedaço de terras sitas naquele interior onde vivia e habitava com sua família, sustentando-se com o pequeno rendimento da sua lavoura.

Sucedede, porém, que dois filhos de Ignácio Zacarias, vexados da suplicante em ódio a mesma, trouxeram ou fizeram com que viesse aquele lugar o Provedor [da Fazenda]; e passou-se a demarcar as terras que tinha a suplicante; e depois disto fizeram ser as mesmas arrematadas para se pagarem da demarcação e mais custas que resultou.

Procedimento este inaudito, e nunca praticado aonde se observa as Leis de Vossa Alteza Real; para que Real Senhoria se a suplicante devesse alguma quantia a outrem, e para ela fosse citada, ouvida, e convencida em juízo; muito bem:

Mas acontece a tudo pelo contrário com a suplicante; porque não devendo nada, e só para uma simples acusação, a suplicante para aqueles seus capitais inimigos, para conhecerem a sua indigência e fraqueza na possibilidade, e que mal ia passando com aquela triste vivenda, para isso mesmo sacão-lhe para um modo tão sinistro e tão bárbaro, deixando á a pedir uma esmola, arrastada como uma triste viúva destituída e desamparada de proteção alguma:

E talvez resultasse este dano a suplicante por ser ela e sua família temente a Deus e feis vassallos de Vossa Alteza Real.

Sim: por não consentir em sua casa a lassidão e libertinagem do dito Ignácio Zacarias e principalmente de seus dois filhos que são os maiores libertinos que tem o mesmo lugar.

A suplicante Real Senhor, é uma miserável viúva destituída de amparo, de socorro; oprimida e vexada daqueles seus capitais inimigos, que fizeram com que se rematasse suas terras pelas custas da demarcação.

Mas, não é destituída da Justiça de Vossa Alteza Real de quem prostrada dos pés do Trono implora e.

Para a Vossa Alteza Real se digne para sua alta piedade, e comiseração a suplicante mandar informar ao Governo daquele lugar; e a vista do que informar sendo a Justiça, e achando certo o alegado serem restituídas a suplicante as suas terras consignando se lhe os pagamentos das custas em quartéis ou semestres, segundo a sua pobreza e estado, por cuja esmola não cessará a suplicante de rogar a Deus pela vida e saúde da Vossa Alteza Real e de toda a Real Família no qual.

Receberá Mercê.

Como Procurador José Correia Lima.

A carta apresentada e escrita pelo procurador José Correia Lima indica que alguns indivíduos pobres do período colonial tiveram acesso aos meandros da organização da justiça colonial e, possivelmente, conseguiram ter benefícios em suas causas. Nesse período, a jurisdição da Capitania do Rio Grande do Norte estava vinculada à Comarca da Paraíba do Norte desde criação desta instituição judiciária em 4 de dezembro de 1687⁸. O território da comarca incluía também a Capitania da Paraíba, cabeça da comarca, além da Capitania de Itamaracá, esta última até o ano de 1763. Toda essa teia judicial que englobava essas Capitanias do Norte estava sob controle do ouvidor geral nomeado pela Coroa no período de três anos.

Assim, das diversas atribuições que o cargo de desembargador exigia estavam a de conhecer das suspeições postas aos juízes ordinários e das causas que fossem suspeitos, tirar devassas, ordenar a prisão de criminosos e conduzir correição nos julgados da sua comarca. Além dessas inúmeras incumbências, o referido funcionário régio ocupava também diversos cargos como o de provedor dos bens dos defuntos e ausentes, juiz dos homens do mar, juiz do fisco e servia concomitantemente como deputado da Junta da Fazenda e, por fim, como juiz privativo dos índios⁹.

⁸PAIVA, Yamê Galdino de. **Vivendo à sombra das Leis**: Antonio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802). 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012, p.86.

⁹*Ibidem*, p.92; NEQUETE, Lenine. **O poder judiciário no Brasil a partir da Independência**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2000, p.132-133.

Além desses tribunais locais, existiam os tribunais régios remodelados com a criação, pelo Príncipe Regente, do Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens através do alvará de 22 de abril de 1808, sendo esta a maior instância do sistema jurídico colonial, substituindo nesse ordenamento as antigas instâncias superiores das relações da Bahia e do Rio de Janeiro. Ademais, a Relação do Rio de Janeiro foi transformada em Casa de Suplicação, que receberia os processos de primeira instância após estes sofrerem recursos das decisões tomadas nos tribunais das relações¹⁰.

Portanto, após sofrer as injustiças da família de Ignácio Zacarias, Maria da Conceição recorreu à justiça colonial para reaver as suas terras, suplicando diante da Ouvidoria da Comarca da Paraíba para que seus intentos fossem garantidos. Não se sabe se ela se dirigiu de Touros para a Paraíba, mas como indica a assinatura da carta, seu “advogado” protocolou o processo que enveredou por outros tribunais coloniais até chegar aos ministros da Coroa, no Rio de Janeiro.

Lembrando que nesse período indivíduos com formação em Direito eram raros, sendo difícil de encontrar esses “defensores da justiça” no território da Capitania do Rio Grande do Norte e os custos para contratar esses profissionais eram elevados. Haja vista que 45 bacharéis e letrados formados pela Universidade de Coimbra, e moradores das Capitânicas do Norte, que atuavam no cenário judicial nestes espaços, entre 1789 e 1821, nenhum deles residia na capitania em estudo¹¹.

Portanto, Maria da Conceição utilizou de diferentes estratégias para contactar o Procurador José Correia de Lima para ele protocolar a sua causa na primeira instância, na Comarca da Paraíba. Agora ficam os questionamentos, como ela conseguiu, se era intitulada como uma mulher pobre? Pediu ajuda aos vereadores da Vila de Extremoz? Existia algum rábula que morava no Porto de Touros e auxiliou na construção da sua defesa? Existiam parentes poderosos da referida viúva que a auxiliaram a recorrer na justiça colonial?

Com esses questionamentos em mente, só podemos inferir que a carta de suplício de Maria da Conceição foi recebida pelo desembargador da Comarca da Paraíba e encaminhada para averiguação para a sede da Corte, para a Mesa do Desembargo do Paço, a maior

¹⁰ CABRAL, Dilma. **Mesa do Desembargo do Paço**. Arquivo Nacional. Mapa: Memória da Administração Pública Brasileira, 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/198-mesa-do-desembargo-do-paco>. Acesso em: 21 nov. 2022.

¹¹ CAETANO, Antônio Filipe Pereira. **Entre súditos e magistrados**: administração da justiça nas capitânicas do norte (1789-1821). Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018, p.80.

instância jurídica do governo Joanino. Na apreciação dos ministros do Príncipe Regente, consta uma pequena nota que descreve o processo:

A viúva Maria da Conceição, moradora na Capitania do Rio Grande do Norte, queixa-se de Ignácio Zacarias e de seus dois filhos, que por tensão particular conseguiram do Provedor da Fazenda demarcar as terras da suplicante, e fazê-las arrematar para se pagar das custas da mesma demarcação, deixando-a na maior miséria pelo que pede que depois de ouvido o Governador se lhe mande entregar as mesmas terras para que as referidas custas se satisfação por consignações módicas.

Deve ser escusado.

Assim, os ministros garantiram a devolução da terra de Maria da Conceição, que deveria ser oficializada pelo governador da Capitania do Rio Grande. Porém, no documento não foram apresentadas as medidas e a localização da referida propriedade da viúva, apenas que suas terras estavam no interior da capitania e nos arrabaldes do Porto de Touros.

Nos registros de sesmarias no Rio Grande do Norte, pela Plataforma Silb¹², as listagens que apresentam o nome “Maria da Conceição” são de terras distantes do termo de Touros e de anos muito anteriores à escrita da carta da suplicante. Portanto, o “pequeno pedaço de terras” da viúva no Porto de Touros era uma posse sem registro de solicitação de sesmaria às autoridades da capitania, o que corrobora que Maria da Conceição era uma posseira, sem possuir os registros de sua terra, como era costumeiro entre os moradores daquele período.

Além do mais, a referida personagem tinha casas construídas no patrimônio da então Capela do Bom Jesus dos Navegantes, nos levantamentos realizados pelo administrador do padroeiro, João Mariz de Sousa. Sobre os moradores que pagavam os dízimos de foro referentes às cercanias do templo católico, entre 1817 e 1819, a personagem pagou \$3000 réis de imposto¹³. Assim, Maria da Conceição residia no Porto de Touros, onde pagava

¹² Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (SILB). Fonte: <http://www.silb.echla.ufrn.br>. Sobre as Sesmarias do antigo território da Vila do Porto de Touros, indico os estudos de Antônio Tenório Sobrinho, publicado no volume II desta revista com o título: “Os primeiros donos de terras na região do Mato Grande (1605 a 1819)”.

¹³ LIVRO de Contas da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros sob a guarda do Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN) (1807–1864).

anualmente seus impostos de propriedade à Igreja, mas não conseguia manter, solicitar e confirmar suas posses no interior da capitania.

Além disso, o aliciamento dos filhos de Ignácio Zacarias junto às propriedades e aos membros da família de Maria da Conceição indica a fragilidade social e financeira que a viúva passava após a morte de seu marido, haja vista que, como se descreve na carta, ela sofria todo tipo de assédio de seus “capitais inimigos”. Será que eles queriam forçar um casamento para conquistar o parco patrimônio dessa senhora de Touros? Ou seus filhos e filhas foram forçados a construir um casamento com os membros da família de Ignácia Zacarias? Ficam essas indagações para os leitores desta revista.

Mas de qual local era essa família de Ignácio Zacarias? O primeiro indício que encontramos sobre esse personagem que aterrorizou a vida de Maria da Conceição foi de que solicitou terras na atual região da Costa Branca, perto de Macau, no Rio Grande do Norte, no local conhecido como Salinas do Norte, na ribeira do rio Amargoso, em 17 de agosto de 1791. Seu nome completo era Ignácio Zacarias de Miranda e sua solicitação de terra foi deferida pelo então governador Caetano da Silva Sanches¹⁴.

Anos mais tarde, a família de Ignácio Zacarias expandiu seus domínios para as terras litorâneas ao norte da Vila de Extremoz, portanto, as praias do Porto de Touros, a leste de Macau, onde seus filhos se estabeleceram e exponenciaram seu cabedal, com destaque para José Ignácio Pereira Miranda e Jacinto João da Hora, justamente os filhos que ameaçaram a viúva Maria da Conceição.

O capitão Jacinto João da Hora é considerado um dos primeiros habitantes e povoadores do que hoje chamamos de cidade de Macau. Após sair com a sua família da antiga Ilha de Manoel Gonçalves, devido à subida do nível do mar, fundaram essa nova localidade na região salineira¹⁵. O capitão era casado com Adriana Pereira dos Anjos e tiveram o filho que puseram o nome igual ao do avô paterno, Ignácio Zacarias de Miranda¹⁶.

Jacinto João da Hora era um dos filhos mais abastados, possuía três casas construídas no patrimônio da Capela do Bom Jesus dos Navegantes, onde pagava pelo foro destas desde o ano de 1809¹⁷. Uma casa era de taipa e as outras duas de “pedra e cal”, indicando mais uma

¹⁴ (Plataforma SILB.RN 0684).

¹⁵ LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte**. V.2. Natal: Tipografia Santo Antônio, 1942, p.217.

¹⁶ TRINDADE, João Felipe da. **Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRRN, 2019, p. 289.

¹⁷ LIVRO de Contas da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touros sob a guarda do Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de Natal (AMAN) (1807–1864).

vez o poder econômico da família, pois, nesse período, a maior parte dessas residências eram de palha ou taipa.

Para referendar o poder de Jacinto João da Hora, segundo os estudos de Tenório Sobrinho, o sesmeiro solicitou terras nas proximidades do Porto de Touros para acomodar o seu gado em 30 de setembro de 1816, a herdade tinha uma “légua e meia de comprimento para oeste pelas costa do sítio São José [de Touros] e mais uma légua e meia de comprimento para o leste pela costa do Porto de Touros”¹⁸. Assim, seria parte desse território solicitado as posses reclamadas em carta pela viúva Maria da Conceição? Fica mais uma indagação para o leitor.

Enfim, podemos criar toda uma conjuntura a partir da análise de uma carta que à primeira vista não poderia trazer novas informações históricas. A importância de cruzamento de fontes e a utilização do método onomástico são garantias que os historiadores e pesquisadores têm em resgatar um passado que ficaria preso nos porões dos arquivos. A história de Maria da Conceição é um exemplo de como a sua luta por justiça, diante do poderio econômico de uma família vinda de Macau para explorar a região de Touros, pode jogar luz sobre as lutas do povo do Porto de Touros no século XIX e de como essa gente utilizou de estratégias para garantir a sua sobrevivência nesse meio social.

Por fim, a escrita sobre o povo do Mato Grande não para neste texto e volume da revista, outros textos virão com mais detalhes desse resgate histórico.

¹⁸ SOBRINHO FILHO, Antonio Tenório. Os primeiros donos de terras na região do Mato Grande (1605 a 1819). *Revista da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política*. V. II, 2022, p.22.

REFERÊNCIA

BIBLIOTECA NACIONAL. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando providências contra Ignácio Zacarias e seus dois filhos, que lhe sejam devolvidas suas terras, e a importância cobrada indevidamente Conceição, Maria da, viúva e lavradora em Porto de Touros, Extremoz, Rio Grande do Norte. Localização: Manuscritos - C-1063,14.

MEUS ASCENDENTES TORRES, LÁ DE PORTO DE TOUROS

JOÃO FELIPE DA TRINDADE

Mestre em Matemática pela Universidade Federal do Ceará.

Minha mãe e seus irmãos carregavam de forma predominante o sobrenome Avelino, embora o pai deles, além de Avelino, tivesse sobrenomes Bezerra e Torres. Ele se chamava Cícero Avelino Bezerra Torres, tendo herdado o Torres da mãe Josefa Torres.

A reconstituição dos nossos ascendentes não é fácil, pois alguns registros antigos se perderam ao longo do tempo, e os que restaram não mantem fidelidade nos nomes dos registrados. Assim, para se ter certeza de que um determinado indivíduo é seu ascendente, é necessário examinar diversos registros, observando todos os dados ali presentes, como testemunhas, naturalidades, datas dos registros e grau de parentesco. A repetição de nomes, ao longodas gerações, é outro fator complicador.

As naturalidades de meu trisavô Francisco Xavier Torres Junior se apresentam diferentes em batismos de duas filhas: Maria, filha de Francisco Xavier Torres, natural da Freguesia de Extremoz, e de Maria Joaquina Lúcia da Costa, nasceu aos 11 de dezembro de 1855, e foi batizada, na Matriz de Angicos, em 27 do mesmo mês e ano, sendo padrinhos Antônio Francisco Bezerra da Costa, casado, e Clara Ferreira da Costa Bezerra, solteira; Joaquina, filha de Francisco Xavier Torres, natural da Freguesia de Touros, e Maria Joaquina Lúcia da Costa, desta Freguesia, nasceu aos 31 de maio de 1854, e foi batizada, na Matriz de Angicos, aos 29 de junho do mesmo ano, sendo padrinhos Antônio Martins Wladislau e Inez Lucania da Costa Ferreira, moradores desta Freguesia.

Para começar, vejamos o batismo da minha bisavó, Josefa Maria da Costa Torres, lá em Angicos: Josefa, branca, filha legítima de Francisco Xavier Torres e de Maria Joaquina Lúcia da Costa, nasceu aos 14 de setembro de 1848, e foi por mim solenemente batizada, nesta Matriz, aos 30 de outubro do mesmo ano, sendo padrinhos Vicente Ferreira da Costa e Melo, casado, e Josefa Monteiro da Costa, solteira, do que para constar, faço este assento, e assino. Félix Alves de Sousa, Vigário Colado de Angicos. O padrinho era avô materno da batizada.

Não encontrei o casamento dos meus trisavós Francisco Xavier Torres Junior e Maria Joaquina Lúcia da Costa, mas o dessa minha bisavó Josefa Torres e meu bisavô Francisco Avelino, 26 anos depois do seu nascimento.

Aos 15 de janeiro de 1874, pelas 4 horas da tarde, nesta Matriz de São José de Angicos, precedendo dispensa de consanguinidade, das Canônica Denúncias, sem impedimento, confissão, e exame de Doutrina Cristã, em minha presença, e das testemunhas Vicente Maria da Costa Avelino e Francisco Germano da Costa Ferreira, se uniram em matrimônio, por palavras de presente, e tiveram as bençãos nupciais, meus fregueses Francisco Avelino da Costa Bezerra e Josefa Maria da Costa Torres, filhos legítimos, ele de Alexandre Avelino da Costa Martins e Ana Francisca Bezerra, e ela de Francisco Xavier Torres e Maria Joaquina Lúcia da Costa, do que faço este termo em que assino. O Vigário Félix Alves de Sousa. Essa dispensa de consanguinidade se dava pelo fato de Alexandre Avelino da Costa Bezerra ser irmão de Maria Joaquina Lúcia da Costa.

Francisco Avelino, o esposo de Josefa, teve como padrinho, no batizado, o futuro sogro: Francisco, filho legítimo de Alexandre Avelino da Costa Martins e Ana Francisca Bezerra, nasceu aos 25 de junho de 1843, e foi batizado aos 9 de agosto do mesmo ano, por mim solenemente, na Fazenda Carapebas, foram padrinhos Francisco Xavier Torres Junior e Josefa Leocádia Francisca Bezerra, do que para constar, fiz este, em que me assino. Manoel Januário Bezerra Cavalcante.

Anos antes, uma irmã de Josefa teve como padrinho uma pessoa que suponho fosse avô paterno dela. Francisca, filha legítima de Francisco Xavier Torres Junior e Maria Joaquina Lúcia da Costa, nasceu aos 11 de outubro de 1843, e foi batizada aos 3 de dezembro do mesmo ano, nesta Matriz, por mim solenemente, foram padrinhos Florêncio Octaviano da Costa Ferreira, por procuração que apresentou de Francisco Xavier Torres, e Joaquina Maria do Rosário. Do que para constar me assino. Manoel Januário Bezerra Cavalcante, Vigário Encomendado de Angicos. Aqui, Joaquina Maria do Rosário era a mãe de Maria Joaquina, e, portanto, avó materna de Francisca, enquanto Francisco Xavier Torres, suponho, era o pai de Francisco Xavier Torres Junior, e, portanto, avô paterno de Francisca.

Outro Torres aparece no batismo de uma irmã de Josefa: Joana, filha legítima de Francisco Xavier Torres e Maria Joaquina Lúcia da Costa, moradores nesta Freguesia, nasceu aos 30 de julho de 1861, e foi por mim solenemente batizada, nesta Matriz de São José de Angicos, aos 7 de setembro do mesmo ano, foram padrinhos Taurino Tibúrcio da Costa Ferreira, solteiro, e Isabel Francisca Torres, casada, moradores, aquele, nesta mesma Freguesia, e esta, na Freguesia de Touros, do que para constar mandei fazer este assento em que assinei. O Vigário Félix Alves de Sousa. No caso, Isabel Francisca Torres era tia paterna de Joana, Francisca e Josefa Torres.

A madrinha de minha tia-bisavó Joana, minha tia-trisavó Isabel Francisca Torres, se casou conforme o registro a seguir: Aos 2 dias do mês e janeiro de 1843, nesta Matriz do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, pelas 5 horas da tarde, depois de corridos os banhos, sem impedimento, confissões, exames de Doutrina Cristã, se receberam em matrimônio, por palavras de presentes, e mútuo consentimento, os nubentes Felisberto Martins de Macedo, viúvo que ficou por falecimento de Maria Francisca dos Santos, e Isabel Francisca Torres, filha legítima de Francisco Xavier Torres, e sua mulher Úrsula Córdula do Sacramento, já falecida, brancos, meus paroquianos, em minha presença, que lhe dei as bênçãos nupciais, e das testemunhas assinadas aos pés da certidão, João Antunes da Costa, e Francisco Ferreira da Rocha, brancos, casados, moradores nesta Freguesia, e para constar fiz este assento, em que me assinei. O Vigário Antônio Camelo Valcácer. Felisberto Martins de Macedo faleceu aos 7 de julho de 1883, na idade de 78 anos, casado que era com Isabel Francisca Torres, tendo sido sepultado no cemitério da Vila de Touros. Deve ter nascido por volta de 1805.

Em 1845, quando Belarmino Ferreira da Costa se casou com Josefa Calisto de Andrade, na Matriz de Touros, foram citados como testemunhas Félix Gomes Torres e seu mano Francisco Xavier Torres Junior. Por isso, fui atrás de alguma informação sobre esse mano do meu trisavô, e tive sucesso quando encontrei o casamento dele.

A 7 de fevereiro de 1837, pelas 10 horas da manhã, nesta Matriz do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, corridos os banhos, sem impedimento, na forma do direito, precedendo exame de Doutrina Cristã, e Confissão Sacramental, em minha presença e das testemunhas Joaquim Xavier Veloso, e João Antunes da Costa, casados, moradores nesta Freguesia, se receberam em matrimônio por palavras de presente, e de mútuo consentimento, os meus paroquianos Félix Gomes Torres e Joana Francisca da Costa, naturais e moradores nesta Freguesia, dispensados no 2º grau de consanguinidade, pelo Delegado do Senhor Bispo, ele, filho legítimo de Francisco Xavier Torres e da finada Úrsula Córdula do Sacramento, e ela, filha legítima de Roberto da Costa Gomes e Rita Antônia do Espírito Santo, e logo lhes dei as bênção nupciais, na forma do estilo; do que tudo, para constar, fiz este em que com as sobreditas testemunhas me assino. Félix Alves da Cruz, Vigário Colado, Joaquim Xavier Veloso e João Antunes da Costa. Félix Gomes Torres, branco, branco, viúvo, com 83 anos de idade, foi sepultado no cemitério da Vila de Touros, aos 13 de dezembro de 1885, deve ter nascido, então, por volta de 1802. Um registro de batizado de 1842, dá conta que Joana Francisca da Costa era irmã de um João Antunes da Costa.

Meu trisavô, Francisco Xavier Torres Junior, proprietário, com 74 anos, casado que era com Maria Joaquina Lúcia da Costa, foi sepultado no cemitério público de Angicos, no mesmo dia que faleceu, em 7 de abril de 1884. Sendo correta essa idade informada, se deduz que ele nasceu por volta de 1810. Assim, era mais novo que seu irmão Félix. Isso me faz crer que tinham a mesma mãe, Úrsula Córdula do Sacramento.

Assim, com a nomeação dos pais de Félix Gomes Torres, descobri meus tetravós Francisco Xavier Torres e Úrsula Córdula do Sacramento.

Outro detalhe que chamo a atenção é que minha tia-bisavó, Joana, que nasceu em 1861, quando adulta, tinha como nome completo Joana Gomes da Costa Torres, carregando assim o sobrenome Gomes, assim como seu tio paterno Félix Gomes Torres. Ela se casou em 1891, com seu parente em 4º grau, Cosme Teixeira Xavier de Carvalho Filho, filho do meu tio-bisavô Cosme Teixeira Xavier de Carvalho e sua mulher Francisca Bela Carneiro de Melo.

Em uma certidão de registro, expedida pelo cartório de Macau, consta que Francisco Xavier Torres e sua mulher Maria Gomes da Silva, antigamente residentes em Mangue Seco, fizeram doação de terras para a Capela de Nossa Senhora da Conceição, de Guamaré, em 1783. Eu suspeito que esse casal, cuja mulher tem sobrenome Gomes, são meus ascendentes, embora não tenha encontrado o elo que possa ligar eles ao meu trisavô, Francisco Xavier Torres Junior. É possível que os doadores fossem os pais dos meu tetravô Francisco Xavier Torres, casado com Úrsula Córdula do Sacramento.

Uma outra relação com Guamaré se apresenta em um casamento, como segue: Aos 10 dias do mês de julho de 1837, pelas 9 horas da manhã, nesta Matriz do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, corridos os banhos sem impedimento, na forma do direito, precedendo exame de Doutrina Cristã, e Confissão Sacramental, em minha presença, e das testemunhas Joaquim Xavier Veloso, João Antunes da Costa, casados e moradores nesta Freguesia, se receberam em matrimônio por palavras de presente, e de mútuo consentimento, os meus paroquianos Miguel Ferreira dos Anjos (em outros registros Miguel Ferreira do Carmo), e Rita Córdula do Sacramento, ele natural de Guamaré, e filho legítimo de José Vicente do Carmo, e de Romana Maria dos Impossíveis, e ela natural desta Freguesia, filha legítima de Francisco Xavier Torres e de sua falecida Úrsula Córdula do Espírito Santo (noutros registros Úrsula Córdula do Sacramento), e logo lhes dei as bênçãos nupciais, na forma do estilo, de que tudo, para constar fiz este, em que com as sobreditas testemunhas, me assino. Félix Alves da Cruz, Vigário Colado, Joaquim Xavier Veloso, João Antunes da Costa.

Vicente Xavier Torres, filho de Francisco Xavier Torres e Úrsula Córdula do Sacramento, se casou, lá em Touros, aos 13 de novembro de 1851, com Teresa Batista dos Santos, filha legítima de Vicente Ferreira de Castro e de Cosma Batista da Silva, sendo celebrante o Reverendo José Gomes de Castro e Silva.

Meu tio-bisavô, o professor Vicente Ferreira da Costa Torres, se casou com uma pessoa de Touros, possivelmente, sua parente. Não encontrei o casamento deles, mas outros registros. Em 23 de janeiro de 1894, na Vila de Angicos, nasceu Francisco, filho de Vicente Ferreira da Costa Torres, empregado público, e de Januária Francisca da Costa Torres, natural de Touros, neto paterno de Francisco Xavier Torres e Maria Joaquina Lúcia da Costa, e materno de Francisco Antunes da Costa Torres e de Josefa Maria da Conceição, sendo padrinhos Antônio Martins Wladislau da Costa, e Josefa Avelino Bezerra Torres. Francisco Antunes da Costa era filho de João Antunes da Costa e Januária Maria do Espírito Santo, tendo se casado, em 17 de fevereiro de 1867, na Matriz de Touros, com Josefa Maria da Conceição, filha de Antônio José de Paula e Sebastiana Alves de Sá Correia. A esposa de meu tio-bisavô herdou, portanto, o nome da avó paterna.

Aos trinta dias do mês de junho de 1908, nesta Vila de Angicos, em meu cartório, compareceu José Antunes Torres, filho da falecida, residente nesta Villa, e na falta de atestado médico, em presença das testemunhas abaixo assinadas, disse: Que no dia 29 de junho do presente ano, pelas duas horas da tarde, faleceu, nesta Vila, Dona Januária Francisca Torres, feminina, casada com o Professor Vicente Ferreira da Costa Torres, com 39 anos de idade, proprietária, natural da Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes da Vila de Touros, e residente na Vila de Angicos, sendo filha do Professor Francisco Antunes da Costa e Josefa Maria Antunes.

Uma dúvida que persiste é saber se meus ascendentes Torres têm algum parentesco com os Torres do lugar Cururu, de Goianinha. Em 1762, o Frei Aníbal de Gênova fez uma peregrinação pelo Rio Grande do Norte, na direção do Assú. Ele passou por Cururu, onde foi recebido pelo Síndico do Convento de Recife, Francisco Xavier Torres. Quando começou sua peregrinação na direção do Assú, foi acompanhado pelo primogênito do Síndico. Em Caiçara, morava um genro desse Francisco Xavier Torres, de nome Antônio Machado. De Caiçara partiu para Mangue Seco, onde se demorou 14 dias, tendo crismado 123 pessoa. O fato do doador de terras, para a Capela de Nossa Senhora da Conceição, ser um antigo morador de Mangue Seco, que suspeito ser um avô do meu trisavô, me deixou essa dúvida sobre algum elo entre os Torres de Touros e os de Cururu.

No Fórum de Touros tentei pesquisar o inventário de Rita Córdula do Sacramento, minha tia-bisavó, mas foi negado o acesso.

**REDAÇÕES DO I CONCURSO DE REDAÇÃO –
"TOUROS DO AMANHÃ"**

ENSINO FUNDAMENTAL I

Aluna: Vitória Angelino Rodrigues Ferreira

Professora Orientadora: Anaselly Ribeiro da Silva



FOLHA DE REDAÇÃO **119**

Faça uma redação sobre o tema: "TOUROS DO AMANHÃ: como sonho minha terra". A redação deve ter no mínimo 15 linhas e no máximo 30 linhas.

1	Touros é uma linda cidade mais precisa de mel-
2	horias em algumas coisas que estão prejudicando toda
3	a população, como a saúde, educação e segurança,
4	gerenciamento com drogas, todas essas coisas prejudicam às
5	pessoas, as crianças e toda a população
6	A saúde é um de muitos problemas mais é
7	muito importante. As pessoas precisam de um médico de
8	coração mas tem que ir para motel e atendimento
9	melhor, poderiam trazer mais médicos para as pessoas
10	não esperarem na fila para ser atendidas.
11	As drogas são o que tem sido visto constantemente
12	• Elas afetam crianças e jovens e eles entram por mun-
13	do do crime. Poderiam usar estratégias de acabar com
14	as drogas impedindo a insegurança para as pesso-
15	as não terem medo de andar nas ruas. Deviam ter mais
16	polícia vigiando e protegendo nossa cidade. Isso é
17	um sonho.
18	A educação também é muito complicada.
19	Crianças passam de série sem saber ler ou escrever.
20	Deviam fazer escolas públicas com professores melhores
21	igual as particulares e comidos de boa qualidade
22	Touros precisa disso e de mais para si se
23	tomar a cidade dos sonhos mais fora a drug
24	as lojas prefeitura e proibido e estão perfeito e
25	dado que também ajudam com isso
26	Eu ainda acredito no futuro melhor como
27	minha terra uma cidade dos sonhos.
28	
29	
30	

492

ENSINO FUNDAMENTAL II

Aluna: Carine Ruane de Assis Souza

Professora Orientadora: Elaine Cipriano



FOLHA DE REDAÇÃO 057

Faça uma redação sobre o tema: "TOUROS DO AMANHÃ: como sonho minha terra". A redação deve ter no mínimo 15 linhas e no máximo 30 linhas.

1	Sonho de uma Terra Querida
2	Nos meus sonhos, existe uma ótima cidade, onde estão sempre de
3	portas abertas para novos habitantes, muitas pessoas adoram visitá-la,
4	esse pedaço de terra maravilhoso, fica lá no Nordeste localizada, no
5	Rio Grande do Norte. Essa bela comunidade onde muitas habi-
6	tam há um lindo jardim florido, lá crianças brincam e se diver-
7	tem, como também jovens, adultos e idosos. O mais triste desse so-
8	nho é que algumas pessoas não pensam na sustentabilidade da cidade.
9	No meio das minhas utopias, vejo minha comunidade como uma
10	fonte de turismo onde presenciaremos, pais belíssimas e ótimas
11	praças, uma das tradições mais valorizadas é a Procissão do Bom
12	Jesus, nessa época a praça que fica pertinho da igreja, enche de gente
13	para comemorar todos juntos essa tradição. E essa não é a única coisa
14	bom, naquele lugar pessoas amam uns aos outros e ajuda no que for
15	necessário, brigas ou fofocas por lá nem se veem, é isso se torna muito
16	bomito entre eles. A educação e a área de saúde são as melhores, e nada
17	de se ver pessoas em espera para ser atendida, vários profissionais de qua-
18	lidade para lhe atender da melhor forma devido os líderes que já coman-
19	dam que pensam a população.
20	Portanto, a minha cidade, dos meus sonhos, é uma localidade segura,
21	onde podemos andar nas ruas a hora que quisermos, é disso que todos
22	precisamos nos dias atuais. Segurança pública, é um papel das municí-
23	pios assim como, saúde, educação, emprego, habitação entre outros. Pois é
24	disso que a população necessita, para a melhoria da cidade.
25	O sonho dessa Terra Querida vem desde o meu nascimento um ter-
26	ritório belo e muito amado pelo povo de geração em geração, e esse mara-
27	vilhoso lugar, chamamos de Touros RN mais conhecida como esquina
28	do Brasil, a relatos que o Brasil foi desrolento por lá, mais olha que
29	bela.
30	

ENSINO MÉDIO:

Aluna: Ludmilla Kirie Alves da Silva

Professora Orientadora: Ana Paula do Nascimento

**FOLHA DE REDAÇÃO 005**

Faça uma redação sobre o tema: **"TOUROS DO AMANHÃ: como sonho minha terra"**. A redação deve ter no mínimo 15 linhas e no máximo 30 linhas.

1 O Marco Colonial de Tauras, chamado nos anos de 1505, é um dos
2 indícios que conquirem a nossa amada terra como lito do nascimento
3 do Brasil. Além de ter grande relevância para a história do país, a
4 nossa cidade possui fundamental importância na cultura, na arte, no
5 turismo e na fé do povo brasileiro. Mas, acima de tudo, com cento e
6 cinquenta e sete anos de história, é chão que acolhe em torno de trinta
7 e três mil habitantes, é aqui que eles comecem suas vidas, nascem,
8 em, choram, são educados e recebem os princípios fundamentais da vida
9 da.

10 Meu sonho para a nossa cidade, morada do Bom Jesus dos Nave-
11 gantes, é o resgate das tradições valiosas, das bagagens de conheci-
12 mento das nossas antepassadas, que aqui firmaram suas raízes
13 com tanta grandiosidade. Então, cabe a toda sociedade taurina
14 e as lideranças políticas que planejam programas que valorizem
15 e preservem a nossa história e cultura a fim de que continuem
16 e honremos os fatos históricos aqui constituídos.

17 Ademais, também idealizo a nossa cidade como referência para o
18 turismo, já que temos um tombão de atrações turísticas importantes
19 como: O Farol do Calcanhar - segundo maior da América Latina -; O
20 cruzeiro, a Igreja Católica do Divino Bom Jesus e a tradicional festa
21 em honra ao padroeiro do município, que reúne todos os anos milha-
22 res de peregrinos e os belíssimos praias que formam o nosso litoral.

23 Por isso, é com orgulho no peito que desejo que no futuro vivamos
24 e conservemos a nossa herança cultural dos que aqui passaram. Senão
25 que essa riqueza não se perca com o passar do tempo. Que juntos pos-
26 samos contribuir para preservar este patrimônio e dizer, por fim, como o
27 contadão Ivonildo Cortez de Souza: "Quando em mim a vida foi
28 embora, sei que nada foi em vão. Levei a mais doce ventura de
29 ser filho deste chão."
30

